

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

VOLUME VII



LISBOA

1 9 4 3

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
BIBLIOTECA
N.º 5179
DATA 27/7/87

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

VOLUME VII



LISBOA
1 9 4 3

Associação dos
Arqueólogos
Portugueses
BIBLIOTECA

**Homenagem Póstuma ao Sócio de Mérito
e Presidente de Honra da Associação
Professor Doutor José Leite de Vasconcelos**

(Sessão solene de 30 de Junho de 1941)

O Doutor José Leite de Vasconcelos
Pre-Historiador

pelo P.^e Eugénio Jalhay

O Doutor José Leite de Vasconcelos

Pre-Historiador

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

NA primavera de 1909 encontrava-se no Colégio do Barro, situado a poucos quilómetros de Tòrres Vedras, o Rev.^{do} P.^e Paulo Bovier Lapierre, francês, antigo professor de bacteriologia da Universidade de Beirute (Síria), arqueólogo distintíssimo. Num dos seus passeios pelas colinas próximas, suspeitando de certas pedras que rompiam o carrascal na parte superior do cabeço do chamado Monte da Pena ou da Cruz, fêz desobstruir o terreno e deparou com um monumento funerário de primeira ordem, logo por êle classificado de eneolítico. Convidado o Director do Museu Etnológico a explorá-lo em proveito do Estado, mandou em seu nome o então Conservador do Museu, Dr. Félix Alves Pereira, por ter de se ausentar nessa data para o Egipto em missão oficial. Apenas de lá chegou, apressou-se a ir visitar pessoalmente tão importante monumento, e acompanhado pelo mesmo Dr. Alves Pereira, passou em Tòrres Vedras e no «tholos» do Monte da Pena o dia 6 de Julho. Já então se pusera a descoberto todo o local da sepultura e se recolhera no Museu de Belém o rico espólio encontrado.

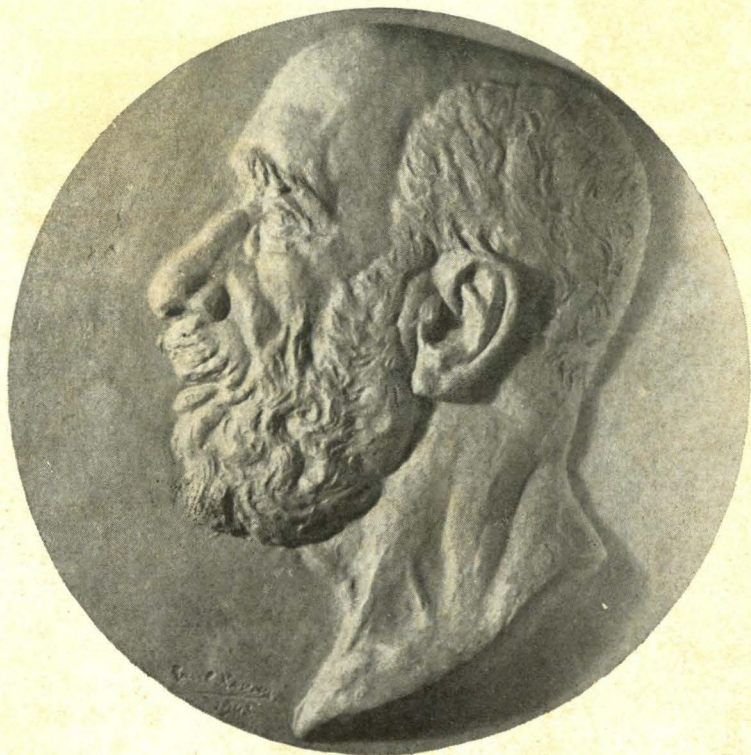
Data dêsse dia 6 de Julho de 1909 o meu primeiro contacto com o Dr. José Leite de Vasconcelos. Já lá vão portanto uns 32 anos. Como tinha auxiliado o P.^e Bovier Lapierre nas suas pesquisas, fui naturalmente apresentado ao eminente Professor. E a-pesar-de eu ser apenas um

simples estudante, não se dignou de me animar com um certo entusiasmo a cultivar a Arqueologia, oferecendo-me logo nessa ocasião o seu «Portugal pre-histórico». De Lisboa continuou a manter comigo frêquente correspondência, e mais tarde, quando os seus achaques o levavam às águas de Melgaço, raro era o ano em que não atravessava o Minho e ia passar comigo uma semana no Colégio de la Guardia. Dividíamos então esses dias em duas partes: a manhã dedicávamo-la à Etnografia, a tarde à Arqueologia. E era de ver como o Dr. Leite de Vasconcelos percorria horas e horas as estações paleolíticas e de tipo asturiense da foz do Minho, as casas circulares e ruelas do castro sobranceiro de Santa Tecla, ou as gravuras rupestres de Oya e Villadesuso.

Reunimo-nos hoje aqui, meus senhores, para prestar à sua memória o preito da nossa admiração e do nosso reconhecimento. Muito lhe deve esta Associação, muito lhe deve o país inteiro, muito lhe deve a Ciência. Se outro motivo não existisse, bastaria para ele ter jus à nossa gratidão, esse grandioso Museu de Belém, que é obra sua. Quantos sacrifícios, quantas caminhadas, quantos dissabores lhe não custou esse escrínio das nossas antiguidades nacionais! É nessas pedras toscas, nessas lápides, nesses machados de bronze, nesses objectos salvos por ele de vandalismos certos, que nós deveremos ir entroncar o nosso Portugal de hoje. A História, como aqui mesmo já tive o gosto de demonstrar, assenta as suas raízes na Pre-história.

Convidado a vir dizer duas palavras nesta sessão solene sobre o Dr. Leite de Vasconcelos como pre-historiador, aceitei, não por estultamente me julgar o mais apto ou o mais indicado para o desempenho de tão honroso convite — bem longe disso me considero — mas tão somente para me desobrigar da dívida pessoal de amizade e gratidão para com o grande Mestre.

O Dr. Leite de Vasconcelos não foi um pre-historiador especializado, como hoje os temos neste campo da Ciência. Havemos mesmo de confessar que a sua formação, bem cedo orientada para outras direcções, foi deficiente em Geologia, em Paleontologia e ciências afins, que são a base — *sine qua non* — dum bom pre-historiador. Foi sobretudo um trabalhador e um erudito. Mas a-pesar-disso revelou em muitas ocasiões, aptidão não vulgar para ser um grande pre-historiador no verdadeiro sentido da palavra. Além das suas notas descritivas, vindas à luz quási



DOUTOR JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

Medalhão de Raúl Xavier

sempre depois das suas viagens, esboçou trabalhos de síntese, que, para a época em que foram elaborados, se podem colocar ao lado dos de qualquer pre-historiador mesmo especializado.

Não se deu particularmente ao estudo do nosso Paleolítico. Na arqueologia pre-histórica vemos que o atraíam mais o Neolítico e o Bronze, sem falar de outros períodos mais chegados a nós. Em todo o caso, deixou-nos certas notas e apreciações a indicar conhecimentos não vulgares dos tempos mais remotos da Humanidade. Já em 1884 no seu opúsculo «Portugal Pre-histórico» nos dá um resumo bastante bem feito do que até então se conhecia à-cêrca-do paleolítico português. Refere-se nêles sobretudo aos trabalhos de Carlos Ribeiro e Néri Delgado, e é de notar o interesse com que descreve a fauna fóssil, recolhida por êste último na gruta da Furninha em Peniche. Antevê já então a importância que o estudo do glaciário há de ter na Pre-história: «Ao grande calor, diz, succede o grande frio. A Europa cobre-se de gelos, cujo excessivo desenvolvimento se explica pela muita humidade atmosférica, e o homem assiste impassível à marcha triunfal das enormes rochas erráticas, arrastadas pelas geleiras, de declive em declive. As modificações climatéricas trazem consigo evidentemente modificações secundárias, quer de ordem biológica, quer de ordem social». Breve, mas exacto.

Quem conhece um pouco da nossa pre-história, sabe bem que uma das nossas principais estações paleolíticas, senão a principal, é a do Casal do Monte, situada junto à Póvoa de Santo Adrião, nos arredores de Lisboa. Foi descoberta em 17 do Outubro de 1909 pelo então estudante do liceu Joaquim Fontes, que logo no ano seguinte dela dava notícia no *Archeólogo Português*. É uma estação de superfície, quasi limitada aos conglomerados paleogénicos depositados sobre a toalha de basalto que forma o morrozito do Casal e que se estende para os lados de Montemor. Várias outras estações se têm encontrado na extensão desses conglomerados que, ao Norte, vai até Alverca, e ao Sul termina mais ou menos em Benfica, desviando aí para Leste até Lisboa. Foi em paleólitos desta estação que o eminente Professor Breuil descobriu recentemente estrias provenientes de fenómenos de solifluxão de terrenos, tão importantes para a determinação da cronologia quaternária. Pois bem. O Dr. Leite de Vasconcelos olhou sempre com vivo interesse para o estudo desta estação. O seu próprio descobridor, na notícia já citada que dela publicou,

confessa que o Dr. L. de V., ao vêr os sílices e quartzites por êle recolhidos, foi logo de opinião que eram talhados intencionalmente, e lhe facultou com as maiores facilidades a biblioteca do Museu Etnológico, para completar o seu estudo. Em 1915 o próprio Dr. L. de V. publica também, por sua vez, um trabalho sôbre o Casal do Monte no *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* com o título de «Objectos paleolíticos do Casal do Monte».

Em 1916 descobre o Prof. Breuil a não menos importante estação de Arronches a 12 quilómetros, mais ou menos, da fronteira espanhola, num terraço de 20 metros sôbre o Caia. O seu interêsse principal está em ser uma estação, não já de superfície como a do Casal do Monte, mas de estratificação. Com efeito os instrumentos apareceram ao abrirem-se vários poços de extracção de argila para fabrico de telhas. Nesta argila ou terra amarelada existem várias camadas de calhaus rolados, entre os quais o Prof. Breuil encontrou uma série de magníficos paleólitos. Os da camada inferior estão mais rolados que os da superfície. Leite de Vasconcelos, como que em aditamento ao trabalho publicado por Breuil no *Archeólogo*, escreve também uma nota pessoal dando notícia de alguns instrumentos que o descobridor da estação lhe deixou em Lisboa para o Museu Etnológico. Termina essa nota, a que deu o título de «Objectos paleolíticos de Arronches remetidos ao Museu Etnológico pelo Sr. Prof. Henrique Breuil», com estas justas observações: «Os achados do Sr. Prof. Breuil permitem que conheçamos agora um pouco melhor que antes a área geográfica da civilização paleolítica portuguesa. Até aqui não se havia ainda descoberto ao sul do Tejo, indiscutivelmente, nenhuma estação paleolítica. Ao presente sabe-se que o Homem na primeira idade da pedra estacionou em Portugal nas seguintes províncias:

Alentejo: estação de Arronches.

Estremadura: Peniche, Cezareda, arredores de Lisboa (Casal do Monte, etc.), das Caldas da Rainha, de Leiria, de Alcobaça (?).

Beira: Mealhada.

Entre Douro e Minho: arredores do Pôrto e de Viana do Castelo (descobrimento inédito do Dr. Vítor Fontes).

Trás-os-Montes: arredores de Chaves.

Com certeza que, prosseguindo a investigação, se devem descobrir muitos outros vestígios do viver dos nossos primitivos antepassados,

ainda que pareça que a civilização neolítica, entre nós, aniquilou em grande parte a anterior».

Tirando esta última observação, e talvez alguma atribuição menos exacta ao apresentar a área geográfica do nosso paleolítico, esta vista de conjunto é verdadeira para a época em que foi escrita.

Quando em 1916 o Dr. L. de V. visitou o Museu de Castelo Branco, hoje Museu Tavares Proença, em memória do seu principal organizador e fundador, já falecido, chamou-lhe a atenção o esplêndido biface que de Leiria para lá trouxera o mesmo Tavares Proença. Encontrara-o êste nuns terrenos de aluvião das proximidades da Quinta da Cortiça, onde então residia. É de aspecto amigdalóide, com perfil em zigue-zague, de quartzite bastante rolada. Em 1922, o Dr. L. de V. volta a falar desta peça, embora já em 1910 Tavares Proença a tivesse publicado nos seus *Materiais*. É que, diz êle, sendo o artefacto de tipo chelense «por não abundarem entre nós estações arqueológicas da época paleolítica, importa tornar mais conhecido do que é». E a-propósito escreve que são já quatro os bifaces chelenses que se conhecem da região extremenha: um publicado por Cartailhac, outro por Joaquim Fontes, o terceiro e quarto, dos arredores da Lagoa de Óbidos, dados a lume pelo Dr. Félix Alves Pereira.

Não esquece a abundantíssima e ainda mal definida estação de Monsanto, e a ela se refere em dois trabalhos, reivindicando, com um zêlo muito seu, para o Colector António Mendes, dos Serviços Geológicos, a primazia do seu descobrimento. «Descobridores de Monsanto» é o título do 1.º trabalho, publicado em 1922 no *Archeólogo*; «Lisboa Arcaica», o outro mais recente, de 1937, em que cita a estação «como o mais antigo, no estado actual da ciência, que se há de indicar na vida histórica de Lisboa, relativamente a objectos materiais, e não saindo da cidade».

Vai por vezes ao Estrangeiro, a congressos e viagens de estudo. É verdade que o atraem mais os arquivos — onde aliás encontrou documentos inéditos do mais alto valor para a nossa literatura — mas a Pre-história não o seduz menos. Passa em 1913 por Amiens. O próprio Professor Commont, a quem tanto devem e deverão as ciências pre-históricas, será o seu guia às celeberrimas aluviões de Montières e Saint Acheul. É com êste entusiasmo que êle nos descreve essa visita: «Durante a minha estada em Amiens tive o melhor cicerone que podia ter, o Sr. V. Com-

mont, professor da escola normal da capital dos *Ambiani*, e arqueólogo eminente, que tem estudado com profundidade as antiguidades pre-históricas (sobretudo paleolíticas) do N. da França, como consta de numerosas memórias por êle publicadas. Eu fôra-lhe apresentado por outro arqueólogo de nomeada, o Sr. P.^e Breuil, professor do Instituto de Paleontologia Humana de Paris: o Sr. Commont fêz obséquio de não só me deixar ver o seu museu particular, que é muito rico de objectos paleolíticos, mas de me acompanhar a Saint Acheul e a Montières; além disso cedeu-me alguns sílices para o Museu Etnológico, e concorreu para que eu adquirisse outros em Montières. Ao todo trouxe para Belém o seguinte: um coup de poing da camada chelense, e mais onze instrumentos (lâminas, etc.) da camada mustierense de Montières; três belos coups de poing e um raspador côncavo, todos êles da camada chelense de Saint Acheul.

Que se observa em Saint Acheul e Montières? Observam-se terrenos cortados verticalmente com intuitos industriais, para daí se extrair pedra, saibro, etc. Os cortes vão pondo a descoberto as camadas sedimentares depositadas pelo rio na era pleistocénica ou quaternária antiga, e nelas o Sr. Commont apanha sílices e restos de faunas, com que successivamente enriquece a Ciência. Em Saint Acheul os depósitos ou estão já quasi destruídos ou cobertos de casas; em Montières trabalha-se também na destruição com ardor, e até foi um dos operários quem me deu os instrumentos que há pouco mencionei como lá obtidos. Vê-se que em toda a parte os interesses materiais sobrepujam os do espirito. Porque é que o Governo, para estudo e para memória, não manda reservar ao menos um retalho das pedreiras de Burtel e Tellier, se o Sr. Commont em um dos seus opúsculos diz que «cette coupe, appelée à disparaître prochainement, est certainement la plus belle du Quaternaire de l'Europe»?

Na sua obra monumental *Religiões da Lusitânia* pouco se demora no Paleolítico (não passa duma página). Em Portugal quasi nada se conhecia então (1897), que pudesse dar matéria ao estudo da religiosidade do Homem dessa época. Mas o Neolítico oferece-lhe campo vastíssimo. Estuda o culto da natureza, os mitos astronómicos, amuletos e objectos amuletiformes, trepanação, o culto dos mortos nas grutas naturais e artificiais, dólmenes, criptas, cistas e arte rupestre, etc.

A publicação em conjunto de tudo quanto escreveu à-cêrca-do neolí-

tico português, daria uma obra interessantíssima. É principalmente no *Archeólogo* que se acham dispersas as suas observações. Ao noticiar as suas viagens pelo país, fixa-se nos dólmenes, nas mamoaas, nas antas, e é rigoroso e completo nas descrições. Um artigo ao acaso — o que vem no vol. 25 do *Archeólogo* e que intitula «Notícias arqueológicas do Alto Alentejo» — dá-nos notícia pormenorizada de 9 antas do concelho de Niza: Anta 1.^a de S. Gens, Anta 2.^a de S. Gens, Anta 1.^a do Vale de Anta, Anta 2.^a do Vale de Anta, Anta do Couto Biscaia, Anta do Vale Gateiro, Anta do Vale de Castelo, Anta de Perlim e Anta de Alpalhão.

A um Congresso Internacional (Roma) apresenta uma comunicação sôbre certa maneira curiosa de fabricar dois machados neolíticos, duma só pedra, baseado num instrumento de fibrolite, encontrado em Ervedal do Alentejo. Pigorini discorda de tal interpretação. Mas apoiam-na Cartailhac, Waldemar Schmidt, Muller e Coutil, que lhe pedem moldes do artefacto para os museus de Toulouse, Roma e Copenhague.

O primeiro trabalho sôbre pinturas em dólmenes portugueses é por êle impresso em *l'Homme Préhistorique*, em 1907, sob o título de «*Pintures dans les dolmens du Portugal*». Dêle se serviu recentemente, ampliando-o e completando-o, o eminente pre-historiador alemão Jorge Leisner, no seu magnífico trabalho *Die Malereien des dolmen Pedra Coberta* (1934). A-propósito dêste dólmen galego, reúne êste autor em grupos sistemáticos, vários dos nossos dólmenes pintados e orcas do norte do país em paralelo com outros da Galiza. A Orca dos Juncais, publicada por Leite de Vasconcelos, aparece em primeiro lugar. Vem depois a Orca do Tanque, o dólmen do Padrão (Vandoma), a Pala da Moura, a Orca de Forles, a Orca do Fojinho, a Orca da Sobreda, a Orca da Cunha Baixa, a de Cortiço de Algodres, a da Bouça, a Antela da Mamoa, a Mamoa dos Arcos, o dólmen da Chã de Alijó, a Anta de Zêdas, etc. Comparando-as com as pinturas de Peña Tu, Cangas de Onis, Codesás, etc., Leisner introduz todos êstes monumentos no Eneolítico, e determinadamente na cultura de los Millares.

As esculturas pre-históricas, conservadas no Museu Etnológico são objecto dum estudo de conjunto, também publicado no *Archeólogo*, já em 1910. Ainda o Prof. Breuil não tinha encontrado a bellissima estela da Esperança, não longe do abrigo pintado de Valdejunco, e que hoje é das mais preciosas peças do citado Museu. A pedra de Insalde, o busto

de Boulhosa, o ídolo do Crasto, em Portalegre, a «carranca» da Quinta do Couquinho (Moncorvo) e outra pedra também de Moncorvo compararam-se aqui com outras similares francesas, espanholas e até da ilha de Chipre. Vinte e um anos mais tarde é trabalho que há de ser inteiramente aproveitado até mesmo nas suas gravuras pelo Comandante Octobon, na sua extensa monografia sobre os *Statues-menhirs, stèles gravées et dalles sculptées*. Mas o nosso arqueólogo tem êste merecimento: já em 1910 viu a extrema importância destas esculturas. Outros só a viram 21 anos mais tarde. É exacta a cronologia que lhes atribue o Dr. L. de V. já então. O comandante Octobon repete apenas, neste ponto, o que já estava escrito em 1910.

Um dos trabalhos mais originais do saúdoso Professor é sem dúvida o que apresentou igualmente ao Congresso Internacional de Arqueologia de Roma, em 1912, e a que deu o título de *Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques*. Seguindo apenas a toponímia, o Autor percorre nada menos que 88 concelhos do país, onde existem de facto dólmenes, e completa assim um valioso mapa com a sua distribuição. Para isso foi vendo onde havia povoações ou apenas sítios com êstes topónimos: Anta, Antas, Antela, Antinha, Arca, Arcainha, Arcas, Mama, Mamaltar, Mâmoa, Mamoia, Mamoinha, Mamunha, Orca, Pala, Paradanta (Pedra de Anta), etc. O resultado foi deixar-nos uma indicação preciosa do muito que foi habitado o nosso país durante o Neo-eneolítico. Cartas ou mapas dêstes estão hoje muito em uso entre os pre-historiadores, e denotam um trabalho de síntese, obtido sabe Deus com que esforços. O do Dr. L. de V. já foi feito há 30 anos.

Não posso também deixar de fazer uma referência ao trabalho publicado em 1922 sobre o «encabamento de instrumentos de pedra pre-históricos». É verdadeiramente original, e forma uma interessantíssima monografia. Os sulcos de certos instrumentos mostram como, por êle, eram atadas com correias a cabos de madeira, de chifre e até de barro. As chamadas *herminettes* ou enxós da Estria, Cascais, Sintra e Palmela, não são mais do que imitações de machados encabados com hastes de madeira. Mas mesmo os instrumentos de xisto em forma de báculo simbolizarão igualmente cabos com o seu machado. O Prof. Breuil, ao ver recentemente um dêstes instrumentos no Museu Etnológico, deu-lhe logo essa significação. É dos trabalhos que marcam na bibliografia do Dr. L. de V.

A necrópole pre-histórica do Vale de S. Martinho (Sintra), que compara com a de Alcalar, no Algarve, dá-lhe ensejo para lhe atribuir, num trabalho que veio à publicidade em 1902, uma origem micenense. Não é outra a opinião geral, seguida abertamente ainda hoje, por exemplo pelo Prof. Hugo Obermaier na sua monumental monografia sobre o dólmen de Matarrubilla. Partilharam-na Montelius, Sophus Muller, Déchelette e Hörnes. Quem diz Micenas, diz Oriente e até mesmo Egito. Ora bem. Êsses monumentos circulares de cúpula entram seguramente no Eneolítico. E as relações do nosso eneolítico com o Egito, por exemplo, vão aparecendo cada dia com maior evidência. As escavações que há 4 anos vamos realizando o Sr. Capitão Afonso do Paço e eu no «Castelo» de Vila Nova de S. Pedro, e cujo recheio em parte se guarda já em duas das novas vitrinas dêste museu, têm-nos dado mais de uma prova absolutamente convincente, dessas relações. O facto foi também notado não há muito tempo pelo distinto pre-historiador de Cambridge, Hubert Savory. É uma circunstância que apoia a maneira de ver, já em 1902, do Dr. L. de V., e por isso a deixo ficar aqui.

O problema das placas de xisto também lhe prendeu a atenção, como não podia deixar de ser. Toca êste ponto principalmente quando escreve a crítica bibliográfica do 1.º volume da *Portugália* e já então (1906 — notemos sempre estas datas, pelo que elas representam) afirmava o seguinte: «Na Beira Alta e na Beira Marítima nem o Sr. Dr. Santos Rocha nem eu, nas nossas explorações dolménicas, as temos encontrado; tão pouco se sabe do aparecimento delas nas duas províncias setentrionais de Portugal. Podemos pois provisoriamente concluir que as placas foram do Sul ou Sueste para o Norte, o que melhor se vê do mapa junto, onde se notaram os pontos extremos do aparecimento das placas e alguns dos pontos centrais». E publica um mapa com a distribuição geográfica das placas de loisa.

O estudo de conjunto que um dia se vier a fazer em Portugal sobre a época do Bronze entre nós terá de aproveitar em grande escala o que o Dr. L. de V. nos deixou. O primeiro trabalho que publicou, data de 1906. Refere-se êle a tampas sepulcrais e a objectos provenientes de Santa Vitória, Ervidel, Beringel, Mombeja e Marmeleite. Coloca-as no Bronze. É assim mesmo. Pelos estudos e conclusões mais recentes, verifica-se que pertencem à cultura de El Argar, que hoje se situa não já no

princípio do Bronze, mas num período bastante central do mesmo. O Prof. Bosch Gimpera modificou a sua opinião primitiva, entre outros motivos, pelas armas gravadas nestas tampas de xisto de sepulturas portuguesas. E quem chamou para elas em primeiro lugar a atenção dos estudiosos, foi o Dr. L. de V. em 1906.

Dois anos mais tarde, em 1908, dá a conhecer a esplêndida lápide insculturada da Defesa (Sant'Iago do Cacém) e as cistas sepulcrais de Panóias de Ourique, incluídas também na cultura do Bronze de El Argar. Só por ter salvo estes monumentos preciosíssimos da nossa pre-história, tem o Dr. L. de V. jus ao nosso perene reconhecimento. Porque foi êle quem salvou por exemplo a lage da Defesa. Êle próprio escreveu a um amigo que a procurasse obter do dono da propriedade em que fôra encontrada, e êle próprio a foi buscar pessoalmente em Março de 1908.

Ainda incluídos nesta série de trabalhos, devemos mencionar o que publicou em 1920 sôbre os braceletes de bronze do Casal dos Fiéis de Deus (Bombarral) e várias xorcas também de bronze de Alcaínça e de Moledo.

Sôbre o Ferro quis também começar uma série de artigos, semelhantemente ao que fizera com a época do Bronze. Devemos concordar em que não foi tão feliz. Deixou porém observações e notas, em si interessantes e de certa importância, sôbre vários castros do norte do país, como por exemplo a cidade velha de Santa Luzia, o castêlo de Guifões, Conimbriga, estátuas de guerreiros lusitanos, etc. Neste período da nossa pre-história, são verdadeiramente magistrais os estudos que nos legou sôbre os Gróvios, povo que habitou a Galiza, Entre Douro e Minho e parte da Beira Alta, sôbre os Cónios, habitantes do nosso Algarve, e que possivelmente alcançaram Conimbriga, ou mais correctamente Coniumbriga, segundo a lápide votiva de Freixo de Numão, e também sôbre os Seúrros, que Plínio coloca entre Braga e o rio Minho.

E chegamos assim ao período da romanização da Península, que no vol. III das *Religiões da Lusitânia* encontra o mais belo resumo que poderíamos desejar, como já o salientou o Sr. Dr. Joaquim Fontes em discurso proferido neste mesmo lugar, por motivo da nomeação do Dr. L. de V. como presidente de honra da nossa Associação. O que êle publicou, por exemplo, sôbre os nossos documentos lapídeares romanos! Temos de reconhecer que neste ponto sobretudo deixa uma lacuna insubsti-

tuível. Era mestre em Epigrafia, e batia-se galhardamente com Hübner, com Dussaud, com Fita e com Marcelo Macias. O Panteão lusitano será por êle enriquecido com nomes que ficarão para sempre célebres na história das religiões, anteriores ao Cristianismo. O deus Endovélico do nosso Alentejo, a deusa Atégina da mesma região, a deusa Návia do Ribatejo, a Trebaruna do Fundão e da Lardosa, o deus Arêncio também da Beira Baixa e tantas outras divindades indígenas dos Túrdulos, dos Igeditanos, dos Gróvios e dos Lusitanos pròpriamente ditos!

Na sua obra vastíssima — e não quis sair do domínio da Arqueologia — fui respigando ao acaso estas notas, que dão apenas um pálido reflexo do que foi o Dr. Leite de Vasconcelos como pre-historiador. Sejam elas como flores esparsas que lanço comovido e saudável sôbre a campa do grande Mestre. Que a sua inteligência vivíssima, agitada por vezes nos últimos anos com a dúvida pungente da vida futura, tenha alcançado, ao fechar a brilhantíssima carreira de 83 anos tão cheios de benemerências, a paz que só em Deus se encontra!

A Etnografia
e o Doutor José Leite de Vasconcelos

por Joaquim Sellés Pais de Vilas-Boas

A Etnografia e o Doutor José Leite de Vasconcelos

DIGNÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES:
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Adouta Associação dos Arqueólogos Portugueses, num gesto de gentileza imerecida, convidou o sócio mais novo nos anos e no saber, para falar sôbre a Etnografia e o Mestre.

Aceitei imediatamente o convite como ordem honrosa de acto de serviço.

Têm V. Ex.^{as} o motivo, que justifica a minha presença no uso da palavra.

Aceitei imediatamente o convite não sem sentir sérios embaraços, motivados pela magnificência e vastidão da obra, que me propunham tratar. ; Eu que pouco passei do quarto de século, estudar o labor constante de 83 anos!

A V. Ex.^{as} as minhas desculpas, com o pedido de fixação de atenções sôbre as palavras do Rev.^o P.^o E. Jalhay — meu antigo professor no colégio de La Guardia, e a quem me ligam sólidos laços de profunda amizade e consideração — e Dr. Pedro Batalha Reis, para assim só levarem da minha pessoa, a recordação de mais um discípulo de tão grande Mestre, que procurou cumprir.

* *

Minhas Senhoras e Meus Senhores :

A Associação do Arqueólogos Portugueses resolveu prestar pública homenagem de saúdosa memória ao Mestre insigne, ao trabalhador incansável, ao eminente português, à inteligência fecunda, ao vasto saber do nosso Presidente de Honra, que em vida foi o Doutor José Leite de Vasconcelos.

Resolveu perpetuar — esta que foi Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses — com pública homenagem, a memória do cientista incomparável, que com a mesma profundidade tratava os assuntos mais diversos.

Na Arqueologia e Etnografia, nos estudos filológicos e numismáticos, para o talentoso Mestre não havia lacunas: tudo dissecava cautelosa-mente.

A sua obra vastíssima em trabalhos, um *mare magnum* de erudição, é profundamente nacionalista em si mesma, é magnificamente séria.

Profundamente nacionalista, pois como nenhuma outra estuda o povo português na sua origem, na sua língua, nos seus costumes, nas suas tradições.

Magnificamente séria, por ser extraordinariamente documentada. Vivendo uma época pouco propícia a trabalhos dêste teor, o Mestre Leite de Vasconcelos alheia-se do ambiente mesquinho que o rodeia e trabalha, — trabalha sempre — até Deus se dignar levá-lo desta querida Pátria portuguesa.

A ETNOGRAFIA E LEITE DE VASCONCELOS

O termo Etnografia, representativo de uma ciência nova, aparece em escritos portugueses, pela primeira vez em 1815, empregado pelo Visconde da Lapa, num artigo publicado nas *Memórias Económicas da Academia das Ciências*, no seu V volume a páginas 159, com um sentido restrito, ou seja «a raça humana de uma nação e a sua origem».

Desde William Thoms a Adolfo Coelho, de Heilborn ao nosso Herculano vários significados teve este termo, tão pequeno em si, de sentido tão lato actualmente.

Hoje — sem necessidade de ir ler um Saintyves ou um Raffaele Corso, para me cingir aos mais modernos — dentro do cultores nacionais desta ciência — e entre êles destaco como astro de primeira grandeza Leite de Vasconcelos — temos definições que se ajustam plenamente à nossa maneira de ver.

Assim: ao conjunto da Ergografia — estudo da representação material, concreta, da vida tradicional de um povo — e do Folclore — estudo das manifestações morais dêsse povo — dá a Ciência, actualmente o nome de Etnografia.

Fácilmente ao fazer a análise da difinição de cada uma destas ciências, veremos que se completam: aqui temos os testemunhos morais — o Folclore — ; além os naturais — a Ergografia.

¿ E êsse conjunto de representações morais e materiais de um povo, o que é senão a tradição dêle mesmo ?

¿ O culto da Etnografia, o seu estudo, em que será diferente do estudo, do culto da Tradição ?

Alguém, bem novo ainda, e não há muitos meses, definiu mesmo Etnografia como «a ciência da tradição». Dêste conjunto de factos, claros em si mesmos, dêste somatório de ideias, é que eu qualifico a obra em cousa de «profundamente nacionalista».

¿ Com que juízo crítico, imparcial, Leite de Vasconcelos analisa as definições !

¿ Com que raciocínio claro, com que lógica, chega à conclusão da definição da Ciência !

Páginas de magistral doutrina, descrições feitas por quem tôda a vida ensinou: cada frase é um conceito, cada página um dicionário bibliográfico.

Não é inteligência nem coração capaz de apresentar a definição moderna sem a deduzir.

A justa auréola que envolvia o seu nome de sábio mestre, seria o bastante para fazer acatar em absoluto o que da sua pena saísse.

Magister dixit para êle representava a obrigação imediata do «porquê».

A SUA MANEIRA DE VER E TRABALHAR

Não tive a felicidade de ser apresentado a Leite de Vasconcelos: por tradição conheço-o e admiro-o —; parece que está vivo! — e, partindo do princípio que uma obra é espelho, é retrato, de quem a fabrica, achei que o meu modesto trabalho ficaria com maior lacuna, se não apresentasse perante V. Ex.^{as}, mesmo com descolorido das minhas tintas, o perfil do trabalhador, mais do que isso do batalhador incansável.

Dos terrenos cortados de Trás-os-Montes, província de lendária franqueza, à bela região das amendoeiras, desde o sorridente Minho de desconfiadas gentes às ricas Beiras, Leite de Vasconcelos tudo correu, utilizando os meios da região, e que os fracos recursos materiais permitiam.

Uma ideia superior orientava o Mestre nesse calcurriar de montes e vales: a ideia simples de aprender para ensinar.

Aqui, em qualquer tira de papel, tomava nota de uma prosa ouvida; além, recolhia uma quadra que próximo se cantava.

Inquiria tudo, tudo pretendia colher.

Uma excursão de estudo, uns dias de férias, eram para Leite de Vasconcelos um manancial inexgotável de material.

Qualquer cantiga popular, qualquer adágio, o objecto à simples vista mais diminuto, prendia a sua arguta e bem educada atenção.

Por pedido ou por compra, em apontamentos ou caixas, o que via tinha de o acompanhar. Causava espanto, mesmo quando avançado na idade — contaram-mo pessoas que tiveram a honra de o conhecer e acompanhar — como abrangia tudo, e com uma extraordinária meticulosidade anotava as mais pequenas particularidades.

Poderei dizer, sem receio de ofender a sua memória, que saía sempre de casa com o objectivo de fazer qualquer coisa útil, quer salvando uma peça, quer arquivando um costume.

O desejo de ser útil ao bem geral, aos estudiosos, era tão grande que em algumas terras da província se notava contra êle uma certa má vontade, por se verem repentinamente despojados de objectos de que eram possuidores.

Qualquer peça de valor que via — não liguemos ao valor sentido comercial — procurava trazê-la para Belém, e aí se expunha devidamente

estudada. Se o não conseguia por dádiva, procurava meios de o adquirir por compra e não abandonava o proprietário e o objecto desejado, sem o trazer consigo.

Quando as negativas se sucediam, ia mais longe:

— Você não tem o direito de ter esta preciosidade aqui. Eu levo isto para o Museu (Belém), e o seu nome passará à posteridade por benemérito.

Com geral desagrado dos detentores — que só tinham o gôsto avaro de possuir — Leite de Vasconcelos ia enriquecendo o Museu, que tão justamente tem o seu nome, e tanto desgôsto lhe deu: Leite de Vasconcelos ia fazendo uma obra imorredoura.

Pena é que cada distrito não possuísse, ou possuia, uma vontade semelhante, pois assim ter-se-ia evitado o descaminho de muito material, que para prejuízo da Ciência, e estudo do nosso torrão, foi parar às mãos de quem... se limitou a perdê-lo.

A bem ou a mal, tudo colhia, tudo salvava.

Se ia ver um castro romano, não regressava a sua casa, sem vir cheio de apontamentos etnográficos. Os seus conhecimentos eram tão profundos, tão bem formados e sólidamente construídos que para Leite de Vasconcelos havia valor nas mais diminutas manifestações; valor êsse que justificava uma notícia ou artigo, que melhor seria chamar lição.

Actuava com tal tacto, encaminhava as conversas para o assunto que pretendia estudar ou colhêr, torcia a conversa até aprender dos usos e costumes, das lendas, do fim de certos prestos agrícolas com tal habilidade e inteligência, que por certo nunca teria sentido as dificuldades naturais em qualquer principiante nesta difícil ciência, em que a colheita é directa, tem de ser feita *in situ*. Quem se tenha dedicado ao estudo de qualquer manifestação ergológica ou folclórica, sem possuir os dons naturais precisos — que o Mestre de sobejo tinha — terá notado que no princípio se sente um tremendo vazio.

Tive grandes momentos de desalento — creiam V. Ex.^{as} — quando, ao pretender estudar na minha terra uma indústria popular, que o mau gôsto moderno abastardava, em dias consecutivos de conversa não trazia para casa de meus Pais coisa diversa do pó das estradas e uma vontade firme de vencer.

Falava a um e a outros, procurando-os na hora de trabalho; ofere-

cia cigarros aos mais velhos; aos chefes de família estendia amigavelmente a mão — é este o velho costume minhoto —; tirava fotografias ao mesmo tempo que encaminhava a conversa.

As esquivas eram nítidas, e às minhas perguntas principiavam as respostas monossilábicas.

Só tarde, mais tarde, depois de saberem quem eu era e o fim que ali me levava, é que adquiri o material e informes de que carecia.

Posso, assim, justamente avaliar do esforço de Leite de Vasconcelos, dos seus predicados naturais, ao recordar que quando principiou a trabalhar nesta ciência, ser arqueólogo ou etnógrafo eram sinónimos de insuficiente cerebral.

O Doutor José Leite de Vasconcelos trabalhou sempre, nunca perdeu a oportunidade de colhêr elementos, nunca desperdiçou uma frase estropiada.

A sua maneira de trabalhar era simples.

A sua maneira de ser, minhas Senhoras e meus Senhores, descrevê-la-ei na grandeza de um simples postal que do Mestre guardo.

Em 1938 fazia em carta a Leite de Vasconcelos uma pequena pergunta.

Passado tempo recebia um postal de miúdinha letra — perto de 80 anos — em que me respondia com a clareza que lhe era peculiar, e me incitava a continuar dizendo-me:

«Somos tão poucos a trabalhar nesta imensa seara!»

O Doutor José Leite de Vasconcelos, por certo, nem de nome me conhecia.

Assim era a sua maneira de ser.

A SUA OBRA

Médico distinto, de uma cultura quasi enciclopédica, o Doutor José Leite de Vasconcelos, com aptidões excepcionais de trabalho, estudava o povo português sob todos os aspectos.

Um homem superior só podia ficar satisfeito com um trabalho completo.

¿ Mas seria a sua consciência intelectual, e só ela, que o levou a tão completos estudos?

As palavras do distinto etnógrafo, glória de Portugal, a quem com a *Revista Lusitana* cabem as honras de fundador de uma Escola, melhor que quaisquer outras nos mostram como se fêz cultor desta ciência.

A páginas 12 da sua monumental *Etnografia Portuguesa — Tentame de Sistematização* volume I, de 1933, diz:

«...A Etnografia, aplicada ao passado, fica sendo nesse caso Arqueologia...»

Vejam V. Ex.^{as} que síntese primorosa de um pensamento, que ideia clara de uma definição. Emquanto estudava as nossas origens, e as suas múltiplas manifestações através das épocas, natural e insensivelmente veio até aos nossos dias. Era arqueólogo, e como consequência lógica da meticulosidade dos seus estudos tinha de ser etnógrafo.

Mais adiante, diz o chorado Mestre:

«...como entre as ciências não podem frequentemente estabelecer-se distinções terminantes acontece haver assuntos... que tanto pertencem ao Folclore como à Ergologia.»

Pela análise da sua frase, creio bem e sem juízo de errar ao fazer tal afirmação, que essa dependência comum o Mestre a encontrou — por lógica dedução — entre outras ciências.

Sem desviar o seu pensamento, nem me afastar da sua grande obra, antes metendo-me perfeitamente na sua análise, eu julgo poder afirmar que há pontos comuns às ciências Arqueologia — Ergologia e Filologia — Folclore.

Leite de Vasconcelos não o afirma, mas a cada passo a sua obra o demonstra.

Não me proponho, descansam V. Ex.^{as}, analisar cada trabalho de per si.

Em primeiro lugar não me incumbiram de aborrecer quem veio mais que por mim pelas magistrais lições dos Rev.^o P.^o Eugénio Jalhay e Dr. Pedro Batalha Reis; depois, mesmo que o pretendesse, o assunto é tão vasto e tão fracas são as minhas forças!

* *

Analisar uma obra é sempre tarefa dura, especialmente ao tratar-se dêste caso, em que não só a auréola que envolvia o autor, como a obra em si, sentiram abertas as portas de tôdas as academias científicas, nacionais e estrangeiras com geral aplauso.

Analisar uma obra — e só pretendo glorificá-la — é mais que tudo, e antes de qualquer outro facto, vê-la na época em que se formou.

Assim analisar uma obra, criticá-la, seja esta destrutiva ou não, como na presente, vendo-a isolada é cair em êrro grave.

Para uma solução inteligente, de conclusões concretas e indestrutíveis, devemos acompanhar a questão recordando sempre:

a) O ambiente que rodeava o autor ao formar a sua obra.

b) Se atingiu ou não o fim desejado, e só no fim de fazer o nosso juízo crítico sôbre estes pontos, podemos entrar tranqüilos na precepção da obra em si.

Ràpidamente, lancemos os olhos sôbre o panorama português de então — depois de 1857.

Lutas de partidos — tantos como as lutas — choque de ambições desmedidas, demagogia; o timbre usado era a falta de carácter, as ideias em marcha eram maldita exportação.

Neste entrechocar de vaidades, nasceu, cresceu e formou-se o Doutor José Leite de Vasconcelos. Por certo estava destinado a ser grande.

Rodeado por meia dúzia, viveu num país de tal nível, que o nosso Estácio da Veiga, no final do seu IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve*, deplora, dizendo:

«...se é que a êste país cabe ainda fundada esperança de se poder engrandecer pela Ciência...»

Tracemos agora um paralelo — seja-me permitida a figura — para o Doutor José Leite de Vasconcelos na relação homem — meio ambiente e concluirei:

Por ter nascido em época de crise científica nacional, Leite de Vasconcelos, tendo conseguido em anos de labuta constante, deixar a extraordinária obra que se lhe admira e louva, foi incomparavelmente grande pela altura a que subiu, foi magnificamente magnânimo pelos frutos que espalhou.



Depois de, com tintas esbatidas, mas creio que com verdade, ter passado os olhos sôbre o panorama do seu tempo, e de ter podido concluir, sem ideias pre-concebidas que êsse facto só dignificou a sua obra, passemos a analisar os seus trabalhos etnográficos.

Enumerarei a V. Ex.^{as} os principais, pois relembrar a vasta bibliografia de quem tantos anos trabalhou, seria penoso para quem me tivesse de ouvir. Sem distinção de data de aparecimento — Leite de Vasconcelos sempre incutiu um nível intelectual superior aos seus trabalhos — mas principiando pelos de maior tômo, temos:

— *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização* de que saíram os dois primeiros volumes.

— *Ensaio etnográfico* em quatro volumes, dois dos quais esgotados, e que há anos vi nas mãos do já falecido Silva Vieira, em Espozende, ampliados e corrigidos pelo autor para serem reeditados.

— *Boletim de Etnografia*, em forma de revista, mas colaborado só pelo director.

— *A barba em Portugal.*

— *A figa.*

— *Estudo etnográfico a-propósito da ornamentação dos jugos e cangas dos bois das provincias portuguezas do Douro e Minho.*

— *Signum salomonis.*

— *Tradições populares de Portugal.*

— *Sur les amulettes portugaises.*

— *Poesia amorosa do povo português.*

— *Literatura dos contos populares e adivinhas,*

para não alongar mais, a que seria interminável lista, pois não podemos esquecer, que muitos dos seus trabalhos, das suas excursões, viagens arqueológicas o eram também etnográficas, como se vê em:

— *De Campolide a Melrose.*

— *De Terra em Terra.*

Excursão alentejana.

Assiduamente colaborou na:

— *Revista Lusitana*, por êle fundada.

— *Anuário das Tradições Populares.*

— *Portucale.*

— *Revista do Minho,*

não falando em muitas mais nacionais e estrangeiras, nem em jornais da capital, ou província.

Deve ser o cientista que até hoje mais rica bibliografia possui, e bem haja pois a muitos ensinou, enriquecendo extraordinariamente os nossos pobres conhecimentos etnográficos.

*

*

*

A obra do Dr. José Leite de Vasconcelos, no campo da Etnografia é, como V. Ex.^{as} vêem, única no país, e creio até que dificilmente teremos a felicidade de possuir um elemento capaz de trabalhar com semelhante erudição.

Se analisar a sua obra é compará-la a outras, que decepção flagrante temos com as últimas, que desgosto profundo com as nossas, que não estudam mas colhem, que não ensinam mas transmitem.

Passa-me casualmente pela lembrança, por mais próximo, o meu conterrâneo ilustre P.^o Gomes Pereira, nome sobejamente conhecido dos cultores da Etnografia.

Que diferença entre um e outro, e... não podemos esquecer que o minhoto ilustre foi um distinto etnógrafo.

A maior parte dos apaixonados por esta ciência — tanto de hoje como de ontem — limitam-se a reproduzir o que viram ou ouvirem.

Leite de Vasconcelos não podia proceder de igual forma: os seus conhecimentos eram tais, que lhe permitiam cultivar a Etnografia na verdadeira acepção do termo.

Tinha condições, como ninguém, para isso.

Não pensemos, e muito menos desejemos, que só depois de se possuir um nível de cultura semelhante à do Mestre, nos devemos abalancar a estes estudos. Se assim fôsse, se só pudéssemos prestar serviços ao estudo do povo português no seu estado actual depois de possuir profundos conhecimentos de Filologia e Arqueologia; a que nível, em que plano estariam os conhecimentos do *modus vivendi* do nosso povo?

A obra de Leite de Vasconcelos é única nas minúcias a que chega.

São, não o podemos esquecer, os seus conhecimentos a aflorar, mais talvez a vincar, a imprimir um carácter especial, único, e o mais completo de todos, à sua obra.

Tão facilmente o vemos!

Para me não alongar demasiadamente em considerações procurarei confirmar a minha afirmação, parafraseando o homenageado, colhendo aqui e além, na sua magnífica obra, provas evidentes de que não erro ao afirmar que para elle — e para nós por elle — Etnografia é Arqueologia no estado actual das coisas e das gentes.

A páginas 64 do seu trabalho *De Campolide a Melrose* — edição da I. N. e saído em 1915 — interroga o autor:

«¿E que são as choças e barracas dos nossos meloais, e das nossas eiras, hortas e vinhas, senão supervivências do passado, ou melhor, exemplos vivos e eloquentes de como umas mesmas condições mesológicas podem produzir em regiões e épocas afastadas umas das outras resultados idênticos ente si?»

E mais adiante:

«Para quem deseje conhecer as circunstâncias em que viveu o homem pre-histórico, o estudo da Etnografia... é do maior alcance.»

Se não bastassem estas frases do autor, poderíamos recordar que para as suas obras:

Estudo etnográfico a-propósito dos jugos e cangas dos bois das provincias do Douro e Minho, *A figa*, o *Signum Salomonis* e outros, deitou largamente mão dos seus conhecimentos arqueológicos.

Aqui uma comparação, acolá uma supervivência, além recomenda um trabalho ou estampa que nos representa um objecto semelhante, de época muito anterior.

Assim como nestes estudos o Mestre se serve dos seus conhecimentos arqueológicos — talvez como fonte auxiliar — nas suas notícias folclóricas a cada passo se serve dos seus conhecimentos filológicos.

¿E por que não, se os possuía em tão grande amplitude, e na frase do distintíssimo etnografo Dr. Augusto Pires de Lima:

«Uma palavra é muitas vezes o fio que nos conduz à descoberta de

um costume de outras eras, e até nos leva a deslindar um conhecimento histórico dos mais transcendentos?

Filólogo e arqueólogo distinto, entraria na Ergologia e no Folclore: seria etnógrafo.

*

*

*

Minhas Senhoras e meus Senhores:

As palavras do Rev.^o P.^o Eugénio Jalhay e Dr. Pedro Batalha Reis, os ensinamentos de ambos, farão o que, mais que o tempo, a minha falta de competência me não permitiu fazer.

As minhas desculpas e os meus agradecimentos. Salvarão as dificuldades do meu modesto trabalho, a intenção com que analisei a obra etnográfica do Doutor José Leite de Vasconcelos, que, como ninguém, poderia dizer:

Homo sum: humani nihil a me alienum juto.

«Sou homem: e nada do que diz respeito à humanidade julgo estranho a mim.»

O Professor Doutor José Leite de Vasconcelos
na Numismática

por Pedro Batalha Reis

O Professor Doutor José Leite de Vasconcelos na Numismática

SENHOR PRESIDENTE,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

AO ter a honra de dizer algumas palavras da vida científica do Doutor José Leite de Vasconcelos no campo da Numismática, cumpre-me agradecer a incumbência à ilustre Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses que tão justamente deseja, com esta sessão, prestar a sua homenagem, não só ao Arqueólogo insigne que a Ciência Portuguesa acaba de perder, mas também à memória do seu primeiro Presidente de Honra.

Antes, porém, de me desempenhar do encargo, seja-me permitido expressar quanto me é grato pessoalmente tomar parte activa nesta homenagem — ao render o preito da minha sentida saüdade pelo Amigo querido — evocando o Mestre cujo profundo saber durante tantos anos pude apreciar num íntimo convívio, em que êle me considerava — assim o dizia — «um dos seus amigos mais afeiçoados». E assim era.

A perda do Doutor Leite de Vasconcelos senti-a tão dolorosamente como se duma extremosa pessoa de família se tratasse!

Foi há cêrca de 14 anos que me relacionei com êle, tomando para pretexto de o conhecer pessoalmente — pois tanto o admirava — mostrar-lhe umas curiosas *Aresméticas* em determinado códice do século XVI, onde algo se colhia de Numismática: a Ciência que então já me apaixonava, e de que hoje tenho a honra de o evocar nesse campo, e na Asso-

ciação em que êle próprio me propôs para sócio. Assinou conjuntamente a proposta — a pedido dêle também — o nosso antigo Presidente, o ilustre clínico e historiador de Arte, Doutor Luiz Xavier da Costa.

A personalidade científica do Doutor José Leite de Vasconcelos é de tal modo gigantesca que, ainda mesmo nas ciências que êle cultivara apenas subsidiariamente, digamos, como a Numismática, a Epigrafia ou a Hierologia, representa êle no seu meio uma figura do maior relêvo, cujas obras atingem um valor paralelo — quando não ultrapassam — as dos mais eminentes cultores especializados dessas ciências!

Daqui se infere a extensão assombrosa do saber intelectual do Professor Doutor Leite de Vasconcelos nas ciências que êle cultivou com maior afinho, como a Filologia, a Etnografia ou a Arqueologia dum modo geral.

Porém, confinando-nos apenas à sua actividade na Numismática — ao tomar esta palavra em sentido lato — salientaremos, em primeiro lugar, as duas facetas mais características que o Doutor Leite de Vasconcelos nos apresenta neste campo: o *Professor* e o *Escritor*.

Como Professor que foi do Curso regido na Biblioteca Nacional de 1888 a 1911 teve, além do ensino que era ministrado com o mais elevado espirito científico, o mérito de haver publicado as suas lições num admirável *Elencho*, que ainda hoje constitue o melhor compêndio que entre nós existe da ciência das moedas.

Como escritor, a sua acção foi igualmente notabilíssima, nomeadamente na ordenação da «matéria» *Numismática*: começou por definir-lhe o campo, ao estabelecer as demarcações dela não só com a *Medalhística*, mas especialmente com a *Tesserologia* (vocábulo introduzido na nossa linguagem, como tantos outros, por êle próprio, como mestre supremo da pureza linguística), ciência cujos objectivos até ali se encontravam confundidos com os da Numismática e Medalhística.

Deve-se, ainda, a êsse benemérito da Ciência, orgulho da intelectualidade portuguesa, a fixação da terminologia numismática, já criando vocábulos novos (como *nomismalogia*, *numofilácio*, *momo*, etc.) já restituindo-os à sua verdadeira grafia etimológica (como *pátina*, *bolhão*, etc.), já finalmente condenando o uso de palavras estrangeiras, ou apenas aparentemente portuguesas, em detrimento das nossas próprias, tais como *fruste* em vez de *gasta*, *apagada* ou *çafada*; *grenetis* por *círculo*, *cir-*

cuito ou *cercadura granulada* ou *pontuada*; *contrafeita* no lugar de *falsa* ou *apócrifa*, e ainda «à flor do cunho» — que é, como dizia o Dr. Leite de Vasconcelos, «tradução bárbara do francês à *fleur de coin*» — quando se deveria antes dizer *nova* ou *novinha*.

No que respeita propriamente à investigação numismática, temos como a mais saliente — e êle assim o considerava — o descobrimento das moedas de *Milmanda* de El-Rei D. Fernando I, com a nova interpretação da marca monetária *M*, encontrada em algumas moedas daquele reinado, e que até aí fôra tomada como indicativo de Miranda do Douro.

Além desta contribuição estudou o Doutor Leite de Vasconcelos, com a erudição espantosa que o caracterizava, e a intuição admirável que lhe era igualmente peculiar, as moedas autónomas da Península, em que trouxe subsídios inéditos nos seus escritos *Novas Moedas de Salácia* (1896), e *Les Monnaies de la Lusitanie Portugaise* (1901) afora os artigos dispersos n-*O Archeólogo Português*.

Importa agora, ao nomear tão valiosa publicação arqueológica, recordar que foi o sábio de que nos ocupamos o seu fundador em 1895, e que representa ela a Revista erudita que melhor e mais duradouramente (pois conta quási meio século!) tem servido entre nós o estudo e desenvolvimento da Numismática.

São portanto tôdas essas achegas que permitirão, junto de outras, pôr um dia de pé uma nova História das moedas portuguesas devidamente actualizada, semelhante à monumental *Descrição* delas feita por Teixeira de Aragão. Mas são ainda hoje tantos os pontos da Numária portuguesa que se encontram por esclarecer, que seria temeridade — ou antes obra pouco meritória — tentar qualquer publicação com essa envergadura, antes de se haverem resolvido em monografias especiais os problemas que teimosamente ainda nos apresentam interrogações. Por isso não é de estranhar que o Doutor Leite de Vasconcelos — cuja vida se desenvolveu mais perto ainda do aparecimento dessa obra — não publicasse qualquer estudo de conjunto das moedas portuguesas.

Contudo, o que não fêz por essa razão, no estudo objectivo dos numismas, fê-lo na historiografia dêles. A sua obra de grande vulto *Da Numismática em Portugal* (que constitue o IX volume do *Arquivo da Universidade de Lisboa*, de que se fêz separata), é o mais notável monumento de historiografia particular que entre nós se tem escrito — é o

verdadeiro *Livro de Ouro da Numismática Portuguesa*. — Tanta vez o dissemos ao próprio Doutor Leite de Vasconcelos, respondendo-nos todavia êle com um sorriso, tão embrenhado estava ultimamente na sua gigantesca *Etnografia Portuguesa*, que muitas vezes nem se lembrava que o havia escrito! E no entanto é essa uma obra que o tempo difficilmente poderá envelhecer, tão assombrosa é a erudição que encerra. Foi ela publicada em 1923, no apogeu da carreira literária do seu Autor, já como fruto duma longa vida de trabalho, do que resultará manter por longos anos uma actualidade perfeita, que só as futuras gerações poderão renovar, o pêso de muitos e muitos anos.

É ela por isso um monumento que as mais avançadas nações invejam, pois nenhuma possui uma historiografia numismática tão perfeita como a que nos deixou o Doutor Leite de Vasconcelos nessa obra magistral!

*

*

*

Para não alongar demasiadamente a descrição dos restantes escritos dêste Autor concernentes à Numismática, Medalhística e Tesserologia, eis a sua nomeação sucinta:

- *Numismática Nacional*, 1888.
- *Elencho das Lições de Numismática*, 1889-1912, (7 fascículos).
- *Esboço da Historia de Numismática Portuguesa*, 1890.
- *Novas Moedas de Salacia*, 1896.
- *Coup d'oeil sur la Numismatique en Portugal*, 1898.
- *Contos para contar* (servindo de introdução a um opúsculo de Julius Meili), 1900.
- *Les Monnaies de la Lusitanie Portugaise*, 1901 (comunicação apresentada ao Cong. Int. de Num. de Paris em 1900).
- *Gabinete Numismatico da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 1902.
- *Teixeira de Aragão*, 1904, (Notícia bio-bibliográfica).
- *Monnaies anciennes percées d'un trou de suspension*, 1905, (memória apresentada ao Congresso Arqueológico de Atenas em 1905).
- *Poesia e Numismática*, 1906.
- *O Numismata Manoel Joaquim de Campos*, 1909.

- *Sete Medalhas de Guerra Peninsular*, 1911.
- *Inventário das Moedas Portuguesas da Biblioteca Nacional*, (2 fascículos) 1911-14.
- *Medalha da Sociedade Economica de Ponte do Lima*, 1913.
- *Moedas de Milmanda*, 1917.
- *Gratulação ao Prof. Stükelberg* (a proposito duma medalha) 1917.
- *Da Numismática em Portugal*, 1923.
- *Moedas de Ouro de D. João V celebradas em poesias*, 1924.

E finalmente a *Nomenclatura Numismática*, embora escrita há já alguns anos, só últimamente o Doutor Leite de Vasconcelos a enviou para a Imprensa Nacional, encontrando-se em provas, para sair no próximo número da sua revista *O Archeologo Portuguez*.

Por último, no capítulo das homenagens que ao Doutor Leite de Vasconcelos se tem prestado aquém e além fronteiras, apontaremos unicamente as que se registam no campo da Numismática, em obras que lhe foram dedicadas:

Do Dr. Artur Lamas, *Medalhas de Salvação Pública*, 1905; do Dr. Luiz Xavier da Costa, *Domingos António de Sequeira e Francisco Vieira Lusitano, desenhadores de medalhas*, 1923; de Ernesto Enes o *Gabinete Numismático*, 1927: e de nós próprios as *Moedas de Toro*, em 1933.

O Doutor José Leite de Vasconcelos representa, pois, no campo da Numismática e Ciências afins (os ramos que nos foi dado focar) um dos seus cultores mais eminentes, quer pela diversidade e riqueza dos materiais acumulados, quer pela ordenação científica que lhes imprimiu, quer finalmente pelos subsídios novos que lhes trouxe — fruto da sua atilada investigação. Por isso a Associação dos Arqueólogos Portugueses ao evocar a memória do seu venerando Presidente de Honra, honra-se a si própria, ao prestar homenagem a um Homem cuja vida exemplar foi consagrada inteira e exclusivamente à Ciência, e que constitue o orgulho da Ciência Portuguesa. O Professor Doutor José Leite de Vasconcelos é uma verdadeira glória nacional!

Comemoração do 150.º Aniversário
do Nascimento
do 2.º Visconde de Santarém

(Sessões solenes de 14 e 18 de Novembro de 1942)

O Visconde de Santarém Diplomata

pelo Conde de São Paio (D. António)

O Visconde de Santarém Diplomata

É bem certo que a sorte dos homens, como o destino das nações, está dependente, muitas vezes, de circunstâncias alheias à sua vontade.

Assim aconteceu com Manuel Francisco de Barros e Sousa da Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, 2.^o Visconde de Santarém, um dos luminares da Historiografia e da Diplomacia portuguesas no século XIX.

Nasceu em Lisboa a 18 de Novembro de 1791, do primeiro matrimónio de João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, Porteiro da Real Câmara e Tesoureiro do Bolsinho do Príncipe Regente, D. João, mais tarde Rei sexto do nome, com D. Mariana Rita Xavier Porcille O' Kelly Ribeiro Rangel.

Tendo perdido sua mãe, na idade de 8 anos incompletos, foi por seu pai matriculado aos 11 no Colégio dos Nobres, o qual frequentou até aos 16 anos, isto é, até 23 de Outubro de 1807.

Nesta idade, certamente devido à grande privança régia de seu pai e de um seu tio (marido de uma irmã de sua mãe), Francisco José Rufino de Sousa Lobato, futuro Visconde de Vila Nova da Rainha, Guarda Roupas da Real Câmara e Guarda Jóias do mesmo Príncipe, que, por não ter filhos, muito se lhe afeiçoou, e também aos dotes intelectuais e morais que

Manuel Francisco de Barros revelava, o Regente, com aquêlê bom senso que lhe foi apanágio, resolveu dá-lo por companheiro a seu filho primogénito, o Príncipe D. Pedro, nomeando-o Guarda Roupa do mesmo Sereníssimo e irrequetíssimo Senhor.

Foi isto por aviso de 9 de Outubro de 1807.

Passado um mês, a 25 de Novembro, estalou em Lisboa a notícia da invasão de Portugal pelo General Junot, que já se encontrava em Abrantes e que seguia em marchas forçadas sôbre a capital. Convocado o Conselho do Estado, o Príncipe Regente resolveu pôr em prática o plano de há muito previsto para semelhante emergência, e decidiu partir para o Brasil acompanhado da sua côrte.

Impedido, por funções de outros cargos, de acompanhar seu Rei e Senhor, o pai de Manuel Francisco, que havia constituído nova família, resolveu, talvez por isso sem dificuldade, de combinação com seu cunhado Sousa Lobato, e com beneplácito de seu real amo, deixar seguir seu filho para as terras de Santa Cruz, na companhia dêste seu tio, e confiado nas promessas de protecção do bondoso Príncipe.

Teu pai não vai — haveria dito o futuro D. João VI, no palácio da Ajuda para Manuel Francisco de Barros — porém tu acompanha-me e descança que eu te prometo ser teu pai e te farei feliz!

Desta sorte, a 29 de Novembro de 1807, embarcou o futuro 2.^o Visconde de Santarém para o Brasil, sempre como Guarda Roupa do Príncipe da Beira, e na mesma nau em que seguia o Príncipe Regente.

Desembarcado no Rio de Janeiro, continuou no exercício das suas funções palatinas por mais ano e meio.

Ao cabo de 20 meses de serviço junto do Príncipe D. Pedro, Manuel Francisco de Barros foi acometido de grave, longa e contagiosa enfermidade, a terrível varíola, o que o obrigou a afastar-se temporariamente das suas funções no Paço.

Segundo seu próprio depoimento, recentemente descoberto no arquivo do Marquês do Lavradio e revelado pelo Snr. Ângelo Pereira na revista *Ocidente*, donde extraímos êste e outros curiosos pormenores biográficos até agora inéditos, as qualidades reveladas por êle foram logo o suficiente para concitarem contra si, na própria côrte, uma cabala de invejosos que logo procuraram transformar em definitivo o seu forçado afastamento do palácio, fazendo nomear para o substituir nas suas funções a Marco An-

tónio Montauray. Viu assim Manuel Francisco de Barros cortada a sua carreira palatina.

Profundamente desgostado com o acontecido, procurou no estudo e no trabalho lenitivo e esquecimento.

Deitou-se a estudar inglês, francês e italiano, princípios gerais de direito e direito internacional.

Não contente com esta aplicação passou a frequentar o Gabinete de Manuscritos e a Biblioteca Real, interessando-se particularmente pelos assuntos históricos e iniciando investigações pessoais.

Com efeito, em 1809 (informa êle próprio) principiou a coligir e classificar por ordem cronológica e a dividir por Potências, todos os apontamentos e notícias dos documentos diplomáticos relativas às nossas relações com as nações estrangeiras.

Seriam estes os primeiros caboucos dessa obra grandiosa, infelizmente ainda incompleta, que Santarém intitulou *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as outras Potências... etc.*

Manuel Francisco de Barros não se conformava todavia, em tão verdes anos, a passar a sua vida como rato de arquivo.

Em 1813 ou 1814 (por o documento não estar datado não se sabe ao certo) ao Príncipe Regente dirigiu uma petição em que, queixando-se da intriga de que havia sido vítima e que lhe cortara a carreira paçã, e recordando-lhe as suas promessas quando da sua partida para o Brasil, lhe requeria ingresso na carreira diplomática com a sua colocação num dos postos de conselheiro nas Embaixadas de Viena ou de S. Petersburgo.

Acolheu o Principe Regente benignamente a súplica, pelo que em meados de 1814, também a data se não sabe ao certo, foi de facto nomeado conselheiro de embaixada para acompanhar o ministro plenipotenciário António de Saldanha da Gama àquele magno e famoso Congresso internacional convocado por Metternich para Viena de Austria, a-fim-de-se reorganizar a dilacerada Carta da Europa depois da queda do Imperador Napoleão.

Foi assim, e por força de uma intriga palaciana contra êle urdida que ingressou na carreira diplomática Manuel Francisco de Barros.

O Conde da Barca, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, deu-lhe instruções por escrito sôbre o que deveria fazer caso António de Saldanha

viesse a faltar pelo caminho, e comunicou-lhe portanto as mesmas instruções de que ia munido o plenipotenciário, o que tanto vale dizer que Manuel Francisco ficaria Encarregado de Negócios na falta de Saldanha da Gama. Pela mesma ocasião se decidiu em Conselho de Ministros que, acabado o Congresso, se daria a Manuel Francisco de Barros uma missão com carácter de enviado e de ministro plenipotenciário.

Ao mesmo tempo passaram-se ordens para o futuro Visconde de Santarém embarcar na corveta «Voador» em que devia partir o plenipotenciário português.

Acontecia porém que Manuel Francisco de Barros andava já encarregado da redacção de várias memórias sobre os limites das nossas possessões no sul da América e sobre Olivença, para serem enviadas tanto a Londres como a Viena, em consequência das disputas que tínhamos então sobre esses territórios com a corte de Madrid.

Em virtude deste encargo reconsiderou-se, dias depois da sua nomeação, sobre a sua partida, e decidiu-se que ficasse e que fôsse mais tarde preencher uma das missões que estivessem vagas.

Continuando a residir no Brasil, entregue aos seus trabalhos histórico-diplomáticos, dois anos depois, ali casou com uma filha do já então falecido 6.º Conde da Ponte, e poucos meses depois empreendeu viagem de regresso à metrópole de provável visita ao pai e família para apresentar a noiva. Para o Brasil voltou porém nos princípios do ano seguinte, e em Setembro dêsse ano foi nomeado Conselheiro de Embaixada para a nossa missão em Paris.

Ignora-se se Manuel Francisco de Barros tomou posse deste posto, ou mesmo se teria chegado a residir ou mesmo a partir para capital francesa; o certo é que no ano seguinte (1817), o Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Paulo Bezerra, participava-lhe que lhe estava reservada uma das missões na Europa com excepção de Turim, que já estava destinada ao Conde de Linhares.

Em 1818, por decreto de 6 de Fevereiro, El-Rei D. João VI, aclamado nesse dia, concedeu-lhe mais uma vida no título de Visconde de Santarém, com que em 1811 agraciara seu pai, título pelo qual havia de ficar conhecido na História.

Por este tempo chegava ao Rio de Janeiro, Dal Borgo di Primo, Encarregado de Negócios da Dinamarca, missionado com o encargo de

reatar a representação diplomática entre os dois países por meio de Enviados Extraordinários como se havia praticado antigamente. Das suas diligências resultou que por decreto de 22 de Janeiro do ano seguinte (1819) o nóbél Visconde de Santarém fôsse nomeado para servir na côrte de Copenhague com o carácter de *Enviado de Negócios* e com o ordenado anual de dois contos e quatrocentos mil reis, além de um conto e seiscentos de Conselheiro de Embaixada. A-fim-de ir ocupar o seu pòsto e porque negócios particulares o reclamavam em Lisboa, onde seu pai havia falecido, o Visconde de Santarém partiu do Rio de Janeiro para a Europa, a 9 de Abril dêsse ano, tendo coligido até então tal cópia de documentos diplomáticos que a êste tempo constituíam já 80 volumes, pela sua maior parte in-fólio.

Em Julho ou Agòsto dêsse ano encontrava-se em Inglaterra onde visitou a biblioteca pública de Plymouth, passando em seguida a Lisboa onde fixou residência a título não só de tratar de partilhas e outros negócios de família, como o de fazer investigações de história diplomática no Arquivo da Tòrre do Tombo, onde havia ordem para lhe serem facultadas tôdas as cópias de documentos que solicitasse.

Não se pôde todavia entregar o Visconde de Santarém por muito tempo à tarefa que se propunha.

Logo no ano seguinte (1820), organizada pelo chamado Sinédrio, triunfou no Pòrto a revolta de 24 de Agòsto, movida não só contra a Regência de Lisboa, dominada pelo Marechal Beresford, mas também no intuito de implantar em Portugal os princípios da revolução francesa. Em breve o movimento chegou à capital, onde igualmente se impôs, conseguindo os seus objectivos.

Criado e educado nos tradicionais princípios políticos portugueses, achegado à côrte e pessoa de D. João VI, de esclarecida inteligência, não será de admirar que o Visconde de Santarém manifestasse repulsa por êsse movimento subversivo. Por outro lado não deviam os revolucionários ignorar quais deveriam ser os sentimentos do Visconde de Santarém para com a revolução. Por isso, em Setembro dêste mesmo ano, o Visconde, sentindo que o ambiente lhe era hostil, teve de abandonar precipitadamente o país, embarcando-se para Inglaterra onde chegou a Falmouth a 15 de Outubro. Daqui dirigiu-se para Londres, e seguidamente para Paris, onde chegou a 21 de Novembro. Daqui escreveu ao Conde de

Palmela, supondo-o ainda Ministro dos Negócios Estrangeiros, pedindo que o retirasse de Copenhague, onde parece nunca chegou a entregar as suas credenciais, alegando prejuízo para a sua saúde pela avançada latitude daquela côrte. Entretanto em Paris entregou-se aos seus estudos predilectos, e ali teve ocasião de examinar 74 códices da Biblioteca Real além de muitos manuscritos da Biblioteca do Panteon, da Biblioteca Mazarino e doutros arquivos franceses.

Foi ainda em Paris que o Visconde de Santarém recebeu ordem do Rio de Janeiro para transmitir ao plenipotenciário de Portugal que fôsse assistir ao Congresso de Laybach as instruções que o govêrno lhe dirigia.

Finalmente em 1821, regressando D. João VI do Brasil à metrópole, em virtude da evolução dos acontecimentos políticos de um e outro lado do Atlântico, o Visconde de Santarém, que se mantivera sempre, muito embora em correspondência official com a Secretaria do Estado, ainda em discordância com a situação política da Nação aceite por D. João VI, apresentou demissão do seu cargo e regressou a Lisboa.

Dois anos depois, tendo Palmela assumido a pasta dos Negócios Estrangeiros, em Julho de 1823, foi participado ao Visconde de Santarém que o govêrno o havia nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário para os Estados Unidos a-fim-de procurar remover os obstáculos que se tinham levantado para a assinatura de um tratado de comércio entre Portugal e aquêlê país, principiado a negociar em Lisboa entre o ministro americano, General Deaborn, e o Conde da Lapa. Escusou-se todavia o Visconde em aceitar a comissão, pelo que o diploma de sua nomeação nunca chegou a ser assinado. Os motivos da escusa foram benèvolmente aceites por D. João VI, que não só os acolheu, como mandou declarar ao Visconde que não só o não consideraria fora da carreira, mas que logo que houvesse uma missão vaga na Europa nela o empregaria, conservando-lhe portanto as honras inerentes ao cargo.

Enquanto não lhe era distribuído outro posto diplomático foram-lhe cometidas várias comissões públicas, avultando entre elas a sua nomeação para Guarda-Mor do Arquivo da Tôrre do Tombo.

Em 1826 faleceu D. João VI.

Assumida a regência pela Infanta D. Isabel Maria, esta, nas suas várias composições e recomposições ministeriais, por decreto de 4 de

Junho de 1827, nomeou o Visconde de Santarém Ministro do Reino, pasta que por decreto de 14 de Agôsto veio a acumular com a da Marinha e Ultramar, sendo de ambas porém exonerado por decreto de 5 do mês seguinte. Fôra uma tentativa da fusão das duas correntes políticas em que o país se debatia, porém sem resultado.

D. Pedro IV já havia abdicado a coroa de Portugal em sua filha D. Maria da Glória, e o Infante D. Miguel, no seu doirado exílio de Viena de Áustria havia jurado a Carta Constitucional e aceite a Regência do Reino, desposado com sua sobrinha, tudo sôbre os olhares astutos de Metternich que, de acôrdo com Wellington, senhor da política inglêsa, não queriam D. Pedro na Europa por forma alguma.

Em Fevereiro de 1828 chegou finalmente a Lisboa o Infante D. Miguel, que logo das mãos da irmã tomou a Regência.

Nesta altura é que o Visconde de Santarém se viu chamado a desempenhar um papel importantíssimo na vida pública portuguesa.

Por decreto de 13 de Março dêsse ano de 1828 o novo Regente atendendo ao préstimo, zêlo e fidelidade do Visconde de Santarém, houve por bem em nome de El-Rei, nomeá-lo Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em sucessão do Conde de Vila Real que geria a pasta interinamente desde a chegada do Infante D. Miguel. Entrou pois o Visconde para o Gabinete tendo por colegas o Duque do Cadaval, o Conde da Lousã, o tristemente célebre Desembargador Leite de Barros, depois agraciado por D. Miguel com o título de Conde de Basto, e Barbosa de Magalhães.

Inicia-se aqui o período de maior relevo na vida diplomática do Visconde de Santarém, período que todavia não foi ainda sequer abordado por quaisquer dos biógrafos do Visconde. Tendo êles escrito os seus trabalhos nos primeiros decênios dêste século, por compreensíveis melindres para com uma situação política cuja recordação ainda não era encarada objectivamente, entenderam nas suas biografias deixar êste período no silêncio. Já não há razão para isso. O processo do miguelismo está hoje findo, julgado e absolvido em parte. Não pode ser desdouro para ninguém ter seguido o partido de D. Miguel, que representava, é indiscutível, e seus próprios adversários o reconhecem, o tradicionalismo português, e o voto da grande maioria da Nação.

Evidentemente que o Infante D. Miguel, chamando o Visconde de

Santarém para a governança o fêz por bem conhecer as idéias políticas de Manuel Francisco de Barros. Essa orientação e a confiança que o Príncipe nêle depositou não podem senão fazer-lhe honra. Nós é que tivemos dobrado trabalho para reconstituir e pôr em relêvo a acção do Visconde de Santarém num período da sua vida sôbre o qual se tem feito sistematicamente silêncio.

*
* *

Ao tomar conta da sua pasta, as Potências estrangeiras de maior categoria encontravam-se representadas junto do Regente e do seu govêrno da forma seguinte:

A Inglaterra por Sir Frederic Lamb, futuro Lord Melbourne, amigo do partido cartista, contra o qual, e em virtude das suas simpatias e de ter recolhido em casa os liberalíssimos filhos de Pedro de Melo, Senhor de Ficalho, se fizeram manifestações quando da recepção de D. Miguel.

A Espanha por D. Joaquim Campuzano, deputado apenas para cumprimentar o Infante pela sua Regência, secretariado por Zea Bermudez, antigo caixeiro malaguês, guindado à diplomacia, agora Encarregado de Negócios.

A França pelo Duque de Rausan, secretariado pelo Conde de Vaudreil.

A Rússia pelo Conselheiro Francisco de Borel, agraciado por D. João VI com o título de Barão de Palença pela parte que tomara em seu favor quando da Abrilada.

A Holanda pelo Barão de Borcal.

A Santa Sé por Monsenhor Giustianini, Arcebispo de Petra.

Nápoles pelo Príncipe de Pignatelli Ruffo.

Sardenha pelo Conde Maximino.

A Prússia por Camilo de Royer.

A Áustria pelo Conde de Bombelles, que julgo ter sido filho daquêlê aristocrata francês que, tendo tomado ordens depois de viúvo, e ascendido ao episcopado, aparecia na sociedade com a sua progénie e se fazia anunciar com espanto e escândalo da assembleia, como o Bispo Bombelles

e seus filhos; seria portanto irmão de um dos maridos morganáticos de Maria Luíza de Áustria, ex-imperatriz dos franceses.

Portugal achava-se representado em Londres pelo Marquês de Palmela; em Viena pelo Barão de Vila Sêca, conselheiro de Legação e Encarregado de Negócios; em Berlim pelo Conde de Oriola; em S. Petesburgo por Rafael da Cruz Guerreiro; em Paris pelo Encarregado de Negócios Nuno Barbosa de Figueiredo; em Roma pelo Conde do Funchal; em Madrid por José Guilherme de Lima, também Encarregado de Negócios; na Haia pelo fidalgo minhoto Luiz António de Abreu e Lima que tão grande papel haveria de desempenhar na diplomacia liberal, futuro Conde da sua linda casa, na Rua da Carreira, em Viana do Castelo.

Iniciou o Visconde de Santarém as suas funções por remeter, com data de 22 de Março, um extenso despacho aos chefes das nossas missões diplomáticas em S. Petesburgo, Berlim, Londres e Viena, expondo-lhes a situação política interna, e explicando as recentes medidas adoptadas pelo Regente, como a dissolução da Câmara dos Deputados, nomeação de novo ministério e de alguns Conselheiros de Estado, Comandantes de Corpos e Generais de Província, justificando-as abertamente com a intenção do Regente de apaziguar as dissensões internas e defender os princípios monárquicos e tradicionais, sèriamente ameaçados pela facção dos agitadores revolucionários, partidários da constituição vintista, que, de facto, de monárquica não tinha senão o nome: *democracia real* lhe chamava o Visconde de Santarém.

Ao mesmo tempo protestava junto de Sir Frederic Lamb contra a permanência em Lisboa, no quartel de Val de Pereiro, das tropas inglesas, reclamadas de Inglaterra em 1826, pelo governo da Infanta D. Isabel Maria, sob invocação de tratados de aliança, para resistirem a supostas pretensões espanholas, mas na realidade vindas para se oporem ao pequeno exército de emigrados portugueses tradicionalistas que, sob o comando do Conde Amarante, Teles Jordão e Magessi, pretendiam entrar em Portugal e restaurar a antiga forma de governo. Essas tropas eram comandadas pelo General Clinton, e intrometiam-se na política interna da nação, apoiando o partido revolucionário, chegando a causar distúrbios em Lisboa.

O Infante D. Miguel e seu ministro, o visconde de Santarém, começaram pois por procurar consolidar a independência política portuguesa.

Fartos de ingerências estrangeiras, humilhantes e intempestivas, era indispensável que os portugueses fôsem senhor dos seus destinos. O visconde conseguiu assim que em 2 de Abril a divisão inglêsa reembarkasse de regresso ao seu país.

Em virtude destas medidas o visconde de Santarém começou a ser assediado todavia pelos agentes diplomáticos das Potências, inquietas com a marcha da política interna portuguesa, pedindo explicações sôbre ela, reclamando e fazendo advertências quando não ameaças, caso a situação política portuguesa fôsse alterada. As Potências não desejavam com efeito nem o revigoramento do partido tradicionalista português, nem o assalto ao poder do partido contrário, nem complicações que podessem colocá-las em situação embaraçosa, nem possibilidade de recriminações do Imperador do Brasil, pois não queriam admitir a possibilidade da reunião das coroas portuguesa e brasileira. Entendiam ser preciso manter-se o statu-quo, e não dar pretexto ao Imperador do Brasil a que se emiscuisse nos negócios da Europa por via de Portugal.

Entretanto os acontecimentos internos precipitavam-se.

Indiscutivelmente a população reclamava de D. Miguel a assunção do poder soberano: em 25 de Abril a Câmara Municipal de Lisboa, presidida pelo Marquês de Olhão, no meio de geral e delirante aplauso do povo, aclamou Rei de Portugal o Infante Regente, o qual nessa mesma noite expediu um decreto de aprovação do respectivo auto, conquanto relegando para as vias legais o seu cumprimento. Em 3 de Maio, a Nobreza, reunida com a grande maioria da Câmara dos Pares em casa da Duque de Lafões, reclamava do Regente a reunião da representação nacional pelos tradicionais Três Estados do Reino a-fim-de se deliberar sôbre a questão dinástica que, de facto, sempre até aí se mantivera em suspenso, e nessa mesma data o Regente anuiu à representação e assinava o decreto convocatório.

Era isto porém a subversão da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV e da Regência do Infante D. Miguel garantida pelas potências europeias para se evitar a reunião das duas coroas de um e outro lado do Atlântico.

Impondo-se dar uma explicação à-cêrca-dêstes acontecimentos internos que passavam pela sua importância a ter projecção internacional, o Visconde de Santarém, por ordem do Infante, expediu com data de 6 de

Maio uma circular ao Corpo Diplomático nos seguintes hábeis e prudentes termos, admiráveis pela maneira sincera, simples e despretenciosa com que os factos eram expostos :

O abaixo assinado, etc., em consequência das ordens que recebeu de Sua Alteza o Serenissimo Senhor Infante Regente, tem a honra de comunicar a... que tendo o mesmo Augusto Senhor considerado as gravissimas circunstâncias destes reinos, e as representações que ha (sic) sua real presença dirigiram o Clero, a Nobreza e os tribunais de tôdas as câmaras dos mesmos reinos, reclamando e pedindo na forma das faculdades que, pelas leis ainda não derogadas, lhes pertenceram desde os mais remotos tempos da monarchia, que houvesse de convocar os estados deles a-fim-de reconhecerem graves pontos do direito público fundamental português: em consequência assentou Sua Alteza Real em ser a sobredita convocação o meio mais proficuo para a restituição da concórdia e socêgo público destes reinos, tão fortemente agitados.

O abaixo assinado aproveita, etc.

Paço da Ajuda, 6 de Maio de 1828 — VISCONDE DE SANTARÉM.

O alcance do movimento — a aclamação de D. Miguel como Rei de Portugal — não podia passar todavia desapercibido aos representantes estrangeiros nem aos governos que representavam.

Reüniram-se logo, como é sabido, em casa do Decano do Corpo Diplomático, o Nuncio Apostólico, para concertarem na resposta que haveriam de dar à nota do Ministro dos Negócios Estrangeiros, e dois dias depois, a 8 do mesmo mês, elle e os Ministros de Inglaterra, França, Espanha, Nápoles e Áustria responderam que consideravam cessadas as suas funções e que, dando parte do conteúdo da circular aos seus respectivos govêrnos, ficavam aguardando as suas instruções.

Semanas depois, os protestantes retiravam-se de Lisboa, com excepção do Nuncio Apostólico que, sob pretexto de velar pelos interesses espirituais do país, se foi deixando ficar, e do Encarregado de Negócios dos Estados Unidos da América.

Ficaram porém os agentes consulares... para se não quebrarem as pontes. Quanto à Espanha, Zea Bermudes também protestou, mas Cam-

puzano manteve-se em Lisboa numa aliás posição anómala, apenas comissionado como estava para cumprimentar D. Miguel pela sua Regência.

A diplomacia é tãda ela feita de refolhos, comenta Oliveira Martins, e às vezes a retirada de agentes ostensivos não significa ausência de apoio clandestino, tácito ou declarado.

Ao mesmo tempo que o Visconde de Santarém dava parte ao Corpo Diplomático da convocação dos Três Estados, isto mesmo comunicou aos plenipotenciários portugueses no estrangeiro.

Palmela, reconhecendo o alcance da medida, logo que recebeu o respectivo despacho abriu as hostilidades, considerou-se desligado do governo de Lisboa, e assim o comunicou por nota ao Foreign Office, que a não tomou aliás em consideração, e em officio de 24 de Maio, ao Visconde de Santarém.

O mesmo fizeram Luiz António de Abreu e Lima, na Haia, Nuno Barbosa, em Paris, o Conde do Funchal, em Roma, José Guilherme de Lima, em Madrid, Francisco José Rodrigues, em Turim, e Morais Sarmiento em Copenhague; mantiveram-se nos seus postos todavia o Barão de Vila Sêca, em Viena, o Conde de Oriola, em Berlim, e Cruz Guerreiro, em S. Petersburgo, desde sempre aliás affectos ao Infante D. Miguel e às idéias que representava.

Para substituir os não conformistas, e, pelo menos, para manter contacto com as côrtes de Londres, Roma, Paris e Madrid, tornava-se pois necessário e urgente nomear novos agentes diplomáticos.

Imediatamente o Visconde de Santarém expediu para Londres o Visconde de Asseca, para Paris o Conde da Ponte, para Roma o Marquês do Lavradio, para Turim José Basílio Rademaker, para Haia o Visconde de Canelas, para Madrid o Conde da Figueira, e acreditou como encarregado de negócios em Filadélfia a Jacob Frederico Torlades de Azambuja, que já lá se encontrava exercendo funções consulares, em substituição do consul Barroso que se manifestara abertamente fiel a D. Maria Glória.

O acolhimento que estes Agentes receberam nos seus respectivos postos, embora a princípio reservado, não lhes foi todavia de todo desfavorável. É certo que os governos junto dos quais foram acreditados não os receberam logo oficialmente, e não lhes aceitaram as credenciais, acolheram-nos porém officiosamente, admitindo-os a conferências,

geralmente em casa dos respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros. O Conde da Figueira e o Marquês do Lavradio foram mesmo recebidos com grandes demonstrações de simpatia nas suas respectivas côrtes, e, pouco depois da sua chegada, obtiveram audiências particulares de Fernando VII e do Soberano Pontífice.

Com efeito a ideologia do movimento que a presença do Infante D. Miguel desencadeara, do qual êle era o símbolo e que êle próprio chefiava não desagradava à Áustria de Metternich, à França de Carlos X e Polignac, à Espanha de Fernando VII, Calomarde e Salmon, ao Ministério *tory* inglês chefiado pelo Duque de Wellington, ferraanhamente conservador, que bem conhecia Portugal, secundado nas suas vistas pelo Conde de Aberdeen, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e ambos aconselhados pelo Marechal Beresford que não perdoava a revolução de 20, que o havia escorraçado, e que se correspondia particularmente com D. Carlota Joaquina, com D. Miguel, com Cadaval e com a antiga amante, a Viscondessa de Juromenha, mãe de seus vários filhos e filhas.

Estava ainda a Europa sob o signo da Santa Aliança! A questão portuguesa aparecia como uma mera briga de família sem outro alcance internacional além do indirecto, o de ser necessário acabar com um foco de desordens que contribuía para perturbar a tranqüilidade da Europa. Tanto fazia D. Maria da Glória como D. Miguel, que aliás se preferia. Portugal queria por rei ao Infante D. Miguel? Aceitar-se-ia, embora sob algumas reservas e condições. A questão era dar foros de legitimidade — pois era o princípio da legitimidade que na Europa se defendia — a uma rectificação dinástica que se propunha; era encontrar uma saída airosa para as potências se desdizerem do reconhecimento que haviam feito de D. Pedro IV e da sua abdicação em D. Maria II; a dificuldade estava apenas em encontrar a fórmula do reconhecimento de D. Miguel sôbre quem de-facto recaíam os votos da nação portuguesa, a as simpatias dos Gabinetes europeus.

O Conde de Aberdeen chegou a confessar no parlamento que o reconhecimento de D. Maria II fôra obra precipitada de Canning e que a França, e tôda a Europa admitiam seu êrro em haver reconhecido D. Pedro IV como sucessor de D. João VI, quando pelas leis da monarquia portuguesa essa sucessão deveria ter recaído em D. Miguel. A-pesar-desta posição da Gran Bretanha o Visconde de Asseca e Santarém tiveram que se

defrontar com a enérgica e bem conhecida acção que neste país desenvolvia o Marquês de Palmela e com o Rei Jorge IV que, por espirito de seqüência e cavalheirismo, persistia em reconhecer D. Maria da Glória.

A Espanha aspirava ao papel de medianeira entre Portugal e a Inglaterra nas dificuldades que tinham surgido, e a levar a Inglaterra a reconhecer a situação política portuguesa; essa mediação parecia facilitada pela posição inglêsa de simpatia para com D. Miguel. Em Madrid o Conde da Figueira, hâbilmente escolhido pela sua qualidade de Grande daquele país, como Marquês de Mortara, encontrava um soberano e um ministério francamente favoráveis à sua missão, apoiados decididamente pelas Infantas portuguesas D. Maria Francisca e D. Maria Teresa, casadas com dois Infantes de Espanha, então completamente assenhoreadas do ânimo régio, e partidárias exaltadas do mano Miguel.

Também em Paris o Conde da Ponte encontrou o Príncipe de Polignac, Ministro dos Negócios Estrangeiros igualmente fovorável, aguardava êste porém que a Inglaterra e a Espanha se pronunciassem, desejoso de se não ver envolvido em complicações internacionais pela assunção de uma atitude precipitada. Era-lhe porém hóstil o Ministro da Marinha, Hyde de Neuville, lembrado da parte que tomara contra D. Miguel, quando fôra representante da França junto de D. João VI, por ocasião da Abrilada.

O Czar da Rússia, por opposição à Inglaterra, mostrava-se mais reservado quanto a D. Miguel, mas o seu Ministro em Paris, o célebre adversário de Napoleão, Pozzo di Borgo, a quem estavam confiados os negócios peninsulares, favorecia muito o Infante português.

No meio disto tudo as Potências procuravam porém garantir sempre, e da melhor maneira, os seus respectivos interesses, preponderar a sua influência em Portugal com prejuízo das demais, não criar complicações para si, e defender o seu prestígio aos olhos umas das outras, ameaçadas com certo movimento xenófobo que se desenhava em Portugal, farto de intervenções do exterior.

O que julgavam necessário era acabar com a agitação portuguesa: para isso tanto a Inglaterra, como a França, como a Áustria, cada uma apresentavam a sua solução, solução esta que, servindo melhor os seus respectivos interesses, adoptada por D. Miguel, seria o prémio e preço do seu reconhecimento.

Para a Inglaterra, como sempre impenetrável à compreensão das lutas de ideologias continentais, a sua era a realização do casamento de D. Miguel com a Sobrinha, possivelmente em conjunta soberania, como a houvera em Inglaterra com a Rainha Maria II e seu marido Guilherme de Orange.

A Metternich custava-lhe a destronização da neta do seu Imperador, por cujo intermédio pensava estabelecer decidida influência na Península, combatendo a britânica, mas opunha-se sempre à reunião das coroas brasileira e portuguesa, e insistia pela manutenção da Carta, não lhe desagrando a solução matrimonial.

Os próprios liberais brasileiros eram favoráveis a D. Miguel, receosos que o seu Imperador voltasse atrás na abdicação da coroa de Portugal, e não só restabelecesse de alguma maneira o antigo dualismo da colônia e da metrópole, como viesse a envolver o Brasil em questões europeias, o que não queriam sequer admitir.

A política interna entretanto seguia rapidamente a sua evolução.

A 23 de Junho reuniram-se no Paço da Ajuda os Três Estados do Reino e, jamais, comentava dias depois o Ministro dos Estrangeiros inglês, no parlamento britânico, Portugal teria visto assembleia mais numerosa e respeitável pela dignidade, fortuna e carácter dos seus membros. Finalmente, em 11 do mês seguinte, os Três Estados reunidos reconheceram definitivamente o Infante D. Miguel como Rei legítimo de Portugal e consumaram-se as aspirações nacionais.

Restava agora para a política portuguesa um trabalho em dois planos: no interno assegurar a consolidação do trôno e de quem o ocupava; no externo obter o reconhecimento internacional do novo soberano e com êle o da nova situação política portuguesa. Êste foi o duro, ingrato e absorvente encargo que coube ao Visconde de Santarém como Ministro dos Negócios Estrangeiros de El-Rei D. Miguel I.

Não sofrem os limites, imperiosamente restrictos, da nossa exposição seguir *par e passo* os pormenores das delicadas e firmes negociações do Visconde de Santarém neste sentido.

Do que foram, minudenciadamente se pode hoje ver pelos quatro volumes da sua correspondência oficial publicados em 1918 por cura de seu neto, o 3.º Visconde do mesmo título. Por êles se pode ver como Santarém, com um raro e perfeito conhecimento de seu mister, prodigalizou despachos

sobre despachos aos seus Agentes, informando-os da marcha da política, não só interna, como da externa das diversas côrtes europeias, conforme as informações que ia obtendo; pessoalmente redigia instruções sobre instruções; reclamava informações; estabelecia e reforçava pontos de doutrina política e jurídica, pública e privada; fornecia acumulados argumentos de ordem jurídica e política em favor da demonstração da legitimidade do seu soberano; desmentia boatos e repunha a verdade dos factos; sustentava-lhes o ânimo; agradecia-lhes os bons serviços ou recriminava-os pelas suas faltas; aconselhava-os nas deligências que se impunham fazer; solicitava pormenores; redigia pareceres e informações; mantinha o Rei constantemente informado verbalmente e por correspondência; multiplicava-se enfim num insano trabalho diário, numa atenção de hora a hora que deveria ter sido verdadeiramente estenuante.

É percorrer êsses volumes, como nós fizemos, para se certificar dessa prodigiosa soma de trabalho, feito sobre cuidadoso estudo e superior conhecimento das questões internacionais da sua época, com um tacto, uma circumspecção, um sentimento das oportunidades que é apanágio apenas do verdadeiro talento político e diplomático, apurado pela prática proveitosa e profundo conhecimento do método, da linguagem, dos processos e dos estilos das chancelarias. É ver a dignidade com que despachou as diligências impertinentes dos Consules do Brasil e da França, quando protestaram contra a aclamação de D. Miguel, alegando não terem êsses funcionários carácter para se lhe dirigir sobre negócios políticos; os conselhos prestados a D. Miguel; a isenção finalmente com que exerceu as suas funções, não poupando os próprios parentes, como quando propôs ao Rei a demissão de seu próprio cunhado, o Conde da Ponte, por ter cometido a inconfidência de publicar, à sua chegada a Paris, o teor das suas credenciais.

Com incansável atenção seguiu, disso são testemunho os seus múltiplos e contínuos despachos, autógrafos na maioria, os manejos do inimigo no estrangeiro: os passos e manobras de Palmela, Saldanha, Abreu e Lima, Pizarro, Ferreira Borges, Vila Flor; as deslocções da Senhora D. Maria da Glória acompanhada e orientada pelo brasileiro Marquês de Barbacena, do Rio com destino a Viena, de Gibraltar para Londres, de Londres para Liewen, e de novo para o Rio (Outubro de 28, a Setembro de 29); a missão, aliás gorada, de Lord Strangford ao Rio de Janeiro,

no sentido de obter um acôrdo sôbre a realza de D. Maria II; a morte de Leão XII (10 de Março de 29) e a eleição de Pio VIII; as mudanças ministeriais em Espanha, e França; o quarto casamento de Fernando VII, que tão grandes mudanças políticas haveria de acarretar no seu país; os movimentos dos emigrados portugueses expulsos da Galiza, por pressões de Santarém, depois de gorado o levantamento do Pôrto em Julho de 28, recolhidos depois nos *depósitos* de Plymouth e Bruges.

Desceu enfim aos mais pequenos pormenores, tantas vezes de tão largo alcance na política externa, e interessava-se até pela forma como D. Miguel e seus representantes vinham mencionados nos almanaques romano e espanhol.

Em suma o Visconde de Santarém prodigalizou o melhor da sua inteligência e das suas excepcionais faculdades de trabalho no serviço do seu Rei.

*
* *
*

Dissemos que o Visconde de Santarém teve que negociar com as potências o reconhecimento de D. Miguel; talvez dissessemos melhor *tratar*. Negociar implica concessões de parte a parte: o Visconde não podia, em matéria de reconhecimento conceder coisa alguma — a isso se opunham a honra nacional e o próprio brio patriótico de D. Miguel. Não lhes sofria o ânimo, mesmo no seu próprio benefício, qualquer intromissão estrangeira nos negócios internos portugueses. A sucessão do trôno era negócio dessa qualidade. Santarém exigiu sempre o reconhecimento incondicional, puro e simples do Rei português: era condição *sine qua non* de outras e futuras negociações diplomáticas.

Se as potências se recusavam a reconhecê-lo, paciência!

El-Rei D. Miguel haveria, no seu entender, de as forçar a isso pelo apoio unânime da Nação e pela simpatia que a moderação, justiça e isenção do seu governo haveria de captar da comunidade internacional, sem admitir a solução matrimonial com D. Maria da Glória cuja presença em Portugal seria sempre um factor de agitação interna, pois serviria sempre de juguete, e de bandeira do partido revolucionário.

Ao cabo de ano e meio de insano trabalho o Visconde de Santarém começou a colher o fruto do seu labôr.

A 2 de Outubro de 1829 o State Department acolheu a Carta de Gabinete do Visconde de Santarém nomeando Encarregado de Negócios Torlades de Azambuja. Foi assim a América a primeira potência a reconhecer a realza de D. Miguel.

Com efeito os Estados Unidos da América do Norte haviam adoptado por princípio político reconhecerem os governos de facto; o seu encarregado de negócios em Lisboa, Thomas L. Brent, que aliás não tomara attitude, com as outras potências, quando da declaração colectiva de 8 de Maio de 1827, informara o seu Ministério que D. Miguel exercia completa indisputada e exclusiva autoridade em Portugal; por isso, e com receio de que a Inglaterra se aproveitasse da situação portuguesa para se apossar dos Açores e de outras colónias portuguesas, os Estados Unidos, por esta forma, reconheceram a soberania do Infante português.

A Espanha seguiu-lhe na esteira imediatamente.

Tendo, logo à chegada do Conde da Figueira, deixado de reconhecer o Encarregado de Negócios José Guilherme de Lima, obrigando-o a apelar as armas reais de sua casa, após várias hesitações, e atendendo que não havia ainda reconhecido D. Maria da Glória como Rainha, sob a pressão das Infantas portuguesas, e com a muita boa vontade do Ministro de Estado, Salmon, Fernando VII recebeu as credenciais do Conde da Figueira, no Real Sítio de São Lourenço, a 11 de Outubro de 1829. Em reciprocidade acreditou em Lisboa D. Joaquim de Acosta e Montealegre, que já em Lisboa se encontrava desde 2 de Maio com Carta de Gabinete, para substituir Campuzano, o qual entregou as suas credenciais a El-Rei D. Miguel no Paço da Ajuda a 14 de Outubro do mesmo ano.

Acto contínuo o Arcebispo de Petra, parece que de motu próprio, ou interpretando favoravelmente instruções que tinha, entregou no dia seguinte uma nota ao Visconde de Santarém, comunicando-lhe que desde aquêlê momento julgava terminada a suspensão das suas funções diplomáticas, reassumindo a sua qualidade de Nuncio do Soberano Pontífice junto da Magestade Fidelíssima.

Pelo Natal, o Encarregado de Negócios dos Estados Unidos, censurado pelo seu govêrno por ter interrompido até aqui, pela sua attitude

abstencionista, as relações diplomáticas entre o seu país e aquêle em que se encontrava acreditado, compareceu no Paço a cumprimentar D. Miguel.

Foram três vitórias diplomáticas, mas não foram apenas estas.

Ainda antes do reconhecimento formal de D. Miguel por D. Fernando VII, Santarém assinou com a Espanha um assás falado instrumento diplomático: refiro-me ao chamado Tratado de Navegação do Tejo. Era velho sonho castelhano procurar fácil comunicação comercial da sua meseta para o Atlântico, aproveitando-se da navegação do Tejo desde Toledo, ou Aranjuez até o seu magnifico estuário de Lisboa. Já em 1580 Felipe II havia encarregado o architecto italiano Antonelli de estudar tal projecto, e fôra retomado agora por uma empresa espanhola que fizera uns vagos reconhecimentos preliminares.

Foi com D. Joaquim de Acosta que o acôrdo internacional, que abria caminho à empresa comercial, se tratou. Iniciadas as negociações definitivas em Julho de 1829, veio o acôrdo a ser assinado em Lisboa entre êle e o Visconde de Santarém em 31 de Agôsto do mesmo ano. Êste acôrdo, abria nessa época para o pôrto de Lisboa possibilidades de exploração extraordinárias — ser entreposto do hinterland castelhano, nem mais nem menos. Fernando VII, agraciou por êste facto o Visconde de Santarém com as grã-cruzes de Isabel a Católica e Carlos III.

O Visconde de Santarém viu a sua política coroada ainda de outro êxito importante. Refiro-me ao reconhecimento do Czar da Rússia, Nicolau I, do govêrno e realeza do Infante D. Miguel aceitando as credenciais de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Rafael da Cruz Guerreiro, até aí nosso Encarregado de Negócios na côrte de São Petersburgo que ali se mantivera e aceitara a sua promoção da mão do novo soberano. Por hostilidade à Inglaterra que levantava obstáculos às aspirações russas sôbre Constantinopla, o govêrno russo mostrara-se simpático à causa constitucional; tendo porém a Inglaterra modificado esta sua opposição, o Czar Nicolau acabou por assim reconhecer D. Miguel.

D. Miguel foi ainda reconhecido por um outro Príncipe, acto diplomático de que até agora não tem rezado a história. Foi êle o Sultão de Marrocos Muley Abderrahaman a quem D. Miguel se dirigiu em carta de 9 de Agôsto de 1838, referendada por Santarém, participando-lhe a sua exaltação ao trono. O Rei de Marrocos respondeu-lhe em carta de

6 de Dezembro do mesmo ano, felicitando-o calorosamente por êsse facto e aplaudindo a sua política.

D. Miguel Sotto Mayor afirma que D. Miguel foi ainda reconhecido por Nápoles e pela Sardenha. Quanto a esta potência parece não haver dúvidas, pois acolheu um seu Encarregado de Negócios José Basílio Rademaker.

Assim decorreu a segunda metade do ano de 1828 e todo o de 29.

Prosseguindo nas suas deligências para obter o reconhecimento geral de D. Miguel, Santarém encontrava agora a-par-de crescente favor das diversas côrtes, nova dificuldade: as Potências (Inglaterra, França e Áustria) exigiam como condição do seu reconhecimento uma prévia amnistia para os rebeldes políticos tanto presos em Portugal como emigrados.

A idéia estivera sempre latente no espírito das Potências; em virtude porém do malogro da missão de Lord Strangford, e de se ter que desistir de um entendimento com o Imperador do Brasil (que como tutor de sua filha a havia mandado regressar ao Rio de Janeiro em Outubro de 28) o embaixador da Áustria em Paris, Conde Appony, procurara o Conde da Ponte e manifestara-lhe abertamente a necessidade de D. Miguel conceder a referida amnistia, com restituição dos bens aos confiscados, a-fim-de, tendo por êste acto, apaziguada a família portuguesa, poderem as Potências reconhecer a realeza de D. Miguel e acabar com a balbúrdia lusitana. Em Agôsto de 29 o Príncipe de Polignac havia-se expressado de modo igual ao mesmo Conde da Ponte. Numa audiência real concedida por D. Miguel ao Encarregado de Negócios da América, Brent, que fruía da anómala e especial consideração de Ministro Plenipotenciário, inseriu, de acôrdo com o Cônsul Geral de Inglaterra, Mackenzie, uma clara recomendação dêste assunto. Acosta, de feitio violento, levou mesmo as suas instâncias à feição de exigência, a ponto de se indispor com o Visconde de Santarém por lhe não dar satisfação imediata, e afastou-se, amuado, para Sintra.

A proposta encontrara em Portugal acolhimento desencontrado: reservas de todos os lados — era de-facto difficil concedê-la no estado de exaltação em que o país se encontrava — acolhimento com restrições da parte do partido moderado, repulsa dos ultra realistas, chefiados pelo Conde de Basto, com apoio de D. Carlota Joaquina.

Não sabemos o que Santarém pensava, no seu íntimo, da proposta.

Ostensivamente, e no plano internacional, passou porém a explorá-la como lhe competia, ou como lhe mandavam.

Concessão de amnistia, sim, porém com excepções, e ela deveria implicar o reconhecimento simultâneo de D. Miguel. Era politicamente equitativo.

Com a entrada de 1830 as prespectivas miguelistas melhoravam, pois, de dia para dia.

Certo era que fracassára a expedição contra a ilha Terceira, comandada por Sousa Prego, mas as Potências iam-se convencendo da consolidação da posição interna de D. Miguel.

A Áustria e a França louvavam-se agora na Inglaterra, e a Inglaterra apertava com D. Miguel pela concessão da amnistia porque tinha pressa em o reconhecer.

O governo de Lisboa, pela intervenção de Santarém, negociava então um empréstimo em Paris com o qual se resolveria a crise económica interna, o que era mais de meio caminho andado para o reconhecimento de D. Miguel.

No fim de Junho o Rei assinou o decreto autorizando o empréstimo, e em 30 o Conde da Lousã subscreveu o contracto, ratificado em 2 de Julho dêsse ano.

Nisto, na volta do semestre (26-29 de Julho), estalou em Paris a revolução contra Carlos X e seu Primeiro Ministro.

Destronado o Rei de França, subiu ao trono o Rei dos Franceses, Luiz Felipe de Orleans, presidente da «melhor das república», como a si próprio se classificava e à monarquia liberal. Esta, e aquêle para se firmarem, procuraram então levar a Europa para idêntica revolução.

Rapidamente a política francesa ganhou a Inglaterra. Subira ao trono Guilherme IV. O Duque de Ferro, talvez num supremo esforço para combater na Europa a revolução, vendo cancelar a sua posição política, decidiu-se então a reconhecer D. Miguel, e remeteu para Lisboa o título de reconhecimento

Em Londres um plenipotenciário austríaco, o Príncipe de Lichtenstein aguardava também embarcação para se dirigir a Lisboa. Wellington caiu porém tão depressa no primeiro parlamento convocado pelo novo soberano, que o novo ministério liberal que lhe sucedeu, presidido por Grey, com Lord Russell na pasta dos Estrangeiros, teve tempo de mandar

suster viagem à embarcação que levava o documento, arribada a Plymouth por via de um temporal que a colheu ao fazer-se ao mar, e o ministro austríaco teve por seu lado de sustentar a sua viagem.

Os próprios elementos começavam a conjurar-se contra D. Miguel.

Sentindo fugir-lhe o apoio das Potências, exasperou-se em Portugal o partido ultra-realista que já fizera não poucos exageros internos com inúmeras prepotências e represálias contra os que não eram da sua facção.

As notícias que vieram por essa ocasião da Europa pelo paquete Falmouth unânimemente adversas à causa, provocaram então explosões de fúria, e bandos de populacho correram as ruas com a consciência de quem exerce uma missão, provocando conflitos com os adversários nacionais, e não poupando os estrangeiros.

Estes desmandos indispuzeram as Potências.

Para o Visconde de Santarém, hábil, prudente, conciliador, surgiu então um calvário — passou a ter que parar no plano internacional as violências consentidas e exercidas pelo Conde de Basto, Teles Jordão e por todos quantos não eram alcunhados de moderados, que lhe desfaziavam internamente toda a sua política externa de conciliação e moderação.

*

*

*

São infelizmente mais que conhecidas as tristes medidas violentas de D. Miguel, na repressão de quantos tentaram insurgir-se contra êle.

Ferozmente nacionalistas, advogando uma política económica de auto suficiência, com um soberano nacionalista cem por cento, como o cônsul Hopper informava para Londres, os ultra realistas não queriam saber de quais fôsem as reacções externas das suas violências e despropósitos. Não queriam saber da Europa. Bastava-lhe D. Miguel no trono... e nos altares. Foi assim que se desenvolveu aquêlê paradoxo político que se verificou em Portugal — uma demagogia desenfreada para defesa do absolutismo.

A situação passou a agravar-se por isso dia a dia.

Prendiam-se diariamente ingleses suspeitos de conluio com os li-

berais, e os cônsules de Inglaterra reclamavam insistentemente a sua libertação.

Para agravar, em Julho e Agôsto de 30, o cruzeiro português da esquadra que fôra aos Açôres contra a Terceira e que a bloqueava, apre-sou navios inglêses por suposto ou verdadeiro contrabando de guerra. O navio britânico *Galathea*, veio então ao Tejo reclamá-los. Santarém teve que deixar levá-los. Com a entrada do ano de 31, os desacatos aos inglêses continuavam todavia. Palmerston, novo Ministro dos Estrangeiros inglê, ao contrário de Wellington e Aberdeen, decididamente hóstil, passou a exigir de D. Miguel cada vez mais indemnizações e demissões de funcionários e oficiais portugueses. O pobre govêrno, vítima do zêlo dos seus sequazes, pensou que dando tudo á sua fiel aliada obteria dela um auxílio contra a tempestade que da banda da França se armava como vamos ver. Graciosamente anuiu, dando tôdas as satisfações, pagando tôdas as indemnidades.

Santarém em notas e despachos procurou suster os golpes, mas debalde.

Para cúmulo surgiu o conflito que o govêrno de Luiz Filipe espiava para abrir hostilidades.

Em fins de 30 foi prêso e condenado a açoites e degrêdo, por desacato ou sacrilégio, certo francês de nome Bonhome; a êste se foi juntar na cadeia um outro de nome Sauvinet, implicado numa conjura contra o regime, gorada em Fevereiro de 31. Claro que o govêrno português estava no seu pleno direito de proceder contra estrangeiros que por crimes comuns ou políticos haviam infringido as leis da Nação. O Cônsul francês protestou todavia, e Santarém dignamente redarguiu-lhe, como já fizera ao brasileiro em 28, negando-lhe qualidade representativa, pensando forçar assim a França a nomear representante diplomático em Lisboa, o que implicava o reconhecimento de D. Miguel.

O Cônsul da França saiu porém da capital, rompendo-se inteiramente as relações entre Paris e o govêrno português.

Desta vez era declaração de guerra!

No meado de Maio apareceu então na costa portuguesa a esquadra do almirante Roussin, bloqueando o Tejo e apresentando um ultimatum ao govêrno: a soltura dos franceses, indemnização de sessenta mil francos e demissão dos juizes que os haviam sentenciado.

Perante tamanho agravo á nossa soberania, o Visconde de Santarém procurou nobremente resistir, e apressadamente ordenou ao Visconde de Asseca que em Londres solicitasse auxílio da velha Aliada. Ao mesmo tempo preparou-se a resistência interna: o aparelhamento da esquadra de uma boa dúzia de navios, a mobilização da milícia e a fortificação da costa até à Figueira da Foz. Que importava porém agora a Palmers-ton que os franceses viessem ou não? Que interesses o chamavam á Península? nenhuns. Palmerston em 18 de Julho aconselhou portanto Asseca a que se aceitassem as condições francesas.

Entretanto de 6 a 9 de Julho a esquadra de Roussin aparecia na barra e alinhava desde Cascais a S. Julião.

Recusara-se o Govêrno a dar-lhe a batalha que se impunha, guardando no pôrto da cidade a esquadra portuguesa reservada para um combate fluvial, segundo o estulto plano do Conde de Basto, que de óculo em punho, observava de longe o entrar dos navios franceses, esfregando as mãos a cada nau que passava, dizendo satisfeito «já cá está mais um»!

Vendo, quasi tudo perdido, o Visconde de Santarém desejou mais uma vez negociar, e exigiu dos seus colegas no Ministério a entrega dos presos para se acabar com tão temerária doidice. Recusaram-se e enquanto numa última tentativa se trocava correspondência inútil entre Santarém e Roussin, no dia 11 a esquadra francesa ancorava entre Belém e o Terreiro do Paço, em linha, com as baterias corridas, prontas a bombardear Lisboa.

Na triste ratoeira imaginada pelo Conde de Basto só êle próprio caiu com a pobre gente doida que na inépcia do ministro via a expressão do seu delírio. A esquadra portuguesa não soltou um tiro.

Êstes tristíssimos factos vieram dar inteira razão ao Visconde de Santarém. O Govêrno teve que capitular. Além das suas primeiras reclamações houve que dar aos franceses 800.000 francos a título de despesas de guerra, e deixá-los levar a esquadra portuguesa *tomada em combate*, segundo êles pretendiam.

Calcule-se o profundo desgosto do Visconde de Santarém ao ver o resultado das loucuras da gente com quem estava metido e contra a qual cada dia menos se podia opor — era encarado como *moderado, cartista* possivelmente, e isso era um crime para os exaltados miguelistas.

Já se procurava afastá-lo das suas funções.

De Londres, António Ribeiro Saraiva, encarregado dos negócios de D. Miguel na ausência do Visconde de Asseca, escrevia ao Duque de Lafões officios cheios de prevenções e injustas acusações ao Visconde de Santarém.

Para de algum modo o consolar da afronta, o Visconde de Santarém teve a satisfação de ver em Setembro dêsse ano o Sumo Pontífice reconhecer solenemente a D. Miguel: a 21 dêsse mês o Marquês do Lavradio entregava as suas credenciais de Embaixador ao Papa Gregório XVI, sendo recebido com tôda a solenidade e o cerimonial habitual dos representantes da sua categoria, e o Arcebispo de Petra entregou as suas a D. Miguel, no Paço da Ajuda, aos 25 de Outubro immediato, igualmente em audiência solene.

Os revezes não faziam esmorecer todavia o Visconde de Santarém no seu pôsto de combate.

Continuou negociando, expedindo despachos para os seus Agentes.

Com apurada atenção seguiu os manejos da Regência de D. Maria da Glória na Terceira, a missão do Marquês de Santo Amaro, os passos de D. Pedro, na sua abdicação do trono brasileiro, na sua viagem para a Europa, na sua chegada a Cherburgo, daqui para Londres, em França de novo, tôdas as manobras enfim da diplomacia pedrista dirigida por Palmela, Abreu e Lima e pelos Condes do Funchal e Lavradio.

Em resposta ao manifesto que D. Pedro lançou quando em Belle Isle se preparou para assumir o comando das fôrças de sua filha primogénita, parece que foi Santarém quem redigiu o eloqüente, erudito e sólidamente fundamentado «Manifesto de Sua Magestade Fidelíssima o Senhor D. Miguel I, rei de Portugal e dos Algarves e seus Domínios», publicado em Lisboa, na *Gazeta* de 3 de Abril de 1832, traduzido em francês, provavelmente pelo próprio Visconde — o estilo é muito seu — com várias edições neste mesmo ano, quer em Lisboa, quer no Estrangeiro (Barcelona, Paris, Sardenha e Londres).

*

*

*

Até aqui todavia, áparte a rebeldia da Terceira, o território metropolitano mantinha-se intacto e nela intacta a soberania de D. Miguel.

A 8 de Agôsto de 1832 porém, desembarcava na Praia dos Ladrões o exército de D. Pedro, dirigindo-se para o Pôrto onde entrou a 21.

Internacionalmente o caso português tomou então um aspecto muito diferente. Era a beligerância. As potências declararam-se então neutrais no conflito armado, e passaram a espiar-se mutuamente para que nenhuma quebrasse a neutralidade, tomando vantagem sôbre as outras pela sua interferência nos negócios portugueses.

D. Miguel, apanhado de surprêsa, pois os seus generais haviam previsto a hipótese de desembarque das forças pedristas em qualquer ponto, menos naquela parte do país, partiu para o Norte em 7 de Outubro, chegando no 1.º de Novembro a Braga. Em Lisboa ficou sôzinho o Visconde de Santarém para manejar o xadrez internacional, parar o cheque ao Rei. Tarefa ingrata!

A situação internacional veio finalmente a embrulhar-se completamente com os acontecimentos ocorridos em Espanha.

Fernando VII casara pela quarta vez com uma princesa napolitana, Maria Cristina de Bourbon, e, contra a expectativa geral, desta vez houvera dela sucessão — uma filha que fôra baptizada com o nome de Maria Isabel Luíza. Levado pela facção liberal do seu país, pelo instinto paternal, e apoiado pela nova Rainha, em 29 de Março de 1830, o rei de Espanha promulgara a Pragmática Sanção pela qual se revogava a Lei Sálica, estabelecida em Espanha, em 1770, por Filipe V, assegurando assim a sucessão do trono na pessoa de sua filha, com prejuízo do herdeiro presumptivo até aí, seu irmão o Infante D. Carlos, casado com a Infanta portuguesa D. Maria Francisca de Assis, irmã de D. Miguel. Isto produziu a maior desavença na família real espanhola.

D. Carlos, como D. Miguel em Portugal, pelas suas tendências políticas representava a corrente tradicionalista espanhola, chamado «partido apostólico»; a sua eventual elevação ao trono assegurava o triunfo

político dessas ideias conservadoras. A Rainha, D. Maria Cristina representava a corrente liberal que apoiava a sucessão da sua filha, partilhando ela de uma longa regência.

Devido ao seu feitio não era o Infante espanhol quem todavia manejava a manobra política do seu partido. Esse papel estava reservado a sua esposa, secundada ardorosamente por sua cunhada e irmã, a Infanta D. Maria Teresa de Bragança, nascida Princesa da Beira, viúva do Infante D. Pedro de Bourbon; em ambas aquelas Senhoras revivia o sangue combativo, as propensões políticas, a ambição do mando de sua mãe, D. Carlota Joaquina.

Aconselhado pelo Visconde de Santarém, D. Miguel pretendeu intervir na dissidência familiar, procurando harmonizar as partes, fazendo ver às irmãs quanto a desarmonia prejudicaria a sua situação em Portugal, pois não convinha que o nosso país tivesse que tomar qualquer atitude em face dos problemas políticos internos espanhóis. Com efeito, Santarém, em Conselho de Ministros, havia exposto e defendido que, tendo sido Portugal um dos principais fautores da abolição da Lei Sálica, — estas diligências são ainda hoje bem pouco conhecidas — por, numa miragem iberista, convir defender os eventuais direitos ao trono de Espanha de D. Carlota Joaquina, em respeito à coerência, e para não alhear-mos as simpatias de qualquer das facções espanholas, não nos deveríamos imiscuir de modo algum, em questões dinásticas e internas de Espanha.

Fernando VII porém adoecera gravissimamente, e o Ministério tradicionalista de Calomarde, aproveitando a oportunidade, persuadiu o Rei a revogar por testamento a Sancção Pragmática, o que êle fez, em segredo. Êste não foi todavia tão bem guardado que não viesse a ter dêle conhecimento a Rainha, que assumira a Regência. Em consequência, imediatamente demitiu Calomarde, e o Conde de Alcudia, com todo o resto do ministério, nomeando um novo com gente da sua feição.

Para a pasta dos Estrangeiros de Espanha foi chamado pela Rainha Regente o Ministro espanhol em Londres, Zea Bermudez, antigo secretário e encarregado de negócios em Lisboa em 28, o qual chegou a Madrid em 27 de Outubro de 32.

Apoiado pela Inglaterra, que o julgava mais maleável, menos absolutista que Alcudia, o Gabinete Grey imaginou então liquidar a questão portuguesa acreditando um novo ministro na côrte de Madrid, Sir Stratford

Canning, encarregado de propor a D. Miguel, por intermédio de Zea e de um agente officioso inglês, nomeado para Lisboa, um armistício, o afastamento de Portugal dos dois irmãos, e a colocação no trono de D. Maria da Glória.

Para isso, sob o pretexto de proteger os subditos e interesses britânicos em Portugal, fêz entrar no Tejo uma esquadra sob o comando do almirante Parker, e enviou para Lisboa um Agente officioso na pessoa de Lord Willam Russell, encarregado ostensivamente de reatar as relações anglo-lusitanas, na realidade de apoiar as diligências de Canning.

Em Madrid, Canning instava com Zea Bermudez pela substituição em Lisboa, de Acosta, criado Conde de Montealegre em Espanha e em Portugal de Monforte, por mercê de D. Miguel, considerado demasiadamente favorável ao soberano português.

O Foreign Office porém enganou-se. Zea favorecia D. Miguel, e em Novembro logo protestou em Londres contra a vinda da esquadra inglesa ao Tejo.

Russell foi recebido por Santarém, e logo o Agente inglês lhe fêz leitura de um despacho do seu governo, no qual se declarava que a Inglaterra interviria com as suas forças no Tejo e na costa portuguesa caso o governo espanhol prestasse qualquer auxílio ao governo português. Em face desta atitude sem precedentes nos direitos das gentes, como Santarém comentava, D. Miguel proibiu o Visconde de retribuir a visita do agente officioso inglês, ficando assim tensas as relações entre o Ministro e o diplomata britânico.

De Madrid, Canning expediu então para Lisboa o Secretário Lord Harvey com as propostas do governo britânico. Em vista da tensão de relações foram elas apresentadas a Santarém pelo almirante Parker, mas o Visconde regeitou-as imediatamente. O Ministro dos Estrangeiros português mostrou-se firme na sua política de reconhecimento de D. Miguel e intimou que o armistício seria apenas aceite se ao mesmo tempo seu Amô fôsse reconhecido pela Inglaterra.

Nada adiantou portanto Sir Stratford Canning, quer em Lisboa quer em Madrid, opondo-lhe Zea Bermudez e Santarém uma barreira contra a qual esbarrou tôda a habilidade do diplomata britânico.

Apenas conseguiu que o Conde de Montealegre fôsse chamado, e,

no seu lugar, nomeado o General D. Luiz Fernandes de Córdova que chegou a Portugal em Janeiro de 33.

Recebido com as máximas prevenções, Santarém que bem conhecia os sentimentos e a acção desenvolvida nos bastidores das chancelarias em favor de D. Miguel pelo seu colega espanhol, tratou logo de fazer desvanecer, mediante extensos relatórios expedidos para D. Miguel em Braga, essas prevenções, pelo que Córdova pôde apresentar as suas credenciais ao Soberano naquela cidade, rodeado das maiores atenções e com todo o cerimonial.

Por seu lado Santarém, sempre hábil diplomata, ia aproveitando as excelentes relações que travara com Córdova para fazer as pazes com Sir William Russell, e com o apoio de Lady Russell, de ideias profundamente conservadoras, captar o Agente inglês. Não nos é possível entrar nos interessantes pormenores destas diligências que fazem honra ao Visconde de Santarém e que êle largamente explanou na sua extensa memória sôbre a *Vinda de parte da Família Real Espanhola para Portugal e suas consequências*, publicada nos seus inéditos, coligidos, coordenados e anotados pelo ilustre académico Senhor Jordão de Freitas.

Os acontecimentos políticos externos e sobretudo as ocorrências em Espanha não permitiram todavia colher o fruto dêsse árduo, digno e inteligente trabalho.

Em princípio de 1833 dera-se em Madrid uma sublevação em favor de D. Carlos, concitada, ao que se diz, nos próprios aposentos da Princesa da Beira, D. Maria Teresa, desgostosa com o enlace que se impunha ao filho, o Infante D. Sebastião, com uma irmã da Rainha, sua cunhada e *rival política*. Os soberanos impuseram a saída de Espanha da Princesa revolucionária, anuindo apenas a que se lhe desse uma côr familiar, pelo que Fernando VII encarregou o general Córdova de convencer D. Miguel a chamar para junto de si sua irmã mais velha. Para evitar maior desaire à dinastia brigantina, e a-fim-de não dar pretexto a desinteligências políticas com a Espanha, mas antes agradar à Rainha Cristina que estava morta por ver as cunhadas de lá para fora, El-Rei D. Miguel assim escreveu a Princesa da Beira. Ela prontificou-se a partir, mas o Infante D. Carlos igualmente pediu licença para acompanhar sua cunhada com tôda a sua família. Embora com relutância, Fernando VII concedeu-a por dois meses, e, em 16 de Março dêsse ano

de 33, os Infantes espanhóis, acompanhados do Conde da Figueira, que havia muito não recebia vencimentos, saíram de Madrid em direitura a Portugal, onde entraram em 19 pela fronteira de Elvas, dirigindo-se para Lisboa. Aqui, como por todo o resto do país, especialmente na raia, haviam-se refugiado muitos espanhóis carlistas, emigrados, ou por implicados na conjura, ou para se subtraírem a perseguições do partido contrário espanhol, os quais, com o famoso Bispo de Léon, imediatamente se congregaram em volta dos régios exilados. A Espanha por intermédio de Córdova reclamou porém o seu afastamento a 20 léguas da fronteira, conforme um convénio que com ela se havia assinado, e a sua concentração em *depósitos*. Não contente com isto, tanto Córdova como Russell procuraram impedir que os príncipes espanhóis se fôsem reunir a seu irmão e cunhado D. Miguel, sempre em Braga, receosos da conjunção dos dois chefes dos partidos legitimistas da Península, e, provavelmente, mais ainda, do dinamismo das Infantas portuguesas. Santarém preocupava-se muito com êsse assunto, e muito desejava igualmente vê-los pelas costas. Para isso procurou despachá-los para Roma.

No entanto, devido à expansão da epidemia de cólera que deflagrara em Lisboa, D. Carlos de Bourbon e sua família saíram para Sintra, instalando-se no palácio do Ramalhão.

Aqui, em Julho, foi intimado por D. Luiz de Córdova, da parte da Regente, a regressar a Espanha, a-fim-de jurar por herdeira do trono sua sobrinha a princesa D. Isabel. Foi então que D. Carlos se recusou, e abertamente desfraldou bandeira na sua famosa carta de protesto pelos seus direitos, datada daquele palácio.

A presença do Pretendente espanhol em Portugal e das suas irrequietas e decididas mulheres — assim se chamava então a espôsa e cunhada — aterrou o govêrno da Regente espanhola; não hesitou pois em modificar por completo a sua política externa, especialmente com respeito a Portugal, e, retirando o seu apoio a D. Miguel, rumou para o lado de Luiz Filipe d'Orleans, tratando de preparar a quádrupla aliança, golpe de misericórdia que havia de ser nas aspirações miguelistas e carlistas na Península Ibérica. A vinda do Infante D. Carlos veio efectivamente provocar o que o Visconde de Santarém previra e tanto receara e procurara evitar: — um *volte face* da Espanha, o nosso mais forte ponto de apoio internacional, em relação aos interesses de D. Mi-

guel. Santarém vira sempre longe e vira bem; por vezes porém os homens não podem dominar as circunstâncias que contra elles teimam em se acumular.

Se as perspectivas não se tornavam risonhas para D. Miguel, não se ofereciam todavia nesta altura melhores para D. Pedro, encurralado no Pôrto.

General de um exército de aventureiros e mercenários, cercado pelo adversário, sem dinheiro — mola real da guerra — com que lhes pagar, desfeito e abandonado pelo seu almirante, o marinheiro inglês Sartorius, o desespero ganhava a todos. Pensou então D. Pedro em entender-se com seu irmão. Foi nessa ocasião que Santarém, dando balanço à situação de seu Amo e Senhor, num célebre officio confidencial expedido para o Duque de Lafões em Braga, aconselhou o entendimento, sempre porém sobre a base de reconhecimento de D. Miguel, o qual daria por sua vez a larga amnistia solicitada. As negociações não se chegaram contudo a realizar. Entretanto em Londres, Palmela, Abreu e Lima e o judeu Mendizabal, banqueiro que financiava D. Pedro, prepararam-se para jogar a última cartada — uma expedição ao Algarve a-fim-de, desembarcadas as fôrças, dali vir atacar Lisboa pelo Sul. Demittido Sartorius, haviam assoldado outro marinheiro inglês, Napier, para comandar essa esquadra.

Santarém sabedor da manobra, procurou igualmente em Inglaterra quem com elle se defrontasse e, sem dar conhecimento ao seu colega, o inepto Conde de Basto, Ministro da Marinha, negociou com outro official da marinha inglêsa, Henrique Elliot, o tomar o comando dos restos da esquadra miguelista que haveria de ir a Vila do Conde, onde D. Miguel embarcaria, para depois dar batalha aos navios de D. Pedro e de Napier.

A rapidez da manobra pedrista não deu porém tempo a que isto se realizasse.

Em 21 de Junho Napier fêz-se à vela para o Algarve onde desembarcou e occupou Tavira em 24.

De Lisboa saiu a esquadra miguelista em 1 de Julho, sob o comando do Almirante Tôrres de Aboim, aparentemente para navegar para o Norte, cumprindo as ordens de D. Miguel, na realidade dirigindo-se para o Sul conforme instruções secretas do Ministro da Marinha.

No dia 5 as duas esquadras encontraram-se à vista do Cabo de São

Vicente, e iniciaram o combate. Apesar de herôicamente se terem portado a nau Rainha e a fragata Martim de Freitas, renderam-se sem combater a nau D. João VI e o corveta Princesa Real. No fim do dia a esquadra miguelista ficou destroçada.

Esta derrota e o desembarque das forças pedristas no Algarve contra as quais o Barão de Molelos mal se opôs, abriu-lhe o caminho de Lisboa e apresentaram-se em frente da capital no dia 23 de Julho.

Foi então que o Duque do Cadaval tomou a resolução de tôdas a mais inepta na história do miguelismo: o abandono da capital. Com êle seguiram os restantes ministros, e com êle o Visconde de Santarém.

Em 24 entrava em Lisboa o Conde de Vila Flor, e aclamava-se triunfante D. Maria II.

Nesse mesmo dia, o encarregado da policia da cidade deu ordem verbal para que em casa do Visconde de Santarém fôsse apreendida tôda a sua correspondência, o que imediatamente nessa noite se fêz, sendo em seguida entregue, a 8 de Agôsto, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de D. Pedro, Cândido José Xavier.

Sabedor do desastre, D. Miguel I lançou-se nas medidas desesperadas: a tôda a brida regressou ao Sul, reformou o comando do seu exército que entregou a Bourmont, e remodelou o seu Ministério, do qual excluiu o Visconde de Santarém. Perdido o contacto com os agentes diplomáticos e consulares pela perda da capital, pois apenas o General Córdova acompanhava a côrte agora errante, D. Miguel já pouco ou nada poderia fazer no campo da política externa: o gesto ingrato fôra porém imposto pelo Conde de Basto e pela sua facção. O dementado octogenário não perdoava ao Visconde a sua superioridade intelectual, a sua tentativa de contratar Elliot sem o seu conhecimento, e o officio que enviara ao Duque de Lafões.

Assim terminou a carreira política e diplomática de Manuel Francisco de Barros e Sousa da Mesquita Leitão e Carvalhosa. A Providência reservara-lhe servir o seu país num campo de acção espiritalmente muito mais elevado, acima das lutas das intrigas, das ambições, das misérias dos homens, — o campo da Ciência pura e incorruptível da História. Seria de futuro neste campo paladino incansável e vitorioso da sua Pátria, ainda e sempre contra os inimigos de fora. Morrera o diplomata,

surgia o sábio académico, acatado e venerado num mundo superior, que não conhece nem fronteiras nem nacionalidades. Nascia o Visconde de Santarém para a immortalidade nos seus Atlas Geográficos.

*

*

*

É pecado do mundo aplaudir os vencedores e vaiar os vencidos — *vae victis!* — Esquece-se porém que, na maioria dos casos, os vencedores são auxiliados por circunstâncias para as quais elles não contribuíram, e os vencidos acossados por outras circunstâncias independentes da sua vontade. Estes por vezes lutaram com muito mais denôdo, mas foram vencidos por elas. Assim aconteceu com o Visconde de Santarém. Na ordem interna o seu principal inimigo, como aliás de toda a causa miguelista, foi a espantosa inépcia, a estúpida curteza de vistas, a imbecilidade do Conde de Basto, Ministro do Reino e da Marinha. Já quando Santarém lhe chamava a atenção para a necessidade de impedir, a todo o transe, pelas armas a ida dos emigrados pedristas para a ilha Terceira, êle lhe respondeu: — «Deixá-los ir. Tomara eu que fôsem para lá todos, que assim ficavamos livres dêles!» Por aqui se ajuizará da sua mentalidade.

Fôra sempre um sectário. A sua intelligência só via para salvação do regímen, a destruição.

Em cada armada de bloqueio mandava uma Alçada, contra o parecer do Visconde de Santarém que considerava êste acto o passo mais anti-político que se podia imaginar, passo que pôs na alternativa os insurgentes de preferir morrer pelejando do que padecer num patíbulo.

Santarém defendeu, na sua esfera de acção, a honra e o brío de Portugal pugnando pela sua independência política e a não ingerência estrangeira nos seus negócios internos; a liberdade para Portugal — representado pelo escol das suas classes sociais — de decidir dos seus destinos. Nem ingerências brasileiras, nem inglêsas, nem espanholas, nem francesas, nem austríacas. Se se havia cometido um êrro político sob um êrro de direito público no reconhecimento do Imperador do Brasil como Rei de Portugal que se reparasse — era justiça elementar.

Portugal havia-o reparado internamente; que se reparasse no concerto e sociedade das nações.

Eis tôda a acção diplomática do Visconde de Santarém.

Cometeram-se em Portugal violências, prepotências, crimes possivelmente, mas dêsses erros não cabe ao Visconde de Santarém parte. Santarém manifestou-se sempre contra êles.

Na ordem externa Santarém e o miguelismo foram vencidos pela Revolução de Julho, que não só venceu a ordem portuguesa, mas ganhou a Europa. As lutas de ideologias são, por via de regra, mais ferozes que as guerras de conquista.

Como homem e como diplomata não pudemos senão reconhecer que o Visconde de Santarém correspondeu inteiramente à confiança que nêle depuseram os seus soberanos, e que cumpriu dedicadamente e na medida da sua larga e esclarecida intelligência, o seu dever.

Fê-lo com esclarecida intelligência e compreensiva moderação.

Êste juízo nem os próprios inimigos políticos lho regatearam.

Nota Bibliográfica

O presente trabalho foi elaborado fundamentalmente sobre a leitura da «Correspondência do 2.º Visconde de Santarém», publicada por seu neto, o 3.º Visconde do mesmo título.

Como elementos subsidiários, além de várias obras sobre a época, confessamos-nos individuidos, aos «Inéditos e Esparsos» do mesmo 2.º Visconde, ao livro do Dr. Oliveira Lima, «D. Miguel no Trono» (Coimbra, 1933), e ao «Portugal Contemporâneo», de Oliveira Martins.

Para não sobrecarregar um trabalho que, por índole é de corrente leitura, dispensámo-nos de lhe anotar os passos pormenorizadamente.

O Visconde de Santarém
Mestre do Nacionalismo Português

por Fernando Campos

O Visconde de Santarém

Mestre do Nacionalismo Português

FOI António Sardinha — êsse doutrinador genial do nacionalismo português — quem, um dia, observou que as idéias à semelhança dos indivíduos, também possuem a sua genealogia, acrescentando que «Não se formam dum jacto, e até que adquiram o amadurecimento completo, são tenteadas e adivinhadas dolorosamente por aquêles que já lhes pressentiam de longe o prestígio dominador» (1).

Porque assim sucede, com efeito, é que o pensamento político nacional que veio a encontrar a sua expressão máxima no movimento integralista não constituia, como tantos erradamente supunham, um produto do racionalismo abstracto de alguns intellectuais empenhados, por capricho ou por vaidade, em contrariar as correntes político-sociais dominantes no seu tempo, ou em imitar, como outros ainda julgavam, movimentos congêneres de além-fronteiras.

O nosso nacionalismo integral era de raiz bem portuguesa, conforme se acha exuberantemente demonstrado em numerosas publicações que me dispenso de recordar (2), e, por isso mesmo, é que António Sardinha podia ainda proclamar com o seu comunicativo entusiasmo, ao traçar-nos a *Jornada duma idéia*: «Não surgimos, pois, de improviso, desbaratando os ídolos com a intrepidez da nossa convicção. Para trás, ao longo das caminhadas ásperas de Portugal, bastantes espíritos nos anunciaram, numa ânsia dolorida de perscrutarem as incertezas do futuro» (3).

Ora, dentre êsses espíritos a que aludia o nosso saúdoso consócio e lúcido prefaciador da segunda edição das *Memórias para a História e Teoria das Côrtes Gerais*, havemos de salientar e de colocar no primeiro plano o 2.º Visconde de Santarém, a cuja memória gloriosa e veneranda se tem prestado homenagem na Associação dos Arqueólogos Portugueses (4).

Já numa colectânea contra-revolucionária publicada há perto de vinte anos, e, depois, num trabalho em que enfeixei alguns estudos sôbre os principais precusores do pensamento nacionalista português no decurso do século passado (5), incluí a figura nobilíssima do Visconde de Santarém, que nos seus múltiplos aspectos de diplomata, de erudito, de arqueólogo e de cosmógrafo, tão superiormente concorreu para prestigiar o nome do seu país nos meios científicos da Europa, e que, pela sua acção política e pelo alcance dos seus estudos históricos, deve ser justamente considerado como um dos mais fecundos e autorizados preceptores do movimento de renovação nacionalista que se tem operado em Portugal, há uns trinta anos a esta parte.

Lamentando que à memória do eminente investigador não se tivesse ainda erguido o monumento crítico e biográfico a que o seu génio e a sua obra tinham jus, e que o sr. Vicente Almeida de Eça já reclamava, com razão, em 1904 (6), esbocei, nesse trabalho, um breve perfil do historiador, documentado nas melhores fontes, e, principalmente, nos apontamentos biográficos que se contêm na exaustiva monografia do sr. Jordão de Freitas sôbre *O 2.º Visconde de Santarém e os seus atlas geográficos* (7). E devo ainda declarar que me foram, então, de grande auxílio as indicações que o actual sr. Visconde de Santarém com fidalga gentileza me quis dar, e a consulta que me permitiu fazer de algumas obras da sua valiosa biblioteca.

Desenvolvendo agora o que nesse escrito referi, recordarei, seguidamente, os passos mais importantes da vida dêsse ilustre português que tanto honrou a cultura e o pensamento nacionais, permitindo-me repetir, com um crítico já citado, estas palavras que proferiu, ao analisar, em tempos, a personalidade e a obra do grande sábio: — «que cada um de vós recorde o muito que sabe, e me releve o pouco que vou acrescentar» (8).



O 2.º VISCONDE DE SANTARÉM

Miniatura de Gabriel Aristide Possot

O 2.º Visconde de Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, filho único do 1.º Visconde de Santarém, João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa e de sua primeira espôsa, D. Mariana Rita Xavier Porcille Okelly Ribeiro Rangel, nasceu em Lisboa, no dia 18 de Novembro de 1791, em casa de seu avô paterno, na rua da Paz, a Santa Catarina, em cujo oratório particular foi baptizado, a 3 de Dezembro seguinte (9).

Completados os 11 anos, e já órfão de mãe, foi colocado por seu pai no Colégio dos Nobres, onde se matriculou com o nome de Manuel Francisco de Barros de Sousa Porcille Okelly, e cujas aulas frequentou desde Janeiro de 1803 a Outubro de 1807, ano em que partiu para o Brasil, acompanhado por seu tio Francisco José Rufino de Sousa Lobato, guarda-roupa de Sua Majestade, e que veio depois a ser o 1.º Barão e o 1.º Visconde de Vila Nova da Rainha, tendo seguido viagem a bordo do mesmo navio em que embarcara o Infante-Regente (10), que por Francisco Lobato manifestava particular afeição.

Novos mundos e horizontes se rasgavam assim à curiosidade mental do futuro historiador que tão novo era levado a abandonar a terra de seus maiores, em consequência, ao que parece, da partida da Família Real para o Brasil.

Enquanto seu pai, investido em vários cargos da Côrte (11), permanecia na metrópole, entregue às suas occupações, consagrava-se o môço Manuel de Barros aos estudos que tão cedo o atraíam e dedicava, no Rio

de Janeiro, as melhores horas da sua vida aos trabalhos de investigação histórica e diplomática que haviam de o immortalizar, pesquisando nos arquivos do Estado, freqüentando assiduamente o Gabinete de Manuscritos e a Biblioteca Real, a opulenta livraria que se formou com as espécies da Biblioteca da Ajuda, principiada a organizar por D. José e transferida, em 1811, para o Brasil, por ordem do Príncipe-Regente, conforme o sr. Jordão de Freitas conseguiu averiguar em documentos oficiais e inéditos ⁽⁴²⁾.

Referindo-se a êsse período de iniciação, escreveria, passados trinta anos, o Visconde de Santarém: «Em 1809 dei princípio a êste vasto trabalho, sendo eu o primeiro Português que empreendeu dotar a sua Pátria com um Corpo sistemático do seu Direito Público Convencional com as Potências Estrangeiras, obra tanto mais importante que a Nação Portuguesa era a única que não possuía nem mesmo um opúsculo ou ensaio medíocre e parcial das suas relações exteriores» ⁽⁴³⁾. E, noutro lugar, informaria, posteriormente, que nesse mesmo ano começara «a coligir e a classificar por ordem cronológica e dividir por potências todos os apontamentos e notícias dos documentos diplomáticos que encerram as nossas relações com as nações estrangeiras» ⁽⁴⁴⁾.

A meio do ano de 1814, e «em consequência dos trabalhos que já naquela época havia feito sobre os nossos documentos diplomáticos», foi nomeado conselheiro de embaixada, para acompanhar o ministro plenipotenciário António Saldanha da Gama, depois Conde de Pôrto Santo, ao congresso de Viena, missão de que não chegou a desempenhar-se, por estar nesse momento encarregado de elaborar várias memórias sobre os limites das possessões portuguesas no sul da América e sobre Olivença, para serem enviadas para Londres e Viena, em consequência das divergências que então tínhamos com a côrte de Madrid ⁽⁴⁵⁾.

Foi, já casado com D. Maria Amália de Saldanha da Gama, filha do 6.º Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama, que Manuel Francisco de Barros voltou a Portugal, onde se encontrava em 1817, pouco tardando, porém, o seu regresso ao Brasil. Ali o aguardavam a nomeação para duas missões diplomáticas ⁽⁴⁶⁾ e a concessão de várias mercês ⁽⁴⁷⁾, vindo o Rei D. João VI, no próprio dia da sua aclamação, a 6 de Fevereiro de 1818, e sem que fôsse ainda conhecida no Rio de Janeiro a notícia do falecimento do 1.º Visconde de Santarém, a conceder-lhe uma

vida no título que o erudito investigador, por seus talentos e virtudes tanto havia de engrandecer.

Quando o 2.^o Visconde de Santarém aportou de novo à Europa, em 1819, encarregado de representar o seu país na côrte de Copenhague, tão fecundo fôra já o seu labor que, segundo refere um biógrafo citado, os documentos coligidos no Rio de Janeiro formavam oitenta volumes, *in-folio*, na sua maior parte.

Após uma larga excursão por Inglaterra, veio fixar residência em Lisboa, por assim o exigirem os negócios de sua casa e para melhor se dedicar a novas investigações históricas e diplomáticas nos arquivos da Torre do Tombo; e foi durante essa estada na capital que recebeu do soberano a mercê da alcaidaria-mor de Santarém.

A revolução de 1820 não lhe permitiu, porém, que prolongasse a nova empresa, pois, ao ver triunfante a facção liberal, seguia novamente para o estrangeiro, instalando-se em Paris, onde novos e abundantes elementos se ofereciam à sua sêde insaciável de saber. Aí passou o inverno de 1820 a 1821. Mas em breve regressaria a Família Real à metrópole, e logo o Visconde de Santarém, que se demitira do seu cargo, volta à terra que lhe foi berço, vindo a ser, nesse mesmo ano, admitido pela Academia Real das Ciências no número dos seus sócios correspondentes ⁽⁴⁸⁾.

Em 1823, era-lhe comunicado pelo Condé de Palmela que o Governo o nomeara enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para os Estados Unidos. Não chegaram, porém, a assinar-se os diplomas, em consequência da recusa do Visconde, a qual foi aceite de bom grado por D. João VI, que o não considerou, por êsse motivo, afastado da carreira diplomática, prometendo até nomeá-lo para a primeira missão que vagasse na Europa.

No ano seguinte, e por proposta do mesmo Palmela, já então elevado ao marquesado, era o Visconde de Santarém nomeado guarda-mor da Torre do Tombo ⁽⁴⁹⁾. Outras nomeações recaíram, ainda, por essa época, na competência do ilustre titular ⁽⁵⁰⁾, a principal das quais foi, em Junho de 1827, a de Ministro do Reino, ao assumir a regência a Infanta D. Isabel Maria, por morte de D. João VI.

Durante poucos meses desempenharia o Visconde de Santarém essas funções que chegou a exercer conjuntamente com as de Ministro da Marinha e Ultramar ⁽⁵¹⁾. Mas, logo em 1828, ao ser conferida a regência ao

Infante D. Miguel, era-lhe confiada a pasta dos Estrangeiros, de que se tinha exonerado o Visconde de Vila Real.

Seria, por certo, oportuno, mas excederia largamente os limites impostos a estas palavras, historiar a sua acção política e diplomática enquanto serviu lealmente a realeza de D. Miguel. Não deixarei, todavia, de relembrar que a primeira batalha do Visconde de Santarém foi contra os representantes acreditados junto da Côrte portuguesa, e sem exclusão do Núncio, cujos governos recusavam reconhecer o novo soberano aclamado na reunião dos Três Estados ⁽²²⁾.

Também os diplomatas portugueses no estrangeiro, com Palmela à sua frente, — aquêlê mesmo Palmela que cinco anos atrás não duvidara formular o elogio do Infante D. Miguel e a apologia da Vila-Francada — ⁽²³⁾ teimavam em se considerar os legítimos representantes do seu país, aproveitando a circunstância favorável da Europa sobrestar no reconhecimento do regime.

As dificuldades com que os enviados legitimistas lutavam junto das côrtes europeias não teriam, também, menor quinhão nas agruras e preocupações do Ministro que persistia na tarefa titânica de assentar os fundamentos do novo edificio político no campo das relações internacionais.

A diplomacia do Vaticano mostrava-se renitente em reconhecer a legitimidade dinástica do novo monarca ⁽²⁴⁾, que, poucos anos depois, o Santo Padre Gregório XVI, ao acolhê-lo no exílio, havia de apresentar ao povo de Roma, dizendo: «Eis o Rei mais católico que tenho em tôda a cristandade» ⁽²⁵⁾. As negociações empreendidas no sentido de modificar semelhante situação esbarravam, no dizer de um historiôgrafo, contra a vontade da Áustria, que não perdoava ao Infante o ter infringido, embora por expressa determinação nacional, e por obediência às leis do Reino, o famoso tratado em que Metternich intervierá.

Em França, os entusiasmos da facção legitimista eram reprimidos pela violência da parcialidade liberal, no que não deixariam de influir os sentimentos da Grã-Bretanha, que, a despeito de não se declarar francamente por D. Pedro, se obstinava, todavia, em não reconhecer os direitos de D. Miguel.

É certo que, no Parlamento inglês, o Conde de Aberdeen verberava enêrgicamente as afrontas que os súbditos britânicos e as suas propriedades tinham sofrido nos Açores, sob o domínio da regência liberal, da

mesma forma denunciando os manejos conspiratórios a que os partidários de D. Pedro se entregavam, com manifesta infracção das leis inglesas. Mas, no testemunho de um historiador miguelista, «debalde clamavam alguns membros do parlamento britânico a favor do governo português; o ministério, para servir a revolução, em lugar de atendê-los prosseguia teimosamente no caminho de guerrear o Rei de Portugal, embora proclamasse que era neutral diante da discórdia dos dois ramos da augusta Família de Bragança. A neutralidade britânica, porém, traduziu-se na mais manifesta, e revoltante protecção à bandeira revolucionária» (26).

Na própria Espanha, onde um impulso mais sincero de simpatia se manifestava pelo regime português, não rareavam as hesitações perante o reconhecimento, e outros Estados da Itália e da Alemanha aguardavam que as restantes potências se decidissem, para orientar a sua conduta (27).

Contra os adversários internos e do exterior, tinha, pois, de se exercer o génio diplomático do Visconde de Santarém, que dos próprios representantes acreditados em Lisboa chegava, por vezes, a suspeitar, no decorrer das suas constantes conferências e entrevistas. E não esqueçamos que entre os discordantes e opositores da acção desenvolvida pelo Ministro dos Estrangeiros, poderiam até contar-se alguns miguelistas, como António Ribeiro Saraiva, em cujo *Diário* não escasseiam as críticas e ásperas censuras ao político e ao diplomata (28).

Fervilhavam os planos de revolta e as conspirações, como a de 7 de Fevereiro de 1831, de tão graves e desastrosas consequências. Os partidários de D. Pedro, vendo o terreno a fugir-lhes, recorriam a todos os meios para levantar dificuldades ao Governo de D. Miguel, erguendo até como trofeu as humilhações que a França nos impusera pela convenção do almirante Roussin.

Importava, portanto, organizar a defesa das instituições tradicionais que a Nação livremente abraçara, manifestando a sua vontade através das Córtes Gerais de 1828, — «as mais numerosas que houve desde o princípio da Monarquia», e compostas pelas «pessoas de maior distinção nas suas Jerarquias, de maior riqueza nas suas Propriedades, de maior consideração na sua Representação» (29), na expressão do próprio Visconde de Santarém, e contra as quais se coligavam os mais variados interesses.

Em Londres, tramava-se a expedição que tornaria a Ilha Terceira núcleo principal da reacção liberalista. Pressagiava-se já o avizinhar dos dias tenebrosos da guerra civil, em que um povo pacífico e trabalhador seria *libertado* à força ⁽³⁰⁾ de uma suposta tirania que não parecia pesar-lhe muito, e acossado por êsse bando de guerrilheiros, em grande parte estrangeiros ⁽³¹⁾, que se julgavam em terra conquistada e como tal procediam. Estava travado o duelo, ia ferir-se o duro combate cujas fases se acham estudadas pelos historiadores militares, que formularam também o seu juízo sôbre os vários e complexos incidentes da campanha.

Como acentua, na sua recente *História*, o sr. dr. João Ameal, «Em todos, ou quási todos, se vinca a inferioridade dos comandos legitimistas e a superioridade dos comandos liberais — asseguram os técnicos da guerra. Sem pensar, nem por sombras, em contestá-lo — o certo é que a derrota dos primeiros e a vitória dos segundos, vistas no plano da filosofia da História, parecem afinal, reflectir, acima de tudo, o pendor fatal da evolução política da Europa. Batem-se bem, muitos, de parte a parte. Se as quimeras e as aspirações da ideologia revolucionária estimulam singularmente a coragem (e a voracidade) dos invasores, também a fé religiosa, o amor às tradições, o entusiasmo pelo Rei e pela independência nacional multiplicam o ardor dos combatentes de D. Miguel. O que provoca o desenlace — é a evolução dos espíritos e dos acontecimentos políticos. Quem vence, em última análise, mais do que as armas, é a marcha irresistível do século nos trilhos abertos pelos homens de 89» ⁽³²⁾.

Não tardaria a soar a hora sombria de Évora-Monte, em que, para sempre, ia apartar-se da terra querida da Pátria um Rei que, no parecer de Oliveira Lima o teria sido, «e com maiúscula, sem opposição nem repugnância de qualquer potência estrangeira, se sòmente houvesse sido mais jeitoso ou mais hipócrita, em todo o caso mais fundamentalmente condescendente» ⁽³³⁾. Mas D. Miguel era homem de uma só fé, que não sabia iludir nem negociar com inimigos, pelo que, ainda Infante, concitara contra si as iras da demagogia que nunca lhe perdoou o ter dignamente repudiado as propostas que lhe fizera. Já D. Frei Fortunato de S. Boaventura o definira desta forma, no seu famoso *Vocabulário Filosófico-Democrático*: «Inimigo implacável das idéias liberais, cuja coragem, valor, e energia se desenvolvem à proporção que os perigos se aumentam: e por

isso mesmo que as suas intenções, os seus desejos e as suas vistas são diametralmente opostas aos princípios do *pacto social*, que ultimamente endossado com as Cartas e Câmaras tem seduzido tantos Monarcas, e de novo prepara a subversão da Sociedade» (34).

Em tão graves e difíceis circunstâncias se manteve no seu pôsto o Visconde de Santarém que não poupava esforços e sacrifícios para evitar a derrocada de um regime que servia desde a primeira hora, como político e diplomata experimentado e sabedor. No dizer doutro biógrafo, depois de esboçar o quadro sombrio da vida nacional nessa época, «A tudo isto, marcando o mais preponderante dos lugares, vendo tudo, querendo remediar erros alheios e salvar o regime que defendia, assistia, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Visconde de Santarém. A sua correspondência com os seus delegados, a sua acção com a intendência da polícia e com os ministros da guerra, da justiça e mesmo até com o da fazenda demonstram até que ponto êle foi grande político, experimentado negociador e sempre leal vassalo» (35).

Mas, às vésperas da convenção de Évora-Monte, era o devotado servidor da realza destituído do seu cargo, e pelo motivo suposto pelo sr. Ferreira da Fonseca, que o refere da seguinte forma nos seus *Apontamentos para a biografia do Visconde de Santarém*: «Parece que a origem principal do desagrado de D. Miguel para com o Visconde de Santarém, proveio da opinião dêste acêrca das bases em que devia ser concedida a capitulação de D. Pedro, quando êste príncipe viu quási perdida a causa que defendia com tanto ardor. O documento referente a êste assunto, que tantos atritos e dificuldades levantou, encontra-se publicado na *Crónica Constitucional de Lisboa*, de 17 de Setembro de 1833, e, na opinião de um erudito, *faz honra ao Visconde de Santarém, à lucidez do seu espírito e à sua perspicácia política*».

No comentário justificado do mesmo autor, «De nada serviu tanta dedicação. O seu trabalho como ministro dos negócios estrangeiros, num período anormal e por conseguinte mais difícil foi inutilizado! O seu conselho e serviços, dispensados! e ainda depois de ser substituído na pasta dos negócios estrangeiros pelo ministro da guerra, conde de S. Lourenço, para que o ódio contra êle fôsse bem manifesto, é obrigado a ficar em Abrantes, quando D. Miguel com a sua côrte estacionava em Santarém» (36).

O Visconde de Santarém não acompanharia, pois, até aos extremos trágicos da derrota, êsse monarca desventurado, modelo de honradez e de amor pátrio, — «o último dos que o povo compreendeu e amou», e «cuja soberania foi a última genuinamente histórica», nas expressões já tantas vezes citadas, mas tão justas, do autor do *Portugal contemporâneo* ⁽³⁷⁾.

Logo após a entrada das forças liberais em Lisboa, era o sábio investigador exonerado pelo Governo de D. Pedro do cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, não ficando por aí as represálias dos seus inimigos políticos: assaltaram-lhe a moradia, apreenderam-lhe a correspondência e destruíram-lhe bárbaramente a preciosa livraria que tantos cuidados e sacrifícios lhe custara a reunir, e que era já a segunda que a sua pertinácia de bibliófilo e a sua persistência de estudioso tinham conseguido organizar ⁽³⁸⁾.

Perante a ruína da Pátria e das instituições tradicionais que servira, ferido nos seus sentimentos mais delicados e respeitáveis de português e de entranhado nacionalista, o Visconde de Santarém toma então o caminho do exílio, estabelecendo, definitivamente, a sua residência em Paris, no intuito de reatar os trabalhos de investigação, interrompidos ou mais lentamente prosseguidos durante os últimos anos.

Do modo por que o ilustre historiador se resignou à nova condição de expatriado, e da forma como, assim mesmo, se julgava no dever de servir sempre o seu país, melhor do que as minhas palavras, o dirão êstes períodos de uma carta sua, dirigida em 1842 a Rodrigo da Fonseca Magalhães, ministro de D. Maria II:

«V. Ex.^a de-certo se recorda de que em 9 de Agôsto do ano passado lhe dizia o seguinte: «Aquêles homens de Estado que conseguirem fazer parar a tormenta, e o vórtice fatal das revoluções, e das reacções políticas, têm o direito incontestável ao maior reconhecimento da Pátria.

V. Ex.^a diz-me que quanto mais se põe distante da política mais se aproxima da literatura a cujo estudo deve algumas horas felizes da sua agitada vida.

Não posso deixar de me felicitar cada vez mais de ter encontrado em V. Ex.^a um amigo em todos os sentidos, das mesmas simpatias e do mesmo modo de pensar.

Que teria sido de mim sem o estudo, sem os livros, sem a verdadeira filosofia que eles inspiram na adversidade?

Ao estudo devo consolações e confortos que sem este não encontraria em circunstância alguma, e que nenhum poder humano me podia dar; ao estudo e à cultura das ciências devo o que tôdas as honras do mundo e tôdas as riquezas materiais me não podiam dar, a consideração geral da Europa aumentada de dia em dia depois da minha queda do pináculo das dignidades pelas revoluções do meu país.

É aos livros que devo a tolerância dos meus princípios, e as convicções profundas da indispensável necessidade de ordem nas sociedades humanas.

É ao estudo que devo um número incrível de amigos; é a este que devo a amizade daquêlê que mais provas me tem dado de affecto; é por certo a este que eu devo o primeiro de todos, aquêlê que mais prezo.

É finalmente aos livros e aos meus trabalhos literários que devo a conquista de um homem como V. Ex.^a.

Continuemos pois as nossas tarefas literárias em beneficio da pátria, e em honra dela, e nisto lhe faremos grande e importantíssimo serviço, serviço real, mesmo politicamente falando, pois as publicações de obras e escritos que recordam os grandes feitos de uma nação, sobretudo quando ela se tem achado entregue às comoções civis, divergem a atenção para as coisas úteis, e para os exemplos de patriotismo, e infiltram as boas doutrinas no povo, formam mesmo insensivelmente uma opinião conservadora da ordem e admiradora da glória nacional, civilizam as nações e tornam por fim nulos, ou pelo menos neutralizam os perniciosos efeitos das ambições dos partidos políticos que a propagação das mesmas doutrinas desarma e confunde.

A propagação das obras históricas dos fastos de uma nação em um povo pequeno pelo território e pelos recursos físicos e materiais, é, em meu entender, ainda mais importante do que nas grandes nações.

Nas pequenas é necessário que o amor da pátria supra a pequenez física, enquanto nas grandes nações o mesmo prestígio da sua força e grandeza as faz respeitar mesmo nas épocas da sua decadência ou de dissolução civil pelas reacções e convulsões políticas» (39).

A partir da sua instalação em Paris, e uma vez abandonadas as preocupações da política, consagrou-se, inteiramente, o Visconde de Santa-

rém à realização da sua obra histórica, diplomática e cosmográfica, essa obra gigantesca que em breve lhe grangeava um renome mundial. E tão valiosa ela era que o próprio Estado se encarregava de a publicar, confiava certos estudos e trabalhos oficiais ao seu autor e, em 1842, o reconduzia no lugar de guarda-mor da Torre do Tombo⁽⁴⁰⁾, permitindo-lhe o seu desempenho sem que fôsse obrigado a residir em Portugal. Assim dava satisfação ao desejo expresso pelo escritor, numa carta dirigida ao Conde da Ponte, e em que declarava não se dar por satisfeito com a recondução nesse cargo, desde que, para tal, se visse obrigado a deixar Paris, com manifesto prejuízo dos trabalhos que preparava⁽⁴¹⁾.

Tinha razão o historiador, pois datam desse período da sua vida, o *Quadro Elementar*, o *Corpo diplomático português*, os *Atlas geográficos*, o *Essai sur l'histoire de la cosmographie et de la cartographie pendant le moyen-âge*, a patriótica memória *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique*, e tantas outras obras que opulentam a bibliografia do escritor e que são lustre e glória da cultura portuguesa. Colaborava, também, assiduamente, em vários jornais e revistas científicas, em que defendia com fervor e profunda competência os direitos coloniais de Portugal, e revelava ao mundo a epopeia dos nossos descobrimentos.

Levar-nos-ia muito longe a descrição da sua actividade cultural sob esse aspecto que tanto o celebrizou, bastando registar o seguinte facto recentemente recordado pelo nosso ilustre consócio sr. dr. Rodrigues Cavalheiro, num artigo que publicou na passagem do aniversário do nascimento do grande cosmógrafo português⁽⁴²⁾:

Aí referia o seu autor que, em 1832, ao vir a lume a obra de Luiz Estancelin, *Recherches sur les voyages et découvertes des navigateurs normands en Afrique, dans les Indes Orientales et en Amérique*, se desencadeou, em França, um ataque, mais ou menos declarado, contra a empresa dos descobrimentos portugueses no século XV, e com vista a reivindicar para os marinheiros normandos a glória de terem sido os primeiros que abordaram nos tempos modernos as costas de África. Pretendia-se, no dizer do referido investigador, «esbulhar os homens do Infante duma gloriosa prioridade que até aí ninguém seriamente testara».

À obra de Estancelin, sucederam-se os estudos de D'Avezac, em 1836,

os quais se encaminhavam ao mesmo fim, mas que, dada a situação burocrática do seu autor, «alvejavam um objectivo claramente político, ou seja a reivindicação para a França de hipotéticos direitos sôbre certas zonas africanas que nos pertenciam». E, por essa mesma época, e em idêntico sentido, se manifestava o sábio alemão Alexandre de Humboldt, que, na sua obra *Examen critique de l'Histoire de la Géographie du Nouveau Continent et des progrès de l'Astronomie nautique au quinzième et seizième siècles*, seguia na esteira de Estancelin, no que respeitava à prioridade do descobrimento, pelos normandos, do noroeste africano, pretendendo provar, conjuntamente, que os progressos da ciência náutica nos séculos XV e XVI se deviam, principalmente, às viagens de Cristóvão Colombo, tornadas possíveis pelo saber de dois alemães, Behaim e Regiomontanus. Dava ainda extrema importância à expedição de Jaime Ferrer, citada na carta catalã de 1375, o que adiantava alguns anos a chegada de navegadores europeus ao Rio do Ouro, e ia ao ponto de sustentar que «muito tempo antes dos nobres esforços do Infante D. Henrique, os cabos Não e Bojador tinham sido ultrapassados».

Ora, conforme lembrava nesse artigo a que me reporto o sr. dr. Rodrigues Cavalheiro, «A tudo quanto se referia à prioridade dos descobrimentos portugueses na costa ocidental da África, respondeu brilhantissimamente o Visconde de Santarém, primeiro, num opúsculo em português (1841), no ano seguinte traduzido e ampliado em língua francesa, em que se estabelecia de maneira irresponsável que fôramos nós os primeiros a atingir o cabo Não e o cabo Bojador e quanto nos devia a ciência geográfica dos tempos modernos».

E o distinto articulista referia ainda que Alexandre de Humboldt se deu, lealmente, por convencido, dirigindo ao Visconde de Santarém uma carta interessantíssima, que reproduzia em seguida, «tão honrosa para quem a escreveu como para quem a recebeu» — carta que vinha pôr termo ao debate injustificado e que passo a ler, por constituir o melhor elogio do glorioso investigador:

«Monsieur le Vicomte. — Je suis touché de la bienveillance affectueuse avec laquelle vous daignez, cher et illustre confrère, me faire participer à vos richesses. Ce sont des magnifiques cadeaux qui ne seront pas seulement pour moi objets d'admiration, mais qui serviront à rectifier dans le dernier volume de mon *Examen Critique* des assertions sur les

Côtes d'Afrique qui, manquant de documents, je puis avoir trop légèrement, ou plutôt trop positivement mis en avant. Vous avez placé bien haut votre nom par la publication de vos *Recherches*. C'est refaire l'histoire des découvertes africaines, et jeter une lumière inattendue sur des points les plus importants de la Géographie. Je lirai bien souvent votre belle introduction: je me fais facilement arracher les Dieppois que je n'ai jamais tenu à cœur, j'ai plus de douleur de me séparer de Ferrer. Vous êtes un maître auquel on se soumet avec une philosophique résignation. Le *Tableau des Relations Politiques et Diplomatiques du Portugal* est une de ces vastes entreprises qui honorent notre siècle. Il est beau de quitter les affaires et de se venger par des monuments élevés à la gloire de la Patrie. Agréez mon illustre ami et confrère, l'hommage de ma respectueuse reconnaissance».

Pelo seu rigor científico e solidez de argumentação, assim adquiria a obra do Visconde de Santarém um transcendente alcance nacionalista, na hora precisa em que o Império português via ameaçados de perto os seus direitos, pela ofensiva diplomática de outros povos que cobizavam sem reboço o seu património ultramarino. Na justa observação do sr. dr. Manuel Múrias, «O seu gosto, tão cedo patenteado, pela investigação histórica, toma desta forma dois objectivos: — restituir a Portugal a prioridade de alguns descobrimentos e explorações que lhe haviam sido contestados; demonstrar o direito de Portugal a territórios que, não estando ainda então militarmente ou administrativamente ocupados, constituíam, no entanto, zonas de influência que nos haviam sido reconhecidas por sucessivos tratados durante séculos, mas começavam a despertar a cobiça de nações mais fortes, algumas das quais parece só então haviam descoberto a África, — em especial a África» (43).

Com efeito, como opina o sr. dr. Damião Peres, «quer no seio de várias corporações científicas, pela sua palavra tão autorizada, quer fora delas pela publicação de valiosas monografias, o Visconde de Santarém muito contribuiu para que internacionalmente começasse a ser feita à actividade marítima dos portugueses de Quatrocentos a merecida justiça» (44).

Por essa época, também, numerosas academias e colectividades científicas abriram de par em par as suas portas ao grande renovador das ciências geográficas, incluindo-se nesse número a Sociedade de Geogra-

fia de Paris, onde ingressara em 1835, e da qual, chegou, até, mais tarde, a ser vice-presidente. Também se podia orgulhar de haver sido o primeiro estrangeiro que o Instituto de França admitiu no rol dos seus componentes.

Outros factos ficaram ainda comprovando a reputação e autoridade que o Visconde de Santarém conquistara pelo seu talento e labor. Em 1840, ao publicar-se a *Crónica de Zurara*, que êle tinha prefaciado e anotado, convidava-o o Conde de Vila Real, ministro dos Estrangeiros do Governo português, para redigir uma memória sobre os direitos do seu país a Casamansa, convite a que o historiador respondia garantindo que o encontrariam «sempre pronto para concorrer com os seus fracos meios para tudo quanto possa interessar a nossa Pátria».

Referindo-se ao descobrimento do manuscrito da *Crónica da Guiné*, que havia muito se perdera, e às conseqüências de ordem diplomática que daí resultaram para Portugal, lembra o sr. José de Bragança, na *Introdução* que traçou à última edição da mesma *Crónica*, que foi Ferdinand Denis, êsse apaixonado cultor da nossa história, quem a encontrou, em 1837, na Biblioteca de Paris. E, a-propósito, diz o seguinte, que julgo de seguro interesse para o perfeito conhecimento da patriótica acção exercida pelo Visconde de Santarém no seu exílio laborioso:

«Não podia tão rara espécie ressurgir mais a-propósito. A França da Monarquia de Julho, acabada a conquista da Argélia, deitava cobiçosos olhos pelo Mundo, através da vastidão do Continente Negro, até aos confins do Pacífico. E invocando velhos textos, forjados séculos antes, quando a política de Luís XIV decidiu abandonar-nos na Guerra contra a Espanha dos Áustrias, reclamava para si, em nome do direito histórico, um imenso talhão da costa ocidental da África, contestando todos os nossos direitos». Lembra, depois, o prefaciador da *Crónica*, a já citada pretensão de atribuir aos corsários normandos, principalmente a Petit Dieppe, a primeira descoberta da Guiné, em 1364, muito anteriormente aos portugueses, recordando, também, que era, então, ministro de Portugal na côrte de Luiz Filipe o Visconde da Carreira, o qual, vendo a importância que em tal pleito podia ter o manuscrito de Zurara, de *indisputável autenticidade*, se desvelou na sua leitura e o copiou integral e cuidadosamente.

Pois, como relembra ainda o sr. José de Bragança, «logo o sábio Vis-

conde de Santarém, miguelista expatriado que, longe da sua terra, a bem serviu, subsidiado pelo governo liberal da senhora D. Maria II, escreveu para a edição do manuscrito uma Introdução e copiosas notas. E, «para servir de ilustração à Crónica da Guiné», publicava ainda no mesmo ano a sua notável *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa da Africa Occidental*, de que saía no ano seguinte uma tradução francesa ampliada e documentada pelo monumental *Atlas* de cartografia antiga, — o melhor trabalho no género que até então se vira» ⁽⁴⁵⁾.

Sabe-se que o Conde de Lavradio, nosso ministro em Londres, ia propositadamente a Paris sempre que se apresentava alguma importante questão colonial a discutir com o governo inglês, e, nos assuntos geográficos, em que tão profundamente se especializara, era o Visconde de Santarém consultado por vários sábios estrangeiros, como Ritter, Humboldt, Walkenaer, e outros mais.

Deixou ainda seu filho, o Visconde de Vila Nova da Rainha, referido o seguinte episódio que bem nos demonstra também o aprêço em que, então, já era tido em Portugal o eminentíssimo cosmógrafo e criador do termo *cartografia* ⁽⁴⁶⁾, episódio cujo relato reproduzo do estudo biográfico do sr. Ferreira da Fonseca:

«Estando D. Pedro V em Paris assistindo a uma recepção nas Tuherias, com o Imperador Napoleão III, achava-se confundido na multidão o Visconde de Santarém. Notando o Imperador que D. Pedro o não distinguisse, estranhou o facto e disse-lhe: *Vous ne le connaissez pas? Mais c'est le vicomte de Santarém*. Então D. Pedro, com aquela encantadora cordealidade, que era um dos maiores atractivos da sua notável individualidade encaminha-se para o visconde, pede-lhe desculpa de lhe não ter falado e disse-lhe, o que era perfeitamente verdadeiro, que o não conhecia de vista. Pediu-lhe desde logo que o procurasse todos os dias antes de almoço, para conversarem largamente nos assuntos que eram o objecto da preocupação do visconde, e ao mesmo tempo da predilecção do moço talentoso e instruíssimo soberano. Nessas longas conversações muitas vezes insistiu D. Pedro com o Visconde de Santarém para que voltasse para Portugal, mas êste eximia-se ao convite, alegando que era impossível em Lisboa encontrar os elementos de estudo que tinha na capital francesa» ⁽⁴⁷⁾.

Mas o motivo principal da sua relutância em regressar à Pátria, pa-

rece ter sido, antes, o de não querer aceitar qualquer mercê do Govêrno Constitucional, que pudesse ser tomada como adesão ao regime ou recompensa pela sua atitude para com D. Miguel, o monarca destronado com quem o antigo ministro cortara as relações pessoais. Êsse facto não impedia, porém, que se mantivesse inteiramente fiel aos princípios que servira com tamanha dedicação, não pactuando jámais com o liberalismo triunfante. Não tem, pois, o menor fundamento, nem lógicamente o podia ter, a opinião expressa pelo sr. Jorge Le Gentil, no *Bulletin hispanique*, dos Anais da Faculdade de Letras de Bordeus, e a-propósito-de um trabalho meu já citado, de que o Visconde de Santarém fôra apenas miguealista por tradição de família ⁽⁴⁸⁾.

Não decorreram, todavia, sem graves cuidados e dissabores os dias do exílio voluntário do ilustre investigador, que, em Paris, se intitulava «um Estrangeiro vítima das guerras civis da sua Pátria», — «um Estrangeiro que mais nada deseja do que sossêgo» ⁽⁴⁹⁾. Conforme o sr. Jordão de Freitas nos recorda no estudo a que me referi, «Cortados de contínuas amarguras — filhas de sucessivos e importantes atrasos no pagamento das subvenções votadas para a publicação destas suas obras — passaram os últimos anos de tão devotado português, portentoso sábio, escritor fecundo, extraordinário polígrafo e incomparável cosmógrafo!» ⁽⁵⁰⁾

Levar-nos-ia muito longe referir aqui as complicadas negociações e as intrigas lamentáveis de que foi precedida e acompanhada a publicação dessas obras pelo Estado, e no decurso das quais o historiador revelou sempre o maior desinterêsse e o mais profundo amor pátrio. Encontram-se elas referidas por miúdo nos apontamentos biográficos que precedem o estudo do sr. Jordão de Freitas sôbre os Atlas geográficos, aí se referindo, também, que, ao fazer o seu testamento, em Junho de 1849, determinava o Visconde de Santarém que na livraria da Tôrre do Tombo fôsse mandado guardar um exemplar completo das suas obras, «acompanhado do grande Atlas de monumentos geográficos encadernado», e que a sua biblioteca fôsse entregue à Academia Real das Ciências de Lisboa, com a condição de ser classificada em separado e conservada inteira, com o seu nome, tal como em França se conservam as colecções que tinham pertencido a Colbert, Sully e outros mais. Esta última disposição foi, porém, revogada num codicilo datado de Dezembro de 1852, e em con-

seqüência, como esclarecia, «do que últimamente obrou para comigo a Academia Real das Ciências depois da nova reforma, apóssando-se injustamente e sob falsos pretextos de parte da publicação das minhas obras diplomáticas, e por cair assim em flagrante contradição com a sanção e aprovação que sempre dera às obras que publiquei».

Também nesse testamento se orgulhava com razão de haver atravessado a vida pública, superior à venalidade e à corrupção que a tantos vítima na carreira, escrevendo: «Mas se alguma coisa pode atenuar êste desgosto é a serenidade da minha consciência de ter preferido a pobreza e a mediocridade a aproveitar-me das infinitas ocasiões que tive de me enriquecer em todo o longo tempo que preenchi os mais eminentes cargos e empregos no meu país. Tive sempre por melhor a probidade, do que a riqueza mal adquirida por meios ilícitos nos cargos públicos».

São ainda do maior interêsse para o perfil do diplomata os seguintes períodos que reproduzo de um fragmento auto-biográfico que se encontra num dos volumes de manuscritos do Visconde de Santarém, existentes na livraria do Arquivo da Tôrre do Tombo:

«A vida a que primeiramente fui destinado, sendo do mais honroso emprêgo, por ser o de serviço immediato de El-Rei, o que sempre satisfaz o bom vassalo, não preenchia todavia as minhas vistas no modo de sentir do meu coração criado também para o amor da Pátria. No progresso de meus anos acompanhando-o com a lição dos publicistas, com os exemplos da história, e com o estudo prático da Côrte, e das suas variedades, criei a paixão de servir o Rei, e a Pátria a um mesmo tempo, e êste caminho de satisfazer ao Império da minha razão, já então despida de prejuízos, meditei no modo de seguir a carreira Política, graves dificuldades, (sempre usadas nas côrtes pelo seu constante elemento de Intriga) cuja relação pertence a outro lugar, me retardaram muitos anos êste despacho, mas se fôsse possível agradecer àquele partido êstes embaraços, eu o faria de bom grado, por que dêles colhi grandes lições que serviram a fundar a minha experiência, e me dispuzeram medir os acontecimentos, e a entrever os futuros» (34).

Aos 64 anos de idade, no dia 17 de Janeiro de 1856, surpreendia-o a morte na sua casa da Rue Blanche, em Paris, por onde tinham passado algumas das figuras mais representativas da França intelectual, que no convívio do sábio português encontravam proveito e aprazimento.

Logo a seguir, eram transferidos os seus restos mortais para a igreja da Madeleine, e ali ficaram aguardando que o nosso Governo aprovasse a proposta apresentada pelo Barão de Paiva, para que «por dignidade de Portugal o corpo do nosso erudito compatriota fôsse embalsamado e transportado para Lisboa», a expensas do Governo português.

Obtida essa aprovação, que chegou a Paris no mês seguinte ao da sua morte, foi o corpo conduzido para Nantes, no dia 19 de Fevereiro, onde embarcou no vapor *Bretanha* que vinha a dar entrada no Tejo a 24 do mesmo mês.

Idêntico rumo seguiria, depois, o precioso espólio do Visconde de Santarém. Mas, como se um mau fado o perseguisse, ao chegar a Portugal, dispersou-se a livraria, a terceira que o escritor organizara, e perderam-se muitos dos manuscritos que conseguira coligir ao longo de uma existência tão agitada que êle próprio considerava «um grande milagre» ter-lhe Deus permitido erguer o monumento científico e cultural que nos legou. E, com a livraria, levaram também descaminho grande parte dos seus valiosos inéditos, copiosos materiais que recolhera para obras futuras, numerosos cadernos de registo da sua correspondência e muitos maços de cartas e ofícios que recebera ⁽⁵²⁾.

Só pelo esforço benemérito do seu neto, o actual sr. Visconde de Santarém, só por virtude da sua acrisolada veneração pela memória do insigne historiador, ressuscitaram tantos dêsses trabalhos para o estudo e para a reconhecida admiração das gerações actuais.

Ao anunciar, em 1909, o próximo aparecimento de algumas dessas obras — a esta hora felizmente já publicadas, escrevia o sr. Jordão de Freitas estas palavras de justiça que reproduzo e muito me apraz relembrar: «Console-nos todavia a esperança de que, dentro de breves meses, serão dados ao prelo, pelo actual Visconde de Santarém, alguns dos *salvados* de tão confrangente cataclismo e, com êstes, todos os opúsculos, memórias, artigos e notícias que se sabe terem sido publicados pelo seu ilustre avô. A grandeza do serviço que à ciência e à literatura será prestado por semelhante empreendimento, a todos certamente se impõe, não sendo menor o que à história o mesmo titular irá prestar publicando depois a vasta correspondência do seu preclaro ascendente ⁽⁵³⁾.

II

Ao aceitar a honrosa incumbência de proferir algumas palavras nesta sessão solene, não foi meu propósito delinear um perfil acabado do 2.º Visconde de Santarém, nem tão pouco analisar a obra científica e cultural do sábio e do erudito. Outros o fizeram já e farão ainda com aquela autoridade e competência que me escasseiam para acometer semelhante empreendimento. Propus-me, apenas, encarar a personalidade do contra-revolucionário, recordando as razões por que o devemos justamente considerar um dos mais legítimos precursores do nacionalismo português.

Como é sabido, não foi de panfletário ou de polemista político a copiosa bibliografia do Visconde de Santarém, que no recolhido silêncio das bibliotecas e arquivos encontrava de preferência o ambiente mais grato e propício às suas inclinações de investigador. Por isso mesmo não abundam nas suas obras nem na sua correspondência aquêles passos vibrantes, ou ricos de afirmações doutrinárias, que se nos deparam com frequência nos escritos de tantos mestres e mentores da Contra-Revolução portuguesa, como um Marquês de Penalva, um José Agostinho de Macedo, um Doutor José da Gama e Castro e tantos outros que combateram com as armas da inteligência o bom combate nacionalista no decorrer do século XIX.

Foi de outra espécie o labor do Visconde de Santarém, que se ocupou mais da História do que de filosofia política, carreando elementos preciosos para a crónica dos descobrimentos portugueses, das nossas relações com outros países e das nossas instituições tradicionais. Mas, assim mesmo, não rareiam as páginas onde poderemos ver nitidamente reflectido o pen-

samento político do escritor e o sentido nacionalista das suas investigações históricas.

A comprová-lo, aí está, em primeiro lugar, a *Advertência preliminar às Memórias para a História, e Teoria das Córtes Gerais, que em Portugal se celebraram pelos Três Estados do Reino*, e de que vou ler em seguida a parte mais importante, por constituir um dos melhores documentos que devemos à sua pena de doutrinário e expositor do nacionalismo português, àquela mesma pena que, na sugestão de António Sardinha, talvez não tivesse sido alheia à elaboração da notabilíssima *Carta de Lei de 4 de Junho de 1824*. E, de facto, como pretendia o malogrado ensaísta, entre essa *Carta* e a *Teoria das Córtes Gerais* existe uma tão estreita afinidade que torna bem possível a hipótese de que «tanto pelo exercício das suas funções oficiais, como pela colaboração do seu profundo e meticoloso saber, o Visconde de Santarém influísse de perto na redacção da Carta de Lei de 4 de Junho» (54). Mas escutemos as palavras serenas e eruditas de que o sábio investigador precedia o seu trabalho monumental:

«As Instituições, e Costumes de um Povo são a matéria mais interessante de uma Nação, o seu conhecimento o estudo mais necessário ao bom Cidadão; a falta dêste conhecimento tem constantemente levado ao precipício os Governos, e as Nações, que o têm desprezado. A simples lição da História do Espírito Humano mostra estas verdades em tôda a sua luz.

Desgraçadamente para o nosso Portugal o conhecimento das nossas coisas Pátrias não só tem há tempos sido de todo abandonado, mas, o que é mais espantoso, se tem até promovido por todos os meios a ignorância delas! Daqui resulta, na parte de Direito Público, e na de História, o ser-nos aplicável o que Bacon dizia da Filosofia: *que a maior parte dos abusos, e erros dos Homens provinham das falsas noções das idéias: que era pois necessário refazer as mesmas idéias*. Nós necessitamos portanto remediar as nossas confusões históricas.

O estudo do passado, e dos monumentos, que nos precederam, é pois a ocupação mais digna, e mais filosófica do homem de bem. Devemos o terreno, em que nascemos, a nossos Maiores, que morreram depois de o haverem conquistado, e nós colhemos seus trabalhos, e seus sacrifícios; seria portanto a maior ingratidão, e indignidade, se nos esquecêssemos de conservar intacto, e sempre presente êste património de Honra, e de Glória, que nos legaram as gerações passadas.

Dêste estudo pois se colige que parte alguma das nossas coisas Pátrias é mais ignorada actualmente, do que a das nossas antigas Instituições. Sôbre estas lançaremos de preferência as nossas vistas nestas *Memórias*.

Quando reflectimos atentamente nos Períodos históricos, que precederam as Côrtes de Lamego, e que os confrontamos com os que sucederam a esta Época notável da Fundação da Monarquia, vemos demonstradas três importantíssimas circunstâncias.

1.^a Que os Lusitanos desde a mais remota antiguidade, e quando os Romanos entraram na Península da Ibéria se governavam por Leis suas, como o atesta Apiano (Escritor Romano mui estimado) quando fala dos diferentes Reinos, de que se compunha a Península, dizendo: *Lusitani pars alia Hispanorum suis Legibus viventium*.

Êles elegiam os seus Chefes em Assembléias Gerais, como foram as Eleições dos Tantamos, dos Apimanos, dos Viriatos, etc. Donde se colhe que havia um Govêrno organizado Electivo-Militar; mas todavia moderado por Leis próprias como claramente o escreve o citado Apiano.

2.^a Que a prioridade da nossa Representação pelos três Estados é muito mais antiga, que a das outras Nações da Europa, como passaremos a mostrar.

Quási todos os Povos da Europa não haviam ainda fixado os seus Direitos Civis no meado do XII século, nem gozado da sombra da Representação Nacional na participação da confecção das Leis, quando já de muito tempo antes haviam existido as Côrtes de Lamego, e as de Coímbra do Senhor Rei D. Afonso II.

Os Comuns em Inglaterra a primeira vez que foram chamados ao Parlamento foi no Reinado de Henrique III, no ano de 1265, a-pesar-da Magna Carta ter sido dada em 1215, tempo em que Reinava em Portugal o Senhor Rei D. Afonso II, mais de meio século depois das Côrtes de Lamego, cuja circunstância em parte altera a asserção do Sábio Robertson na Introdução à Vida de Carlos V, de que fôra a Inglaterra um dos Países, em que primeiro os Representantes das Cidades, e Vilas foram admitidos no Parlamento. A divisão formal do Parlamento só se organizou em duas Câmaras no Reinado de Duarte III, Contemporâneo, e Aliado do Senhor Rei D. Afonso IV de Portugal.

Em França são considerados os primeiros Estados Gerais compos-

tos das três Ordens do Reino os convocados por Filipe Augusto em 1303 por ocasião das suas disputas com o Santo Padre Bonifácio VIII, Reinando em Portugal o Senhor Rei D. Afonso III, muitos anos depois das Côrtes de Lamego, e das de Coimbra do Senhor Rei D. Sancho II, e das de Leiria de 1273.

Em Alemanha a primeira Dieta, em que as Cidades do Império apareceram como 3.^o Colégio, ou 3.^o Braço, foi na de Spira convocada em 1309 pelo Imperador Henrique VII, Reinando em Portugal o Senhor Rei D. Deniz.

3.^a Que nas matérias tratadas nas nossas antigas Côrtes se encerram muitos, e importantes princípios de Direito Público, e das garantias individuais tão reclamadas pelos Publicistas Modernos.

Esta demonstração fará uma parte destas Memórias, a qual verá a luz pública em devido tempo.

A carta de Lei de 5 de Junho dêste ano de 1824, pela qual S. Majestade Foi servido convocar o Reino a Côrtes pelos três Estados, despertou em mim por êstes respeitos o desejo de reduzir a Ordem Sistemática uma numerosa Colecção de Apontamentos, que havia coligido em outro tempo para meu particular estudo, e os muitos arestos, que os mesmos continham, dos Formulários usados nestas Assembléias, bem como elucidados com os que de novo coligi, depois que fui nomeado Membro da Comissão Académica, que no Real Arquivo da Tôrre do Tombo se juntou para formar uma Colecção de tôdas as nossas antigas Côrtes desde o princípio da Monarquia.

Êste meu desejo cresceu com a certeza de se não ter publicado nunca produção alguma Sistemática nesta matéria, e pela convicção, em que estava, da importância, que teriam actualmente quaisquer notícias neste interessantíssimo assunto, sendo legalizadas com a Autoridade das mesmas Côrtes pelos três Estados, que S. Majestade Foi Servido revalidar na sobredita Carta de Lei de 5 de Junho».

A esta *Advertência preliminar*, segue-se, nas duas partes das *Memórias*, a exposição, metódica e sãbiamente documentada, do funcionamento das nossas Côrtes tradicionais. E, da sua leitura se conclue quanto era acertado o parecer de Gama Barros, ao assentar, na sua *História da Administração Pública em Portugal*, em que «Se repugna à verdade da história a proposição de que as côrtes eram exclusivamente delibera-

tivas, os factos também não consentem que se lhes dê sempre o carácter de meramente consultivas, porque é indubitável que foram uma e outra coisa em tempos e matérias diversas. Os têrmos em que se formulavam usualmente os artigos ou capítulos oferecidos em côrtes, e a maneira como o monarca lhes respondia não deixam a menor dúvida de que só por excepção, derivada de circunstâncias extraordinárias, a realza não representava nessas reuniões uma autoridade suprema. A linguagem dos povos era não raro severa, rude até, mas exprimia sempre um pedido ou um conselho, e não é pouco trivial a repetição das mesmas súplicas e indicações, mostrando-nos assim o seu nenhum resultado» (55).

Como António Sardinha escreveu também, na introdução já citada, «Não constituíam elas (as nossas Côrtes Gerais), como vimos, um verdadeiro parlamento, dispondo de iniciativa e de independência, opostas à unidade e à intervenção decisiva do poder real». Interpretando o sentir, muitas vezes obscuro e contraditório dos três braços, em que o Reino se dividia, as Côrtes Gerais, que a Coroa convocava espontâneamente, «eram junto dela, durante o período curto do seu funcionamento, um órgão de informação directa e immediata, uma espécie de indicador, em que a autoridade do Rei convenientemente se esclarecia e se rectificavam, ao contacto dos grandes interesses colectivos, os erros de uma administração com tanto de lenta como de embrionária» (56).

E assim concorria o lúcido prefaciador das *Memórias* para desfazer o equívoco longamente explorado, desde José Liberato Freire de Carvalho (57) e Bento Pereira do Carmo (58) até aos derradeiros defensores do constitucionalismo, e pelo qual se pretendia manter a errada convicção de que o parlamentarismo importado em 34 encontrava a sua filiação nas nossas antigas Côrtes Gerais (59). E a estes nomes, muitos outros poderiam adicionar-se, como, por exemplo, o de Coelho da Rocha, que não duvidava afirmar que as nossas Côrtes «eram *assembléias deliberantes*, que moderavam o poder do rei e com êle exerciam uma parte da soberania» (60).

Mas não foram poucos os tratadistas que deram parecer em contrário, sustentando, com argumentação persuasiva e sólida documentação, que as nossas Côrtes tradicionais eram *assembléias* meramente consultivas, com carácter idêntico ao que teria, depois, o Conselho dos Reis, e ao que viriam a ter, posteriormente, os tribunais que as substituíram. Bas-

tará lembrar os testemunhos de José de Seabra da Silva ⁽⁶¹⁾, de Coelho de Sousa e S. Paio ⁽⁶²⁾, de Pascoal José de Melo Freire ⁽⁶³⁾, de António Caetano do Amaral ⁽⁶⁴⁾, de Marques Gomes ⁽⁶⁵⁾, de Oliveira Marrecas ⁽⁶⁶⁾ e Rebêlo da Silva ⁽⁶⁷⁾, sem esquecer os que nos legaram alguns doutrinários e expositores do pensamento contra-revolucionário, como o Marquês de Penalva ⁽⁶⁸⁾, José Agostinho de Macedo ⁽⁶⁹⁾, José Acúrsio das Neves ⁽⁷⁰⁾, o Doutor José da Gama e Castro ⁽⁷¹⁾, António Ribeiro Saraiva ⁽⁷²⁾, António Joaquim de Gouveia Pinto ⁽⁷³⁾, etc. São depoimentos decisivos e impressionantes pela sua concordância e clareza, que nunca poderão esquecer-se ao discutir-se o problema.

Recordarei, seguidamente, o célebre *Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima o Senhor Dom Miguel I, Rei de Portugal e dos Algarves e seus domínios*, datado de Março de 1832, cuja redacção se atribue ao Visconde de Santarém ⁽⁷⁴⁾, e que o sr. dr. Alfredo Pimenta já classificou um dia, de «página política formosíssima, que devia andar nas mãos, permanentemente, das nossas juventudes universitárias», por isso que, na sua opinião autorizada, constitue «uma das páginas mais transcendentales da literatura política portuguesa» ⁽⁷⁵⁾.

Trata-se, com efeito, de um notabilíssimo documento, não só pelo seu valor histórico e pelo significado político que encerra, mas ainda porque nêle se contém, superiormente formulados, aquêles princípios de Direito Público a que Le Play chamava uma *constituição essencial* e que José Agostinho de Macedo considerava a *Constituição não escrita da Monarquia Portuguesa*.

Nesse *Manifesto* de que o tempo só me permite relembrar alguns períodos, se historiavam os acontecimentos políticos ocorridos em Portugal desde a primeira invasão francesa e da partida da Família Real para o Brasil, até às vésperas do desembarque do Mindelo e do início da guerra civil. Aí se estudava e resolvia; também, com grande cópia de argumentos e admirável lucidez, o problema da legitimidade dinástica que tanto apaixonou os historiógrafos e publicistas do século anterior, e que hoje se encontra definitivamente arrumado, de harmonia com o critério do ilustre redactor do *Manifesto*, na verdadeira História, na História sem partido ⁽⁷⁶⁾.

São dêsse documento a que me referi os passos que em seguida recordarei, pelo seu interêsse excepcional:

«A Nação Portuguesa, desde a gloriosa fundação da Monarquia, deve

a sua liberdade ao seu inabalável, e constante amor pela independência, ao seu afêro às suas Leis Fundamentais, e aos Princípios do seu Direito Público Constitutivo, que excluem do exercício da Soberania aquêlê Príncipe que não fôr natural dêstes Reinos, aquêlê Príncipe, que não exercer a Soberania dentro dos mesmos Reinos; que excluem do exercício da mesma Soberania todo aquêlê Príncipe que, ainda mesmo tendo Direitos reconhecidos à Sucessão da Coroa, tenha feito a guerra, e cometido hostilidades contra a sua Pátria.

Sôbre estes sólidos fundamentos se consolidou pelo longo decurso dos séculos o majestoso Edificio Nacional da Monarquia, o Trono resplandeceu, a prosperidade dos Portugueses, e o seu renome subiu ao maior auge por uma continuação de vitórias, e de gentilezas de valor tais, que nenhuma História de outro Povo oferece nem tantas, nem tão estremadas em tão curto período.

Herdeiros os Portugueses das heróicas virtudes de seus antepassados, que fizeram tremer as Legiões Romanas, que, a-pesar-de avassalarem o Mundo então conhecido, os respeitaram pelo seu amor da independência, não consentiram nunca que esta fôsse impunemente atacada.

Pela conservação da sua Religião, das suas Liberdades, e Instituições puderam expulsar os Sarracenos, e os foram vencer, e desbaratar no seu mesmo Assento Africano. Foi por elas que os Portugueses prestaram à Navegação serviços, que nenhuma outra Nação pôde imitar; foi pelo valor que elas lhes inspiraram, que os Portugueses mostraram à Europa os caminhos do Universo; foi por elas que os Portugueses, primeiro do que outro algum Povo, abriram ao antigo Continente a rota para conhecer tôdas as produções de todos os Climas, a índole, a situação de tantos Povos diversos; foi por elas que os Portugueses ditaram as Leis ao Egito, à Índia, à Arábia e à Persia; foi por elas que o Dialecto Português foi quasi a Língua universal; foi por elas que os maiores Potentados da Ásia humilhados disputavam a preferência, e a honra de serem tributários de Portugal. Foi por estes mesmos elementos de fôrça nacional, que Portugal se fêz respeitado, temido e próspero. Foi por êstes mesmos elementos, que a Nação Portuguesa acabou sempre por triunfar de tôdas as mais violentas crises em que se tem achado.

Portugal existia ao abrigo daquêles Princípios, e Forma de Govêrno, que os factos, e a experiência de tantos séculos tinham mostrado ser o

único conforme com os seus usos, com as suas liberdades, e com a sua índole, quando um feroz Conquistador das liberdades de todos os Povos, e Usurpador de quási todos os Tronos, invadiu pela fôrça das armas todos os Estados da Europa. Não escapou êste Reino à ambição daquêlê Dominador: a Espanha em poder das armas de Buonaparte facilitou o ataque, e invasão dêstes Reinos. Meu Augusto Pai julgou então em Sua Alta Sabedoria preferível poupar as vidas de Seus Vassallos, evitando um combate desigualissimo, quando tôda a Europa se achava oprimida por aquêlê Poder Dominador, e salvar o Decôro da Sua Augusta Família passando aos seus Domínios Transatlânticos.

.....

Os inovadores democratas conheceram que Portugal era o Reino, que oferecia, pela ausência da Família Real, melhor oportunidade ao desenvolvimento de seus planos destruidores; e sem estudarem a verdadeira índole dos Portugueses, promoveram que o vulcão revolucionário rebentasse neste terreno clássico da fidelidade. Para surprenderem a Nação, e arrastá-la a um abismo de males invocaram, ao mesmo tempo que seus Chefes se levantaram com traidor perjúrio na Cidade do Pôrto, o Nome Augusto do Soberano a quem tinham jurado fidelidade, a Religião que ultrajavam, e a Pátria a quem traíam, e hipòcritamente proclamaram aos Povos a restituição do seu Soberano ao Reino, a restituição das suas antigas Côrtes e Estados, Instituições, com que a Nação se tinha feito temida, e respeitada em outros tempos nas mais remotas partes do Globo.

A Nação Portuguesa, essencialmente Monárquica, conheceu então a fementida traição, e os males que a Facção perjura lhe preparava. Em poucos meses, de um ângulo a outro ângulo do Reino, o espírito nacional se despertou, a mais patente execração dos princípios revolucionários se manifestou em tão subido grau, que só o respeito devido à Piedade de Meu Augusto Pai, que a fiel Nação Portuguesa lhe tributava, pôde conter os Povos de não sacrificarem aquêles, que tinham promovido, e sustentado a Revolução».

Êste *Manifesto* em defesa dos direitos de D. Miguel ao trono de Portugal foi primitivamente publicado na *Gazeta de Lisboa*, de 3 de Abril de 1832, e teve, depois, várias edições, com a mesma data, em Lisboa, Barcelona, Paris, Sardenha e Londres, encontrando-se também reprodu-

zido, na íntegra, no livro *Portugal de 1828 a 1834*, de Francisco António da Cunha de Pina Manique e nalgumas publicações recentes, como sejam os *Opúsculos e Esparsos*, a *Correspondência do 2.º Visconde de Santarém* e a revista *Nação Portuguesa*, 5.ª série, de 1928.

Mas outros textos existem, em que o pensamento nacionalista do Visconde de Santarém se revela exuberantemente, a-par-de um sentido crítico pouco vulgar nos historiógrafos do seu tempo. Não os pode, por certo, ter esquecido quem se tenha debruçado atenta e demoradamente sobre as obras do grande escritor, quem tenha, por exemplo, percorrido cuidadosamente as páginas do *Quadro Elementar*, em cujas longas introduções se encontram preciosos ensinamentos e comentários de alevantado lusitanismo, como este que vou ler e que extraí do primeiro volume dessa obra gigantesca, dessa obra fundamental para o estudo da nossa história e das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as outras potências do mundo ⁽⁷⁷⁾:

«Devemos finalmente gloriar-nos de saber destas épocas as virtudes heróicas militares de nossos Maiores, que brilham através da rudeza daquêles tempos; que nossos antepassados nunca sofreram impunemente o cativeiro de um chefe, que não fôsse seu; que protestaram solenemente contra a violência dos Tírios, dos Celtas, dos Cartagineses; que quando estas nações atacavam a independência de outros Povos, mais numerosos que os da Lusitânia, temiam atacar os desta parte da Europa pelo seu estremado valor; que êles se defenderam por mais de século e meio das tremendas Legiões Romanas; que reinou a maior harmonia, e liberdade nas Eleições dos Apimanos, dos Viriatos, dos Sertórios, e dos Tantamos. Devemos saber as maldades, e perfídia de um Sulpício Galba, o susto do Senado Romano do valor, e vingança dos Lusitanos; a habilidade de um Marco Vitélio, e sua derrota total por Viriato; as batalhas das margens do Tejo, e junto ao monte de Vénus onde Paulício tremendo cedeu à invencibilidade Lusitana; que o Campo de Ourique, depois tão famoso, foi antes tinto com o sangue Romano, e alastrado de cadáveres desta soberba nação, e lá perdeu a vida Cláudio Unimano; que os Lusitanos arrebataram estandartes, águias, e insígnias marciais das Legiões Romanas espavoridas; que à vista de nossos esquadrões fugiu o Cônsul Caio Nígídio, e foi humilhado o orgulho de Q. F. Máximo Æmiliano vendo tomar de assalto duas fortes praças diante de seus olhos; devemos saber que os

intrépidos Povos do Norte, que se estabeleceram sobre as ruínas do Império Romano, só por meios brandos conseguiram o domínio da Lusitânia; que nossos antepassados ajudaram com seu valor os Reis de Leão a sacudir o jugo dos Maometanos, e que depois guiados pela política foram plantar as Quinas Portuguesas no património dos *Sesostris*, e dos *Ptolomeus*.

.....

Devemos finalmente saber quais foram as nossas relações comerciais tanto com as nações da antiguidade, como da idade média.

Do conhecimento desta interessante parte da nossa antiga história política e militar se mostra a justiça, que nos fazem os escritores dessa soberba nação, que chamava bárbaras a tôdas as outras; se vê a nossa independência, longo tempo antes da gloriosa fundação da Monarquia, apregoadá por um dos mais notáveis historiadores das coisas de Espanha, por Apiano, que de nós diz — *Lusitani pars alia Hispanorum suis Legibus viventium*. —

Nossos Escritores nos transmitiram algumas notícias destes acontecimentos, e abundantes relações do que fomos depois do estabelecimento da Monarquia: e os estranhos nos admiraram em seus Escritos.

E na verdade ninguém nos pode negar a prioridade dos nossos descobrimentos de África, e os serviços prestados pelos Portuguezes à navegação de todos os povos da Europa, e às ciências. Ninguém nos pode negar que mostrámos à Europa os caminhos do Universo; que fomos os primeiros que lhe abrimos a rota para conhecer as produções de todos os climas, a índole, e situação de tantos povos diversos; que fizemos obscurecer a mesquinha prioridade marítima dos Fenícios; ninguém nos pode negar, que o Adriático se cobriu de luto quando nos viu senhores do Mar Vermelho, ditando a lei ao Egito, à Arábia, e à Pérsia. Ninguém deve negar que a língua portugueza foi quasi a língua universal de todos os povos marítimos; ninguém deve negar que os maiores Potentados da Ásia disputavam a preferênciá de serem nossos tributários. Mas se o mundo está penetrado destas verdades, se os historiadores de todos os países atestam a existência destes padrões da antiga glória Portugueza, não conhecem contudo uma parte da nossa história, que contribue a aumentar aquella glória, que legaliza a posse de muitos dos nossos estabelecimentos, e possessões, que demostra as causas das nossas operações militares, que nos revela as vistas políticas, e comerciais de Portugal ácerca das expe-

dições de África, conquistas da Ásia, estabelecimentos na América, que põe em luz os motivos das nossas relações políticas com as Potências Europeias. Esta parte mais importante da história de uma Nação tem jazido entre nós em culpável esquecimento. O amor, que consagro às coisas da minha Pátria, dando-me fôrças temerárias, me fêz arrostar a empresa de publicar as suas relações exteriores com as diferentes Nações da Europa» (78).

E lembrarei, ainda, para terminar, as palavras iniciais da *Introdução à Crónica do descobrimento e conquista de Guiné*, e nas quais mais uma vez se patenteia o caloroso entusiasmo e a profunda admiração de que o Visconde de Santarém era tomado ao contemplar com os olhos do espírito o panorama deslumbrante da nossa epopeia marítima e da nossa acção civilizadora de Povo precursor e fundador de povos:

«Quando se examinam com atenção os altos feitos obrados pela nação portuguesa no XV.^o e XVI.^o séculos na carreira das navegações, e do comércio marítimo, não podemos deixar de admirar esta nação, vendo-a em um período tão curto passar além do Cabo da *Boa Esperança*, descobrir, reconhecer, explorar, descrever, e ocupar, ou dominar em tôda a sua vasta circunferência, tôdas as costas de *África*, e estender o seu domínio na *Asia* sôbre uma superfície de mais de oito mil léguas, e não satisfeita ainda dêstes triunfos ditar as suas leis a trinta e três reinos que fizera tributários!

Cresce a nossa admiração quando se contempla o valor, a intrepidez de um Português (Fernando de Magalhães) que atravessando na sua maior extensão o Oceano, consegue pela primeira vez fazer a circunnavegação do globo; esta admiração ainda mais se aumenta quando se reflecte que a nação portuguesa descobrira pelos mesmos tempos a parte oriental do Novo Continente, enquanto por outro lado estendia o seu domínio na *Ásia* desde a costa oriental da *África* até à península de *Malaca* e às *Molucas*; domínio tanto mais admirável, quanto era sustentado por uma cadeia de praças fortes, e pelo estabelecimento de feitorias comerciais. Quando pois se medita atentamente na rapidez com que sucediam uns aos outros tais acontecimentos, não podemos deixar de ficar absortos à vista daquêles grandes feitos, e não menos da incrível energia, da fôrça sem exemplo, do desejo ardente de glória que se desenvolveu, desde a primeira metade do século XV.^o até à outra metade do século seguinte,

nesta nação que antes daquela época memorável vivia circunscrita ao seu próprio território!

Com efeito a história não nos mostra que em alguma outra nação se operasse um tal prodígio, não nos mostra outro exemplo de uma tão rápida elevação ao cumo da grandeza, e do poder. Se examinamos a mesma história de Roma, vemos que esta nação, quando chegara ao apogeo da sua grandeza, não conquistara ao mesmo tempo, como fizeram os Portuguezes, tantos povos, e tantos estados, não dominara sôbre tantas nações, nem se apossara com tanta rapidez de tantos cetros.

É na verdade um espectáculo magnífico, e por certo digno da meditação do historiador e do filósofo, quando contemplar na transformação rápida de um dos pequenos Estados da Europa, em um dos mais poderosos do globo, e vê-lo mudar a sorte, e a situação comercial do mundo, reduzindo grandes impérios a nível dos pequenos Estados, e elevar outros que té então eram mediocres, à categoria de grandes potências; vê-lo enfim produzir uma revolução imensa, revolução que abrangeu tôdas as partes do globo, e que ligou o antigo ao novo mundo, estabelecendo comunicações entre as nações que té ali eram as mais desconhecidas e remotas!

A nossa admiração ainda é maior quando vemos a-par-destas façanhas, e para que elas se não apagassem nas futuras idades da memória dos homens, produzir a nação ao mesmo tempo uma multidão de homens de primeira ordem que as recontam em seus escritos, ou as cantam em poemas; conservando assim à sua pátria não simples e fabulosas tradições, mas a relação autêntica de factos verdadeiros de que foram testemunhas, ou em que elles mesmo tomaram parte, identificando-se assim a glória militar com a científica e literária, quando aliás a idade de ouro da literatura romana só existira no tempo da paz, enquanto a nossa viveu e se aumentou no meio das batalhas, e à sombra dos louros das vitórias.

É pois a esta singular e gloriosa excepção que devemos o precioso monumento que vamos dar pela primeira vez ao público: a *Crónica da Conquista de Guiné*, por *Gomes Eanes de Azurara*, escrito que é incontestavelmente não só um dos monumentos mais preciosos da história da glória portuguesa, mas também o primeiro livro escrito por autor europeu sôbre os países situados na costa ocidental da África além do Cabo Boja-

dor, e no qual se coordenaram pela primeira vez as relações de testemunhas contemporâneas dos esforços dos mais intrépidos navegantes portugueses que penetraram no famoso mar *Tenebroso* dos Árabes e passaram além da meta que té então tinha servido de barreira aos mais experimentados marítimos do Mediterrâneo ou das costas da Europa» (79).

E sempre, e em tôda a parte, pela palavra e pela pena, e até ao extremo da sua vida, havia o historiador de proclamar os direitos do seu País, as glórias da sua Pátria e o seu orgulho de Português.

Várias homenagens se prestaram já à memória imperecível do 2.º Visconde de Santarém, e no decurso das quais se glorificaram, como era justo, as múltiplas facetas do seu génio, revelado em tantas obras do maior alcance patriótico e do mais alto valor científico e cultural. Bastará recordar a sessão solene que se realizou em 1907 na Sociedade de Geografia de Lisboa, ao descerrar-se o retrato que àquela colectividade oferecera o neto do grande geógrafo, e as comemorações que se efectuaram há precisamente um ano, ao completar-se século e meio sôbre a data do seu nascimento. E bem merecidas serão tôdas as homenagens que os meios científicos rendam à memória de tão ilustre sábio.

Mas às novas gerações, à juventude contemporânea do novo Ressurgimento nacional, compete glorificar o Mestre do nacionalismo português, lendo e estudando os escritos que o incansável investigador nos legou, recordando-lhe o nome prestigioso e confirmando assim êste juízo que o historiador formulara ao referir-se a D. João de Castro e nós poderemos justamente aplicar à própria individualidade do seu autor:

«La vie d'un grand homme n'excite pas toujours l'admiration de ses contemporains, lors même qu'il a consacré la plus belle époque de sa jeunesse au service de sa patrie, à la culture de la science, et au bonheur de l'humanité. C'est la postérité qui vient presque toujours couronner de lauriers celui qui de son vivant avait été en butte aux attaques de l'envie et aux perfides atteintes de ses rivaux».

No têrmo destas palavras descoloridas, permitir-me-ei lembrar que ao Portugal Restaurado dos nossos dias, e, especialmente, à mocidade nacionalista desta hora, cumpre coroar de louros a memória gloriosa e veneranda do 2.º Visconde de Santarém, que tão dignamente soube servir a sua Pátria, servindo a Ciência, a Cultura e o Pensamento político nacional.

NOTAS

(1) António Sardinha, *Na Feira dos Mitos*, pág. 27.

(2) Vejam-se, por exemplo, Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos*, Lisboa, 1929; João Ameal, *Panorama do Nacionalismo Português*, Lisboa, 1932, e o trabalho do Autor, *A Genealogia do Pensamento Nacionalista*, Lisboa, 1931. — Como escreveu António Sardinha, «Não precisamos de aprender em Charles Maurras o que os nossos mestres da Contra-Revolução nos ensinam em estilo soante e bem castiço». *Glossário dos Tempos*, pág. 30.

(3) Obra cit., pág. 30.

(4) Para comemorar a passagem do 150.º aniversário do nascimento do 2.º Visconde de Santarém, duas sessões solenes se efectuaram na Associação dos Arqueólogos Portugueses. Na primeira, realizada na noite de 14 de Novembro de 1942, ocupou-se o sr. Conde de São Paio (D. António) de *O Visconde de Santarém, Diplomata*; na segunda, realizada na noite de 18 do mesmo mês, leu o Autor o trabalho que hoje se dá à publicidade.

(5) *Os Nossos Mestres ou Breviário da Contra-Revolução*, Lisboa, 1924 e *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal (Século XIX)*, vols. I e II, Lisboa, 1931 e 1933.

(6) «Do Visconde de Santarém, como de tantos homens ilustres da nossa terra, não está feita a biografia nem o estudo crítico das suas obras; bem o merecia êle, pois muito fez pela glória da sua pátria». — «Mesmo entre nós, onde aliás a biografia é assás cultivada, o Visconde de Santarém tem sido esquecido. Apenas podemos citar a menção de Inocêncio (*Dicionário Bibliográfico Português*, tomo 5.º, Lisboa, 1860, pág. 435) que dá notícia dos trabalhos de que tinha conhecimento, sendo essa notícia aumentada pelo sr. Brito Aranha (*Suplemento*, tomo 16.º, Lisboa, 1893, pág. 217), e o artigo um tanto desenvolvido de Pinheiro Chagas, a que já nos referimos, no *Dicionário*

rio Popular Histórico, 11.º vol., Lisboa, 1860, pág. 150». *Algumas cartas inéditas do Visconde de Santarém, com uma introdução e notas*, por Vicente Almeida de Eça, Lisboa, 1906, pág. 6 e nota 1 da mesma pág.

(7) *O 2.º Visconde de Santarém e os seus atlas geográficos*, por Jordão A. de Freitas (Estudo publicado pelo 3.º Visconde de Santarém), Lisboa, 1909.

(8) Vicente Almeida de Eça, *A obra científica do Visconde de Santarém*, Lisboa, 1907, pág. 8.

(9) Arquivo paroquial da freguesia de Santa Catarina, Livro 17 dos Baptismos, pág. 154.— Quanto ao local do nascimento, veja-se a *Memória* do sr. Jordão de Freitas, *Onde nasceu o 2.º Visconde de Santarém?*, Lisboa, 1913, publicada pelo 3.º Visconde de Santarém.

(10) Assim o testemunha o próprio Visconde de Santarém, no seu artigo sobre *Jean VI (Marie-Joseph-Louis)*, inserto na colectânea *Opúsculos e Esparsos*, vol. II, pág. 333, nota 17.

(11) Guarda-jóias, guarda-tapeçarias, tesoureiro do bolsinho particular do Príncipe-Regente, apontador dos reposteiros, inspector das obras do Paço Real da Ajuda, porteiro da câmara e escrivão da fazenda dos estados da Casa de Bragança.

(12) Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, a cuja *guarda e arranjo* estava entregue o Gabinete de Manuscritos do Rio de Janeiro, assim se referia, numa carta para seu pai, de 28 de Maio de 1816, ao futuro Visconde de Santarém: «Manuel Francisco de Barros é um moço assás louvável pelo seu estudo e aplicação profunda, sendo dos que freqüentam a Livraria com maior curiosidade e interêsse literário». In *O 2.º Visconde de Santarém e os seus atlas geográficos*, nota b, a pág. 6.— A-propósito-da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, veja-se o que diz o sr. Fidelino de Figueiredo, em nota a pág. 75 da sua *História da Literatura Clássica* (3.ª época: 1756-1825).

(13) Trecho de uma carta dirigida pelo Visconde de Santarém a A. Gomes de Castro, então ministro dos Estrangeiros, em Dezembro de 1845, e reproduzida na nota c, a pág. 6 da mesma obra do sr. Jordão de Freitas sobre *O 2.º Visconde de Santarém e os seus atlas geográficos*.

(14) Excerpto de uma longa representação do Visconde de Santarém ao ministro dos Estrangeiros, com data de 18 de Dezembro de 1852 e reproduzida a pág. 6 do citado livro do sr. Jordão de Freitas.

(15) Conforme nos elucida uma carta dirigida a Antônio Valdez, empregado na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, com data de 30 de Setembro de 1853, e na qual o Visconde de Santarém lhe dava «uma notícia, posto que resumida, mas exacta de tudo quanto ocorreu a êste respeito e por datar já de muitos anos é ignorada da maior parte da geração actual». In *O Visconde de Santarém e os seus atlas geográficos*,

pág. 7, nota b. Veja-se também a este respeito, Vicente Almeida de Eça, *A obra científica do Visconde de Santarém*, pág. 8 e nota 3, a pág. 21, que reproduz em seguida: «Em quasi tôdas as biografias do Visconde de Santarém se diz que êle tomou parte no Congresso de Viena, como adido ou secretário da representação portuguesa. Mas a verdade é que não logramos encontrar indicação precisa dessa missão. Nasque- las épocas tão movimentadas as nomeações faziam-se e desfaziam-se com freqüência, e das demoras nas viagens mais de uma vez resultava que o nomeado para um serviço fora do país (e lembremo-nos que a sede do Govêrno era então no Rio de Janeiro), encontrava no caminho ordens contrárias. Por isso todo êste período da biografia de Santarém está ainda hoje assás confuso».

(16) Em Setembro de 1817 era nomeado conselheiro de Embaixada em Paris, e, em Janeiro de 1819, encarregado de negócios em Copenhague.

(17) Em 1818 eram-lhe concedidas as seguintes mercês: propriedade do officio de escrivão do cível de Lisboa, vago por morte de seu pai; o cargo de guarda-mor do lastro do pôrto de Lisboa; o lugar de escrivão de fazenda da Casa de Bragança e a concessão para se manter na posse e fruição dos oitavos de Pontével, Ereira, Lapa e Fogaças de Dona Belida, no termo do Vale de Santarém.

(18) A data da eleição é a de 13 de Dezembro de 1821.

(19) Por decreto de 13 de Julho de 1824, foi nomeado para succeder ao guarda-mor proprietário, João António Salter de Mendonça, Visconde de Azurara, e pelo decreto de 27 do mesmo mês, era mandado entrar em exercicio logo que o referido guarda-mor se achasse impedido de exercer as suas funções, o que veio a succeder a 1 de Agôsto seguinte.—A respeito da acção desenvolvida pelo Visconde de Santarém durante os anos em que, por duas vezes, desempenhou êsse cargo, vejamos os opúsculos publicados pelo sr. António Baião, *O Visconde de Santarém como Guarda-Mor da Torre do Tombo*, Coimbra, 1909 e 1910.

(20) No Visconde de Santarém recafu a escolha para membro da Comissão da publicação das antigas Côrtes Geraes e para deputado da Junta preparatória instituida de harmonia com a Carta de Lei de 4 de Junho de 1824. Também a 13 de Setembro de 1826 era nomeado secretário da Junta criada para regular o cerimonial e regimento da Câmara dos Pares, e por proposta da mesma Junta.

(21) No testemunho de outro biôgrafo, o Visconde de Santarém foi exonerado do alto cargo que exercia, «em consequência de não conceder várias mercês honoríficas a certas individualidades, cuja influencia palaciana era bem conhecida como se prová da sua exoneração». M. A. Ferreira da Fonseca, *Visconde de Santarém — Apontamentos para a sua biografia*, Lisboa, 1907, pág. 10.

(22) Nessa reunião coube ao Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lôbo, o encargo de proferir os discursos de proposição e exposição, respondendo-lhe o procurador da cidade de Lisboa, José Acúrsio das Neves, a quem já se tem attribuido a coor-

denação e redacção do célebre *Assento dos Três Estados do Reino*, pelo qual D. Miguel foi declarado legítimo Rei de Portugal.

(23) Numa *Circular dirigida aos encarregados de negócios de Sua Majestade junto dos diversos governos estrangeiros, de Junho de 1823*, publicada nos *Despachos e Correspondência do Duque de Palmela*, tomo I, pág. 226-230.

(24) A Santa Sé veio a reconhecer, finalmente, a realeza de D. Miguel, em 21 de Setembro de 1831, sendo o Núncio Apostólico recebido solenemente pelo soberano, a 25 de Outubro seguinte.

(25) In *Legitimidade Portuguesa*, por D. Jorge Eugénio de Lócio, a pág. 25.

(26) Francisco António da Cunha de Pina Manique, *Portugal de 1828 a 1834*, Lisboa, 1872, pág. 144.

(27) Veja-se a êste respeito o *Prefácio (Em volta de uma grande figura histórica) da Correspondência do 2.º Visconde de Santarém, coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins*, publicada pelo 3.º Visconde de Santarém, Lisboa, 1918.

(28) Pode ver-se o *Diário de Ribeiro Saraiva — (1831-1833)*, tomo I, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1916, a págs. 96, 99-100, 140, 150, 159, 171, 183, 210 e 231.

(29) Palavras do *Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima o Senhor Dom Miguel I, Rei de Portugal e dos Algarves, e seus domínios*, de Março de 1832, e que é geralmente atribuído ao Visconde de Santarém. In *Opúsculos e Esparsos*, vol. I, pág. 178.

(30) Ressoa ainda aquela exortação de D. Pedro, na célebre proclamação aos portugueses: «Não me obrigueis a empregar a força para vos libertar!»

(31) «No ancoradouro estava a frota bicolor, comprada com o dinheiro do empréstimo, comandada por Sartorius, guarnecida por ingleses. Só o nome tinham de português os navios». — «Franceses, ingleses, espanhóis, brasileiros com D. Pedro e estrangeirados com Palmela, era o que se via em Belle-Isle». — «Se não vinham os melhores dos militares emigrados portugueses, vinha e desembarcou a turba dos mercenários». Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo*, 4.ª ed., tomo I, págs. 246, 247 e 256. «Estando D. Pedro à frente da expedição que se organizou em Paris e Londres, e composta na sua maioria de ingleses, franceses, polacos e alemães, ou de vadios dessas duas cidades estrangeiras, e afastados dela todos os homens liberais e democratas». ... José de Arriaga, *História da Revolução de Setembro*, tomo I, pág. 511. «Ao todo, são sete mil e quinhentos homens, quasi metade dêles mercenários internacionais das piores classes». João Ameal, *História de Portugal*, Porto, 1940, pág. 663.

Com admirável previsão se dizia, pois, no *Manifesto* de D. Miguel, atribuído ao Visconde de Santarém: «Se porém o maior e mais temerário atentado fôr cometido por aquela Facção rebelde, vindo atacar a sua Pátria cobardemente com auxílio de estrangeiros vagabundos, banidos de suas próprias mãos». ... Obra cit. pág. 192.

(32) João Ameal, *História de Portugal*, pág. 664.

(33) Oliveira Lima, *D. Pedro e D. Miguel*, pág. 220.

(34) Frei Fortunato de S. Boaventura, *Novo Vocabulário Filosófico-Democrático indispensável para todos os que desejem entender a Nova Língua Revolucionária. Escrito em italiano e traduzido em português*, Lisboa, na Impr. Régia, 1831, N.º 1, nota do tradutor, a pág. 15-16.

(35) Rocha Martins, no *Prefácio da Correspondência do 2.º Visconde de Santarém*.

(36) A págs. 11 e 12.

(37) Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo*, tomo I, págs. 38 e 49.

(38) «Or, toute cette magnifique bibliothéque fut pillée, détruite, dispersée non pas par la barbarie d'une invasion de soldats étrangers qui auraient pris Lisbonne d'assault, mais par des portugais principalement par un qui s'est logé dans mon Hotel pendant que j'étais à Coïmbre. La Providence n'a sauvé que 90 volumes manuscrits des collections de documents diplomatiques que j'avais recueillies par mon grand ouvrage». *Avertissement do Catálogo da Terceira Livraria do 2.º Visconde de Santarém*, Lisboa, 1918, pág. 3.

(39) In *O 2.º Visconde de Santarém e os seus atlas geográficos*, pág. 15-16.

(40) Com êsse cargo passava a ser exercido, conjuntamente, o de cronista-mor do Reino, que fôra extinto em 30 de Novembro de 1824.

(41) «Na minha actual posição, uma simples restituição daquêles empregos, com obrigação de ir residir, e sem mais nada a que me tornasse, não me parece nem conveniente, nem que tal arbítrio pudesse aproveitar ao serviço». In António Baião, *O Visconde de Santarém como Guarda-Mor da Torre do Tombo*, pág. 13.

(42) No suplemento literário do jornal *Novidades — Artes e Letras* — de 16 de Novembro de 1941.

(43) Na conferência proferida na sessão que, em 10 de Dezembro de 1941, a Academia Portuguesa da História dedicou ao 2.º Visconde de Santarém.

(44) Na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada, dos séculos XIX e XX, dirigida por Albino Forjaz de Sampaio*, pág. 316.

(45) Gomes Eanes da Zurara, *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné, segundo o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, modernizada, com notas, glossário e uma introdução de José de Bragança*, — *Introdução*, pág. I-II.

(46) «Do mesmo modo a questão concernente à cartografia (invento esta palavra já que aí se têm inventado tantas)»... Cartas a Varnhagen, com data de 8 de Dezembro de 1839, inserta na *Correspondência*, vol. VI, pág. 69.

(47) M. A. Ferreira da Fonseca, obra cit., pág. 15.

(48) «Certains écrivains justement célèbres, comme le vicomte de Santarém ou Alexandre Lobo, n'ont été miguelistes que par tradition de famille». G. Le Gentil, *Le mouvement intellectuel en Portugal*, in *Bulletin hispanique*, dos *Annales de la Faculté des Lettres de Bordeaux*, tome XXXVIII, n.º 2, Avril-Juin 1936, pág. 209, nota 2.

(49) In *Algumas cartas inéditas do Visconde de Santarém*, pág. 16.

(50) *O 2.º Visconde de Santarém e os seus atlas geográficos*, pág. 22.

(51) In *O Visconde de Santarém como Guarda-Mor da Torre do Tombo* (Aditamento), pág. 19-20.

(52) Veja-se o relato destes factos na obra já tantas vezes citada do sr. Jordão de Freitas, a pág. 25 e segs. Ai refere o seu autor que se perdeu até «quasi todo o original que no ministério dos estrangeiros fôra entregue ao secretário da Academia...!!» (pág. 35).

(53) Obra cit., pág. 42.

(54) *Memórias para a História e Teoria das Côrtes Gerais que em Portugal se celebraram pelos três Estados do Reino, ordenadas e compostas em 1824 pelo 2.º Visconde de Santarém — Nova edição publicada pelo 3.º Visconde de Santarém em 1924, precedida dum estudo de António Sardinha*, Lisboa, 1924 (a pág. CLXXVIII do referido estudo).

(55) Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, tomo I, pág. 540.

(56) No prefácio da nova edição das *Memórias para a História e Teoria das Côrtes Gerais*, pág. XC. — Veja-se também o ensaio *Poder pessoal e Poder absoluto*, inserto no livro *Glossário dos Tempos*, Lisboa, 1942.

(57) No *Ensaio histórico-político sobre a constituição e o governo do Reino de Portugal*, Lisboa, 1843, pág. 377, e segs.

(58) Ver *Biblioteca Modelos de Eloquência*, vol. I, *Discursos Parlamentares dos Principais Oradores Portugueses*, Pôrto, 1878, pág. 149.

(59) A-propósito do suposto tradicionalismo da *Carta*, vejamos-se, além do citado prefácio de António Sardinha, e do seu ensaio *O testamento de Garrett*, incluído no volume *Glossário dos Tempos*, os notáveis artigos do sr. dr. Caetano Beirão, *O «tradicionalismo» da Carta*, publicados na revista *Acção Realista* (1925-1926) e o magnífico prefácio do sr. dr. João Ameal, *Legitimismo, Tradicionalismo, Constitucionalismo*, à segunda edição de *A realeza de D. Miguel*, de D. Miguel Soto-Maior, Coimbra, 1929. Podem ver-se ainda os trabalhos do Autor, *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal* (Século XIX), vol. I, a págs. 28-29 e 70; vol. II, a págs. 73-75, e *No saguão do Liberalismo*, a pág. 27-28.

(60) No *Ensaio sobre a história do governo e legislação de Portugal*, Coimbra, 1896, pág. 51.

(61) *Dedução Cronológica e Analítica*, Parte I, div. 12.^a, n.º 672, pág. 140.

(62) *Prelecções de Direito Pátrio Público e Particular*, Parte II, tít. 3, cap. 2.

(63) *Institutiones Juris Civilis Lusitani*, lib. I, cap. I, parágr. 4.º, e *História Juris Civilis Lusitani*, parágr. 44.º, nota.

(64) *Memória V — Para a História da Academia Real das Ciências*, tomo VII, pág. 362 e segs.

(65) *Portugal de 1834 a 1851*, págs. 534.

(66) *Panorama*, vol. 3.º, série 2.^a, pág. 11.

(67) *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, tomo V, pág. 377.

(68) *Dissertação a favor da Monarquia*, Lisboa, 1799, cap. XXVI, pág. 131.

(69) *Refutação Metódica das chamadas Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, 1824, pág. 14; *Tripa por uma vez*, Lisboa, 1823, págs. 60-61.

(70) *Cartas de um Português aos seus Conciudadãos*, Lisboa, 1823, carta XIX, pág. 148.

(71) *O Novo Príncipe*, Rio de Janeiro, 1841, pág. 186.

(72) *Diário de Ribeiro Saraiva*, págs. 116-117.

(73) *Os caracteres da Monarquia*, Lisboa, 1824, pág. 27.

(74) O sr. João de Freitas, na obra já várias vezes citada (a pág. 14, nota b), diz que «Ao Visconde de Santarém é geralmente atribuído um *Manifesto de Sua Majestade Fidelíssima o Senhor D. Miguel I*, etc.», e não duvidou incluí-lo nos *Opúsculos e Esparsos* a págs. 151 e segs. do vol. I), entre as outras obras do Visconde de Santarém aí retinidas.

O sr. Rocha Martins também o incluiu na *Correspondência do 2.º Visconde de Santarém* (a págs. 463 e segs. do vol. IV), e com esta nota terminante: «Este manifesto foi escrito pelo Visconde de Santarém»; mas não nos diz em que se fundava para fazer semelhante afirmação. As duas cartas do Visconde, dirigidas a D. Miguel e publicadas a págs. 360 e 363 do mesmo volume, e em que o seu autor se refere ao *Manifesto*, nada esclarecem o problema, porquanto não há nelas qualquer alusão ao redactor dêsse documento político.

O sr. dr. Alfredo Pimenta, num artigo publicado no jornal *A Voz*, de 18 de Novembro de 1941, escrevia: «Mas êle (o Visconde de Santarém) foi, além de Ministro

dos Estrangeiros de El-Rei D. Miguel, o autor ou redactor do famoso *Manifesto* de 28 de Março de 1832»; mas não se occupava nesse artigo do problema em questão.

Por amável informação do actual sr. Visconde de Santarém, posso esclarecer que não se encontrou até hoje qualquer documento comprovativo de que o *Manifesto* de D. Miguel fôsse redigido pelo 2.º Visconde de Santarém. Acrescenta, porém, aquêlê senhor que sempre na família se attribuiu a autoria dêsse *Manifesto* ao seu ilustre antepassado, julgando ainda possível encontrar a desejada prova no espólio do Visconde, que resta examinar. Quanto a mim, julgo que a melhor prova da sua autoria reside no próprio *Manifesto*, onde se encontram passos de impressionante semelhança com os de outros escritos do Visconde, como succede, por exemplo, com alguns períodos da transcrição que fiz do mesmo *Manifesto* e aquêles que recortei da *Introdução* ao vol. I do *Quadro Elementar*.

(75) Num artigo — *O Visconde de Santarém* — publicado no jornal *A Voç*, de 18 de Novembro de 1941.

(76) Vejam-se, Alfredo Pimenta, *Elementos de História de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, 1935, págs. 506-508, e João Ameal, *História de Portugal*, Pôrto, 1940, págs. 642-646.

(77) Ao continuar o *Quadro Elementar*, assim se referia Rebêlo da Silva a essa obra do Visconde de Santarém e à personalidade do seu autor: — «O *Quadro Elementar*, tentativa de um ancião, que longe da pátria nunca cessou de a ter presente no amor e na saúde, foi o primeiro ensaio encetado nesta vereda, acto a que em Portugal se associaram os poderes públicos. Descansando com a conversação dos bons autores dos trabalhos de sua agitada carreira, e consolando as tristezas da ausência com as vigílias do estudo, o visconde de Santarém, no govêrno, nas missões que desempenhou, e nos ócios políticos bem occupados da sua viçosa velhice, nunca levantou mão desta empresa tão adiantada pela sua perseverança». *Quadro Elementar*, tómo IX, pág. VI.

(78) *Quadro Elementar das relações politicas e diplomáticas de Portugal com as diversas Potências do Mundo, desde o principio da Monarquia Portuguesa até aos nossos dias; ordenado e composto pelo Visconde de Santarém*, Paris, 1842, tómo I, *Introdução*, pág. VII-XI.

(79) *Crónica do descobrimento e conquista de Guiné, escrita por mandado de El rei D. Afonso V, sob a direcção científica e segundo as instruções do ilustre infante D. Henrique, pelo cronista Gomes Eanes de Azurara*, Paris, 1841, *Introdução* do Visconde de Santarém.

Elogio Fúnebre do Sócio Correspondente

Robert Alexander Shore

(Assembleia Geral de 10 de Janeiro de 1940)

O Numismata Robert Shore

por Pedro Batalha Reis

O Numismata Robert Shore

COMO foi a Numismática a actividade pela qual o Senhor Robert Alexander Shore foi eleito sócio desta douta Agremiação, em 1910, seja-me permitido — como devotado cultor dessa Ciência, e portanto admirador dêle — evocar em breves palavras a personalidade dêsse nosso falecido consócio.

Robert Alexander Shore nasceu em Inglaterra, na vila de Birgmingham em Setembro de 1859. Era filho de José Royle Shore e de D. Catarina Jane Shore.

Veio para Portugal ha meio século, em 1886, isto é, com 27 anos de idade, para tomar conta dum escritório de representações de ferragens — instalado na Rua dos Sapateiros, 219-2.º — pelo falecimento do dono dêle, seu parente. Actualmente vivia na Avenida 5 de Outubro, 158-2.º-Esq.º, onde faleceu a 1 de Março de 1939, vítima duma pneumonia.

Robert Shore foi na sua juventude um apaixonado desportista, nomeadamente da grande novidade do tempo, o «Velocípede», de que ostentava ainda há pouco naquele seu escritório inúmeras fotografias, que o representavam praticando êsse engenho, caminhante da velocidade que não havia perigo de atingir a vertigem, além de muito se haver dedicado também ao «Tennis», em que teve a honra de várias vezes jogar com a família real, por quem era estimado.

Robert Shore era ainda um bom jogador de xadrez, de que deixou uma curiosa colecção desses jogos, alguns dos quais de elevado preço.

Tinha também o gosto pela música, com a predilecção pelo piano e órgão, instrumentos que sempre teve na sua casa de habitação.

Conhecia bastante bem a nossa História, interessando-o especialmente as descrições de batalhas e guerras, de que possuía, além de muitos livros, gravuras, condecorações militares e trajes das nossas tropas antigas.

Há cerca de 10 anos acabou com os negócios para inteiramente se dedicar à sua colecção de moedas!

Contou-me esta tarde seu primo o Senhor G. Duncan Shore — a quem devo a maioria destes informes — que uma vez foi êle a Londres expressamente para comprar uma moeda por uma libra! Êste episódio dá uma idéia do exotismo do seu espírito, que em múltiplos outros factos se revelava também.

Robert Shore era solteiro, e há muito que vivia completamente só — desde que lhe morrera uma velha governanta que tivera de princípio. De então para cá nunca mais teve criado algum que o servisse!

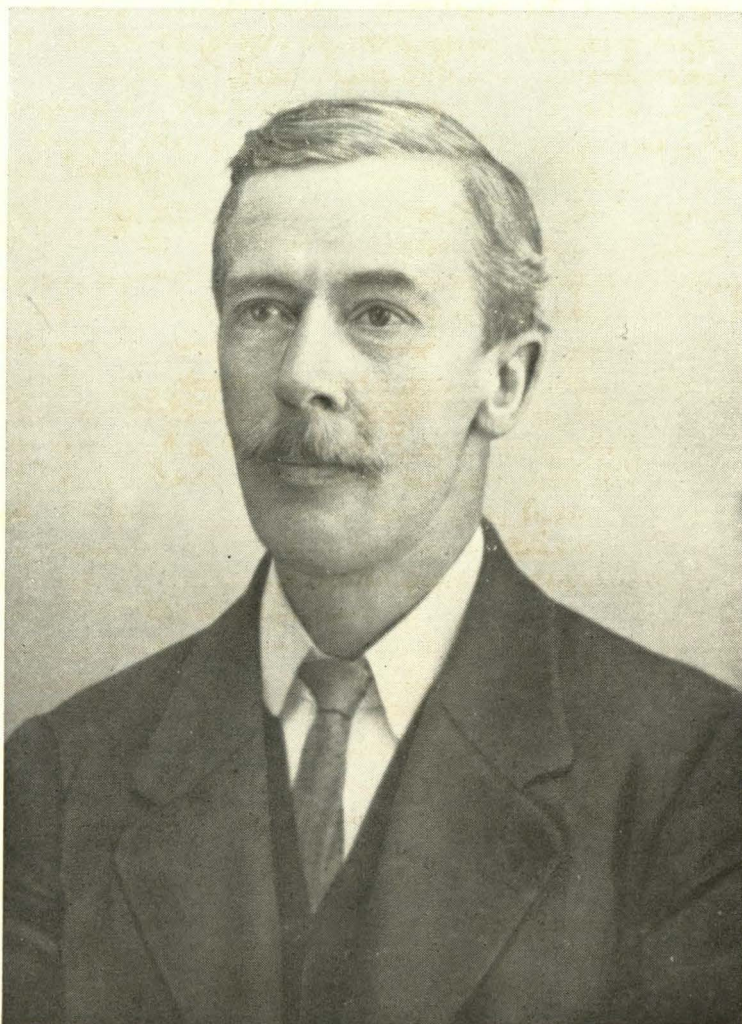
E tal não era por dificuldades materiais, mas sim pelo seu especial feitio de misantropo; pois que era proprietário em Inglaterra, donde recebia e guardava avultados rendimentos!

Robert Shore era um grande amigo de Portugal e das coisas portuguesas: tinha a paixão da nossa paisagem, dos nossos costumes e do nosso clima.

A sua notabilíssima colecção de moedas foi originada precisamente pela admiração que lhe causou a riqueza e diversidade magnífica da histórica série das moedas portuguesas. Foi isso que o levou a iniciar uma colecção, que a persistência de longos anos transformaria num dos mais belos numofilácios que em Portugal se tem reunido.

Robert Shore era um daqueles coleccionadores ciosos do tesouro que vão acumulando — tudo debaixo de chave e escondidamente, cuja maioria das moedas se encontrava em envelopes, sacos e caixas — embrulhadas em papelinhos... e portanto sem disposição alguma que permitisse uma vista de conjunto. Apenas alguns tabuleiros havia em determinado cofre — e nada mais.

As apreciações que poderei fazer são mais por conjecturas — ainda



ROBERT ALEXANDER SHORE

que de algum modo fundamentadas — do que por directo e perfeito conhecimento do assunto. Assim, nunca tive o ensejo de ver essa colecção, nem tão pouco sei de ninguém que se possa gabar do contrário!

Quando alguém lhe pedia para ver qualquer espécime — como a mim próprio me succedeu ao publicar as *Moedas de Toro* — Robert Shore amavelmente se prontificava a anuir ao pedido: mas para isso perguntava especificadamente que exemplares se desejava examinar, marcando dia determinado para os mostrar... mas só êsses!...

Recordo-me de lhe haver perguntado se tinha na sua colecção, variadíssimas moedas portuguesas da maior raridade, e a sua resposta era sempre afirmativa!

Após a sua morte verificou-se que a colecção só em moedas *de ouro*, ascendia a 870 exemplares, com o pêso de 5.726 *gramas* tudo de moedas portuguesas! Essa era a sua paixão que conservou até ao fim da vida e por isso é merecedor da nossa admiração.

Por êste avultado número de moedas de ouro se pode fazer uma idéia do que não teria de moedas de prata e de cobre! Em tempos colleccionou também moedas espanholas e romanas que ultimamente, aliás, já não possuía.

A sua preciosa colecção, que deveria ter sido considerada património nacional, pelos insubstituíveis monumentos históricos portugueses que encerrava, foi por sua morte, levada pelos herdeiros, seus irmãos, para o Estrangeiro! Verificamos, pois, que a proposta do Senhor Engenheiro Raúl da Costa Couvreur na VI Secção da Junta Nacional da Educação, de que êsse numofilácio fôsse inventariado, não suscitou — ao que nos consta — o maior interêsse da parte das entidades oficiais que têm à sua guarda o património nacional, e que neste caso são essa mesma Junta, e especialmente o Conservador do Museu Nacional de Numismática que dela faz parte!

Não se compreende, por isso, o desinterêsse dessas entidades, quando nessa colecção existiam tantas raras peças portuguesas que o Museu Numismático Português não possui!

O único pálido lenitivo que encontramos para êste caso desolador, é o saber que «algumas» dessas preciosidades ficaram felizmente em Portugal — mas unicamente pela iniciativa particular de colleccionadores que as procuraram, como é natural, para si próprios. E dentre êsses

exemplares poderei apontar o *meio real* de D. João I como Regedor e Defensor do Reino, o outro *meio real* como Rei com a Cruz de Aviz, uma magnífica *dobra-pé-terra*, determinado *cinquinho* de D. João II, o *cruzadinho* de D. João V de Minas Gerais, o *meio português* de prata de D. Manuel, e possivelmente outros de que não sabemos o paradeiro.

Afora essas peças, a colecção foi entregue à conhecida Casa Spinck & Sons, de Londres, para efectuar a sua venda.

Eis, a largos traços, as notas biográficas que me foi possível obter à-cêrca-do nosso consócio Senhor Robert Alexander Shore, cujo falecimento há pouco só veio ao conhecimento desta Associação, que hoje, por isso, sentidamente lhe consagra um voto de profundo pesar.

**Homenagem ao Falecido Sócio de Honra
e Antigo Presidente da Associação
Dr. Luiz Xavier da Costa**

(Sessão solene de 9 de Dezembro de 1942)

O Dr. Xavier da Costa
e a História das Belas Artes Menores
em Portugal

por Henrique de Campos Ferreira Lima

CONVIDADO para dizer algumas palavras nesta sessão em que a Associação dos Arqueólogos Portugueses consagra uma justa e bem merecida homenagem ao seu falecido sócio honorário Dr. Xavier da Costa, que lhe prestou tam notáveis, relevantes e constantes serviços, não recusei o pesado encargo, a-pesar-de reconhecer a insuficiência dos meus dotes oratórios, assim como a minha incompetência para, cabalmente, o desempenhar.

Porém, a grande consideração que lhe votava e a sincera amizade que, durante tantos anos, nos ligou, foram os motivos que me fizeram vir hoje aqui, contando desde já com a extrema benevolência de V. Ex.^{as}, que, certamente, terão na devida conta, para me desculparem, a minha boa intenção.

O nome do Dr. Xavier da Costa está, inteiramente, ligado à história das Belas Artes em Portugal, para a qual contribuiu com trabalhos de grande valor e profundo saber.

Nestas breves palavras apenas faremos referências aos importantes subsídios que lhe deve a história de algumas artes menores: a Gravura, a Litografia, a Caligrafia, e a Medalhística.

Agora que está publicado o notável livro do nosso ilustre consócio Ernesto Soares *História da gravura artística em Portugal*, é, relativa-

mente, fácil a tarefa de, em breves palavras, fazer uma ideia da evolução da gravura entre nós.

A gravura, em chapa de metal, surgiu em Portugal no século XVI, em que appareceu apenas um nome: Jerónimo Dias.

No século XVII a maioria dos assuntos escolhidos são de carácter religioso, destinando-se as gravuras, quasi sempre, à illustração de frontispícios, reprodução de brasões de armas e, raras vezes, aos retratos.

Distinguem-se nesta época Agostinho Soares Floriano; João Baptista, o mais operoso e notável gravador desta época, de que se occupou o General Rodrigues da Costa em exaustiva monografia; Braz Nunes, Cristiano Lôbo, André «Veterano», Josefa de Óbidos, António Pinto, Luiz Palma, João Gomes e André Leitão de Faria. Nas composições destes gravadores nota-se, em subido grau, a influencia directa de artistas flamengos, aqui residentes ou vinda através da Espanha.

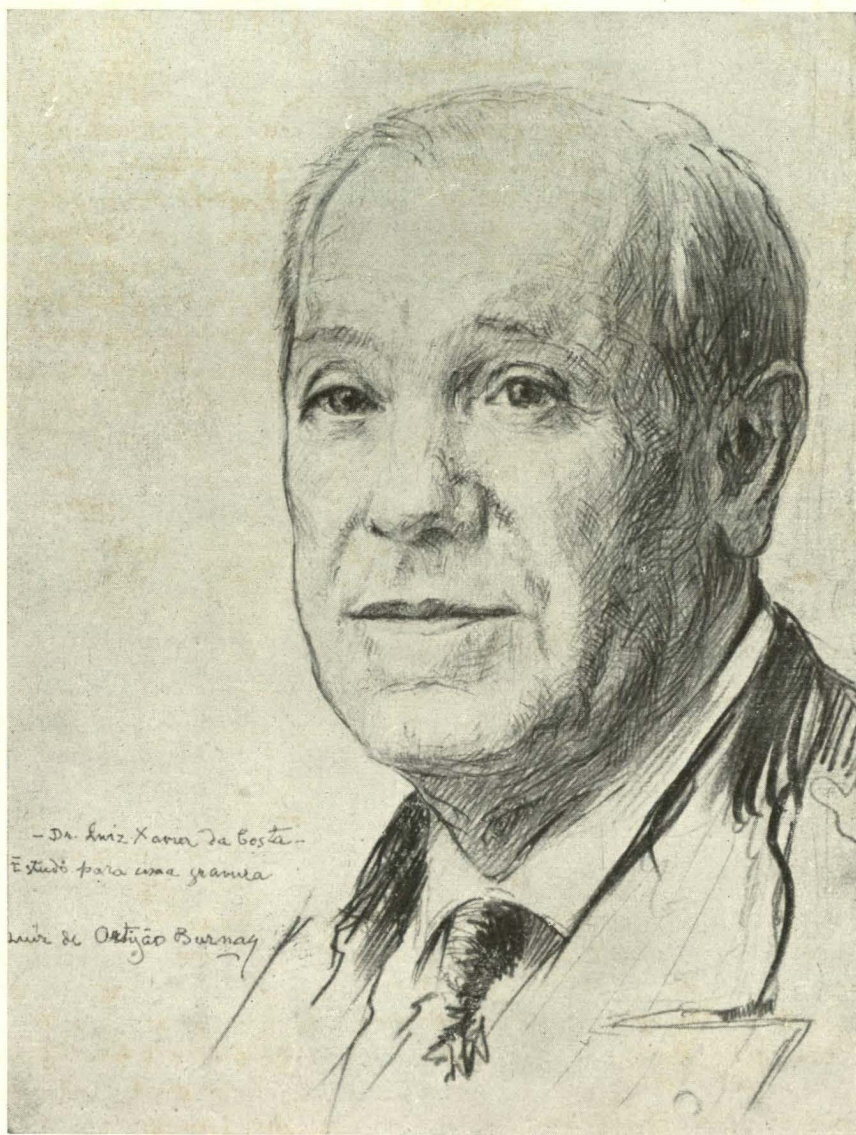
Também neste século diversos artistas gravadores estrangeiros como Tomaz Dudley, Claude Duflos, Jan von Noort, Pedro Perret, John Schorquens, Villa Franca Malagon, Lucas Vostermanns e Stoop, exercitaram a sua arte em ou para Portugal.

No século XVIII, graças à esclarecida protecção, concedida por El-Rei D. João V, a tôdas as Belas Artes, vieram a Portugal gravadores de nomeada, tais como Jean e Gabriel Rousseau, Pedro de Rochefort, Teodoro e Francisco Harrewyn, Guilherme Debie, Michel le Bouteux e Pedro António Quillard, também pintor.

O mais notável gravador que nos deixou este século foi Francisco Vieira Lusitano, illustre, também, no desenho e na pintura, de quem fôram discípulos ou imitadores Joaquim Manuel da Rocha e seu filho Joaquim Leonardo da Rocha, dos quais tratou o Senhor Júlio Jesus em consciencioso estudo, António Joaquim Padrão e João Silvério Carpinetti.

No reinado de D. José salientou-se Joaquim Carneiro da Silva, que foi escolhido para director da escola de gravura, então criada. Foram seus discípulos: Eleutério Manuel de Barros, Gaspar Fróis Machado, Manuel da Silva Godinho, Eduardo José de Figueiredo e Nicolau José Baptista Cordeiro. Esta escola de gravura funcionou até 1786, data em que Carneiro da Silva dela saíu.

Na Casa Literária do Arco do Cego também houve uma aula de



DR. LUIZ XAVIER DA COSTA

Desenho para gravura de Luiz Ortigão Burnay

gravura que formou muitos discípulos até que, em 1801, foi encorporada na Impressão Régia.

No ano seguinte foi contratado, em Londres, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o célebre artista florentino Francisco Bartolozzi, para director desta escola de gravura.

A Bartolozzi foi-lhe dado, como ajudante, o nosso mais notável gravador Gregório de Assis e Queiroz.

Saíram desta escola os gravadores Domingos José da Silva, Francisco Tomaz de Almeida e João Vicente Priaz.

Em Londres haviam sido discípulos de Bartolozzi: Francisco Vieira Portuense e João Caetano Rivara.

Depois da morte do grande artista ficou dirigindo a escola o gravador Queiroz, cuja acção foi nefasta e perniciosa para a aprendizagem da arte da gravura. Desta época é o gravador João José dos Santos, de reduzido valor.

Em 1836 foi criada, em Lisboa, a Academia Real das Belas Artes, e nela uma cadeira de gravura, de que foram professores Domingos José da Silva e o artista suíço Benjamim Comte.

Entre os discípulos que saíram desta escola citaremos: os pintores Tomaz José de Anunciação e João Pedroso, os escultores Vítor Bastos e António José Nunes, António José Patrício, Oliveira Monteiro, Correia Barreto, Silêncio Cristão de Barros e Joaquim Pedro de Sousa.

Mencionaremos ainda alguns gravadores amadores, que se distinguiram em várias épocas, como Teixeira Barreto, que foi objecto de uma valiosa monografia do Senhor Dr. Pedro Vitorino, Aguilár, Sequeira, Conde de Cantanhede e El-Rei D. Fernando.

Os primeiros clássicos tratadistas das Belas Artes em Portugal foram o pintor Cirilo Volkmar Machado; o Patriarca de Lisboa D. Fr. Francisco de S. Luiz e o Ministro da Prússia em Lisboa, Conde de Raczynsky, que, respectivamente, nos seus livros *Colecção de memórias*, Lisboa, 1823; *Lista de alguns artistas*, Lisboa, 1839; e *Dictionnaire historique-artistique*, Paris, 1847, consagraram algumas páginas à história da gravura em Portugal.

Posteriormente, só passados longos anos, apareceram os trabalhos do incansável e benemérito investigador Sousa Viterbo, nosso consócio: *A gravura em Portugal. Breves apontamentos para a sua história*.

1909, e do General Rodrigues da Costa, *Relação dos gravadores portugueses em metal dos séculos XVI e XVII*, 1916.

Com os elementos, assim já recolhidos, pelos mencionados tratadistas e investigadores, a que juntou outros novos apontamentos, elaborou o Senhor Luiz Chaves os *Subsidios para a história da gravura em Portugal*, Coimbra, 1927.

Surgiu também, por esta época, o magnífico trabalho do Dr. Xavier da Costa à-cêrca-do «maior de todos os águas-fortistas portugueses» sob o título *Francisco Vieira Lusitano poeta e abridor de águas fortes*, Lisboa, 1926, que foi consideravelmente aumentado na 2.^a edição, saída em 1929.

Neste livro, publicado em luxuosa e artística edição, como, aliás, o foram todos os outros da sua autoria, faz uma análise minuciosa e fundamentada do livro auto-biográfico de Vieira Lusitano o *insigne pintor e leal espóso*, mais bem deduzida e documentada que a apresentada por Júlio de Castilho no seu livro *Amores de Vieira Lusitano*. Em seguida relaciona e descreve as suas gravuras, interpretando argutamente os assuntos nela figurados e as suas produções que foram gravadas por outros artistas nacionais e estrangeiros. Por fim menciona os seus discípulos e as suas respectivas obras.

Seguem-se, ainda da sua autoria, em 1931, *Uma água-fortista do século XVII*, (Josefa d'Ayala) e em 1933, *André Velho, e não André Veterano, Gravador português do século XVII e Mais abridores portugueses de estampas no século XVII*.

No primeiro destes trabalhos apresenta a mais completa biografia da célebre artista, até agora publicada, baseada em documentos inéditos, alguns fornecidos pelo nosso ilustre presidente e faz a crítica do valor dos seus quadros e gravuras.

Nos dois últimos traz valiosos elementos inéditos para o estudo das obras de gravadores pouco conhecidos no século XVII.

Tanto na sua conferência *A história da gravura artística em Portugal no século XVII*, realizada em 16 de Junho de 1932 no Palácio do Duque de Palmela, ao Calhariz, como num dos capítulos da sua magnífica obra *As belas artes em Portugal durante o século XVIII. Resumo histórico*, Lisboa, 1935, fez, ainda, o Dr. Xavier da Costa uma excelente síntese do desenvolvimento e das manifestações desta arte, em Portugal, durante aquêlê século.

O Dr. Xavier da Costa fez parte, como vogal e vice-presidente das comissões que, em 1914 e 1928-1929, projectaram, respectivamente, a organização da exposição da obra artística de Bartolozzi e dos seus discípulos e a da gravura artística portuguesa.

Foi, realmente, lamentável que, por circunstâncias diversas, não se tivesse podido realizar qualquer destes dois certames, principalmente, o último, que nos daria a conhecer, em conjunto, a obra dos nossos gravadores, a-fim-de se verificar qual o seu merecimento e o valor dos seus trabalhos.

Sobre esta última afirmou o Dr. Xavier da Costa na reunião da Comissão realizada a 25 de Abril de 1929: «que a arte portuguesa vai sofrer uma grande prova. Ou vai sair muito grande ou regular, em todo o caso entendo que a manifestação da arte da gravura entre nós é digna do nosso país. Acho que devemos fazer uma criteriosa exposição e depois a crítica que se manifeste sobre o seu conjunto».

A arte da Litografia, cujo invento, em 1795 ou 1796, se deve a Senefelder, só em 1822, se introduziu em Portugal, graças aos esforços de Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, «um dos percursores e talvez o verdadeiro iniciador da introdução deste invento entre nós», no dizer do Dr. Xavier da Costa e, também aos primeiros ensaios do pintor Domingos António de Sequeira no mesmo ano.

Dois anos depois era criada a Oficina Régia Litográfica, que teve como director João José Le Cocq e dela saiu, em 1824, a primeira prova seguida de muitas outras nos anos sucessivos.

Em 1836-1837 passou esta oficina para a recém-criada Academia Real das Belas Artes.

Nesta arte distinguem-se Sendim, que considero o mais notável dos nossos litógrafos, e que foi discípulo de Sequeira, João Baptista Ribeiro, Guilherme Augusto Correia, João António Correia, Santa Bárbara, Primavera, Alves Ferreira Lima, Caggiani, Fertig, Guglielmi, Legrand, Lopes, Macphail, Maurin, Michellis, Silva Oeirense, Palhares, etc. e, modernamente Anunciação, Vitor Bastos, Lupi, Silva Pôrto, Columbano e Rafael Bordalo Pinheiro, Ramalho, Ribeiro Cristino, Luciano Freire, Salgado, Roque Gameiro, etc.

Também não devemos esquecer que muitas senhoras se dedicaram a este ramo das Belas Artes, que era ensinado em diversos colégios da capital.

O Dr. Xavier da Costa no seu trabalho *A obra litográfica de Domingos António de Sequeira com um esboço histórico dos inícios da litografia em Portugal*, publicado em 1925, antes de tratar, minuciosamente, das produções litográficas dêste nosso grande artista, reuniu, pela primeira vez, elementos muito valiosos e dispersos para a história da Litografia do nosso país. É pois muito importante o seu referido trabalho, a que os Senhores Ernesto Soares e Dr. Carlos de Passos trouxeram novas achegas, respectivamente, nos seus artigos *A Oficina Régia Litográfica* e *A arte litográfica*, ambos publicados em 1932.

Em Portugal desde o século XVI aos nossos dias houve muitos comendados de caligrafia desde o de Manuel Barata, que, se diz ter sido professor de Camões, até aos dos Senhores Pinto de Mesquita e Soares de Almeida.

Com os livros dêstes autores e com os de Manuel de Andrade de Figueiredo, António Jacinto de Araújo, Jerónimo Soares Barbosa, Manuel Dias de Sousa, Joaquim José Ventura da Silva, Manuel José Satúrio Salazar, que teve a glória de ser professor de primeiras letras do romancista Camilo Castelo-Branco, da dinastia dos Godinhos: Manuel, Domingos, Clélia e Laura Godinho, António Jacinto Xavier Cabral, etc., organizou esta Associação, em 1932, uma notável exposição dos calígrafos portugueses, de que elaborei o respectivo *Indicador*.

Devo dizer que os exemplares expostos pertenciam, na sua grande maioria, ao Dr. Xavier da Costa, que, na abertura da exposição, pronunciou um bem elaborado discurso à-cêrca-da história da Caligrafia em Portugal e ao autor daquele *Indicador*.

Os principais estudos à-cêrca-da medalhística portuguesa devem-se a Lopes Fernandes e ao nosso falecido consócio Dr. Artur Lamas e foram publicados, respectivamente, em 1861 e em 1916, com os títulos: *Memória das medalhas e condecorações portuguesas e das estrangeiras com relação a Portugal* e *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal. Memória histórica e descritiva*.

Depois dêstes dois valiosos trabalhos poucos mais se têm publicado sobre êste assunto.

Merecem, porém, menção especial os do Dr. Xavier da Costa intitulados: *Domingos Antonio de Sequeira e Francisco Vieira Lusitano, desenhadores de medalhas*, e *Domingos Antonio de Sequeira, desenhador de medalhas* (2.^a Comunicação), publicada em 1923.

Em ambos trouxe o Dr. Xavier da Costa subsídios muito valiosos, importantes e inéditos para a interessante história da arte medalhística em Portugal, história que, aliás, tem, actualmente, poucos cultores entre nós.

Em todos os trabalhos, que mencionei, se revelou o Dr. Xavier da Costa um abalizado, competente e autorizado crítico de arte e um consciencioso e infatigável investigador, constituindo, assim, os livros, que deixou, importantes fontes de consulta, cheias de excelentes ensinamentos, em que se pode ter inteira confiança, tal era o cuidado e meticulosidade que punha, sempre, na sua confecção.

Como se vê por êste ligeiro esboço foram importantes e valiosas as contribuições que, para a história das diversas artes menores em Portugal, elaborou, com uma competência e um gosto especiais o Dr. Xavier da Costa.

A sua morte prematura não deixou, infelizmente, que êste nosso eminente consócio nos deixasse outros trabalhos, relativos à história das Belas Artes em Portugal para os quais possuía abundante material ⁽¹⁾.

E a propósito dirigirei um apêlo à sua ilustre família aqui presente.

A livraria do Dr. Xavier da Costa constitui, certamente, o mais valioso escrínio, que se reuniu entre nós, de obras dedicadas à história das Belas Artes em Portugal. Seria lamentável que ela, um dia, se dispersasse aos quatro ventos.

Ouso pois pedir a sua Ex.^{ma} Família que, no caso de, por qualquer

(1) Segundo, amavelmente, me informou, em carta de 13 de Dezembro, o meu amigo Alberto Meira, possui o Museu Nacional de Soares dos Reis um inédito de Dr. Xavier da Costa que, em breve, será publicado na revista *Musev*.

Trata-se de uma «versão de extractos, em português, com anotações tiradas de outras fontes», do artigo *Francisco Bartolozzi, R. A. A Biographical Essay* by J. T. Herbert Baily, publicado, em 1907, num número extraordinário da revista *Conaisseur*, de Londres.

Tem, na capa, escritas pelo seu autor, as notas seguintes: «Material já pronto e definitivo para o meu trabalho sobre Francisco Bartolozzi em Portugal. X. da Costa. Dezembro de 1938» e «Não deve perder-se e pode ser publicado; pois está acabado e limpo.»

circunstância, se resolver a desfazer-se desta importante livraria, que ela seja cedida, integralmente, ao Museu da Arte Antiga, que êle tanto amou e freqüentou e onde constituiria um precioso manancial de consulta para os estudiosos e investigadores.

Termino estas breves palavras pedindo a V. Ex.^{as} que me desculpem o não ter, devidamente, satisfeito o meu encargo e à memória do Dr. Xavier da Costa, para mim tam querida e tam saudável, que me releve não ter exaltado e engrandecido como merecia a sua notável obra de historiador e crítico de arte.

O Dr. Xavier da Costa
e o Museu das Janelas Verdes

por João Rodrigues da Silva Couto

O Dr. Xavier da Costa e o Museu das Janelas Verdes

FOI muito honroso o convite que me dirigiu a Associação dos Arqueólogos para falar na sessão de homenagem à memória do Dr. Luiz Xavier da Costa.

Se a primeira idéia foi a de recusar por não me julgar à altura de empresa de tanta magnitude, logo disse para mim que tomar parte, embora de forma apagada, numa sessão desta natureza era imperioso dever a que não podia esquivar-me.

Luiz Xavier da Costa, foi no campo das nossas actividades, pessoa de grande relêvo. Fazer perdurar o seu nome; *não o deixar passar*; mantê-lo vivo na memória dos homens, tão facilmente dados ao esquecimento, é não só obrigação para todos que com êle trataram, mas lição para aquêles que hão-de vir depois de nós.

Que o não esquece a Associação dos Arqueólogos, da qual era sócio titular e à qual dedicou grande porção do seu amor e da sua actividade, prova-o a reunião de hoje. Também não o esqueceram os seus amigos das tertúlias do museu das Janelas Verdes que, por tôdas as formas que à mão tinham, exaltaram, e de certo continuarão a exaltar a sua personalidade tão amiga e tão paternal.

As linhas que vou ler contêm mais confidências que apreciações. Por êsse motivo, terei freqüentes vezes de falar de mim e da Instituição que dirijo. Não o levem V. Ex.^{as} à conta de imodéstia.

*
* *
*

A prodigiosa energia do Dr. Xavier da Costa sacode algumas décadas da história da arte portuguesa. Os seus primeiros livros dedicados a assuntos artísticos datam de 1922, precisamente há vinte anos, mas a sua curiosidade por tudo que dizia respeito à arte portuguesa vinha de muito antes, dos tempos da sua grande luta para criar a honrosíssima posição que veio a ter no meio médico e na especialidade que escolheu. A partir, porém, daquela data, a sua produção de obras de relêvo em matéria de arte é constante, e raros são os anos em que não saem do prelo, meticulosamente revistos pelo autor, livros que são lições, tratados que andarão sempre nas mãos dos que se interessam pela arte portuguesa, especialmente a dos séculos XVIII e XIX.

Particularmente a partir da época em que, com mais assiduidade servi no Museu das Janelas Verdes e conheci melhor Xavier da Costa, pude verificar o seu interesse e a sua curiosidade por todos os temas de arte nacionais e estrangeiros. Na conversa, na discussão, o Dr. Xavier da Costa, lutador incansável, estava na brecha e os seus conceitos, as suas opiniões, as suas críticas sempre leais, sempre sinceras, impunham-se a admiradores e a adversários. Sempre o conheci a trabalhar, servindo amigos que nem sempre o compreendiam; servindo e encaminhando para a boa rota causas que tantos andavam empenhados em desvirtuar.

Os seus assuntos predilectos — o Sequeira, os Vieira, os gravadores, os litógrafos, quantos contribuíram para o engrandecimento da arte portuguesa na última centúria, não o ocupavam de forma tão absorvente que não permitissem deixá-lo ver, apreciar e discutir, a revelação maior da sua época — o alicerçamento em bons caboucos portugueses da arte quatrocentista e quinhentista, revelada em obras de mérito, expostas à admiração do nosso público e dos estrangeiros de forma modelar. E porque Xavier da Costa era pessoa grata do Museu das Janelas Verdes, e porque as suas opiniões e os seus conselhos foram durante muitos anos ali ouvidos e estimados, cabe-lhe, de certo, uma parte nêsse esforço, enormemente construtivo e tão honroso para o País, que se deve ao homem notabilíssimo e seu grande amigo — José de Figueiredo.

*

*

*

Foi, sem dúvida, o estudo da personalidade de insigne pintor Domingos António de Sequeira, que ocupou de forma primacial a curiosidade de Luiz Xavier da Costa. A maior parte da sua obra gira à roda da vida e das produções dêste Mestre, que conhecia em suas mais minuciosas particularidades. Os simples títulos dos seus livros são indicadores dêste apêgo: — «Onde nasceu o pintor Sequeira. Quem foram seus pais e onde moraram» (1927); «Domingos António de Sequeira, notícia biográfica» (1939); «Cartas do pintor Sequeira, da filha e do genro, depois da emigração de 1823» (1940); «A morte de Camões. Quadro do pintor Domingos António de Sequeira» (1922); «Domingos António de Sequeira e Francisco Vieira Lusitano, desenhadores de medalhas» (1923); «Camões na obra de Sequeira» (1924); «A obra litográfica de Domingos António de Sequeira» (1925); «O relicário do pintor Sequeira» (1928) com uma nota final muito importante para a história das suas pinturas; «A reconstituição figurativa de um quadro perdido» (1941).

Do estudo da vida do Mestre e da paixão pela sua obra nasceu o conhecimento da época e do meio em que êle viveu, dos artistas que o antecederam ou o rodiam, das instituições do País e do Estrangeiro a que andou ou andaram apegados — e com estes dados constituiu, agrupou e seriou o material que havia de constituir o proficiente volume, monumento na bibliografia da história da arte contemporânea no nosso País: «As belas artes plásticas de Portugal durante o século XVIII. Resumo histórico» (Lisboa 1934). Esta obra importantíssima, cuja matéria se estende até aos primeiros anos do século XIX, é a primeira investida metódica para desbravar e esclarecer uma época, que embora próxima de nós, nem por isso é das mais límpidas.

As notas deixadas por historiadores, comentadores e anotadores, entre os quais sobressaem o Cirilo, o Taborda, o cardial Saraiva, etc., nem sempre são exactas, completas, dignas de confiança — juízos que não pretendem diminuir o seu merecimento. «E' um mundo confuso», diz-nos o Autor, na Introdução da «História das Belas Artes Plásticas», «um montão de notas, de factos, de nomes que reclama um sistematizador

paciente, um evocador amoroso, um historiador devotado, enfim». E mais adiante: «A questão é, quando achados, saber aproveitá-los com imparcialidade em tudo que encerram de útil, não lhes exigindo, porém, mais do que podem fornecer. E muitas vezes só a conjugação dos resultados do seu exame com elementos estranhos, que a êles se ligam, faz sobressair a valia dos dados que patenteiam, ou aparecer a real importância da matéria que elucidam».

Métodos de trabalho meticoloso e de crítica exigente, aplicados a artistas cuja vida e obra despertaram a sua curiosidade: Josefa de Óbidos, Francisco Vieira de Matos, o Lusitano; Francisco Vieira, o Portuense, etc., tornaram claros aos nossos olhos certos aspectos da vida destas personalidades e dos meios artísticos que frequentaram.

À-cêrca-de Josefa de Ayala, realizou o Dr. Xavier da Costa uma conferência no Museu Nacional de Arte Antiga, às Janelas Verdes, em 2 de Junho de 1931 da qual anda impresso o sumário. Dêste trabalho resultou a publicação do livro «Uma aguafortista do século XVII (Josefa de Ayala)» — Coimbra, 1931.

O Vieira Lusitano, por cuja obra tanto se interessava, deu-lhe tema para a publicação do lindo livro que saiu, em mais de uma edição, da Imprensa da Universidade de Coimbra — 1926 e 1929: «Francisco Vieira Lusitano, poeta e abridor de águas-fortes». Êste trabalho nasceu de uma conferência lida nesta Associação dos Arqueólogos, em 22 de Dezembro de 1925. E, aqui mesmo, em sessões da Assembleia Geral apresentou os estudos, publicados em separata: «Notas sôbre a baixela Germain da antiga côrte portuguesa», no dia 25 de Fevereiro de 1928; «André Velho, e não André Veterano, gravador português do século XVII», no dia 7 de Abril de 1932, e «Mais abridores portugueses de estampas do século XVII», em 27 de Abril de 1933.

Na última fase da sua vida activa, o estudo das Instituições e o ensino das Belas Artes prenderam o interêsse de Xavier da Costa. Com mão de mestre, prepara em 1935 a famosa memória lida na sessão inaugural da Academia Nacional de Belas Artes, que teve lugar no Museu de Arte Antiga, na noite de 4 de Abril daquele ano. Intitula-se: «Quadro Histórico das Instituições Académicas Portuguesas», que êle próprio classifica de «trabalho complexo e árduo, caminho a percorrer longo e difficil...» e que constituiu incentivo para a leitura e publicação

mais tardia dos estudos preparatórios daquêle tema: «O ensino das Belas Artes nas obras do Real Palácio da Ajuda (1802-1833)», memória apresentada à Academia Nacional de Belas Artes em 1936, e «Documentos relativos aos alunos que de Portugal fôram para o estrangeiro estudar Belas Artes e Cirurgia, com protecção official nos decénios finais do século XVIII» (1938).

Outros materiais, entre eles uma «Bibliografia exhaustiva da Arte Portuguesa», que deixou em revisão do original, teriam aparecido se a morte o não roubasse ao trabalho ainda prometedor.

Pelo que acabo de dizer se vê que o âmbito da obra do Dr. Xavier da Costa não é grande. Circunscreveu a investigação a um determinado período e o seu desejo era exgotá-la. A sua obra assenta em materiais pacientemente recolhidos e criteriosamente seleccionados. O seu método é seguro e a sua exposição fácil e vernácula. Coleccionou desenhos, gravuras e litografias, de que possuía belas espécies, as quais muitas vezes foram ponto de partida ou base para alguns dos seus trabalhos. Meticuloso em extremo na recolha dos elementos, cauteloso nos raciocínios e nas conclusões, as suas obras resistem e resistirão às críticas mal intencionadas que, por mais de uma vez, vieram envenenar a sua paciência e pretenderam amesquinhar a sua seriedade e a sua competência indiscutível.

*

*

*

Foi depois da morte do Dr. José de Figueiredo que se tornaram mais íntimas as minhas relações com o Dr. Xavier da Costa. Certos mal-entendidos tinham contribuído para o afastar do convívio das Janelas Verdes, mas era assíduo às reuniões dos Amigos do Museu e era certo em tôdas as manifestações da vida cultural do estabelecimento a que tanto apêgo tinha. Esta grande ternura pelo Museu senti-a bem viva várias vezes: quando, no Pôrto, no dia do funeral de Figueiredo me falava com anciedade dos destinos daquela casa, e, poucos dias antes de falecer, quando, prostrado no leito do qual não se havia de levantar, me comunicava a esperança de poder ver as obras em curso e,

porventura, o novo arranjo do Museu; ainda na frequência assídua às reuniões nocturnas dos conservadores, nas quais tomava parte, discutindo ou apresentando trabalhos originais.

Depois de me ter sido entregue a Direcção dos Museus Nacionais de Arte Antiga, Xavier da Costa tornou-se constante frequentador das Janelas Verdes. Trazia eu entre mãos a revisão, a instalação e o balanço dos desenhos, trabalho importante que consistiu antes de tudo na substituição do velho sistema de conservar os mesmos em molduras, para os guardar em caixas de fôlha, dispondo-os segundo uma ordem que permitisse melhor estudo e fácil procura. E a isto se seguiu a elaboração dos índices. Quando abordei a tarefa na parte que diz respeito às espécies portuguesas e, especialmente, à magnífica colecção Sequeira, a lição e o auxílio do Dr. Xavier da Costa foram preciosos. Ele mesmo teve então a oportunidade de examinar melhor a colecção que até aí havia visto mal, dadas as precárias condições de montagem dos desenhos.

A arrumação, nas caixas, dos desenhos de Sequeira, obedeceu a um critério, porventura simplista, mas útil para a busca e para o exame. Assim se agruparam os que se referiam a animais, assuntos religiosos, batalhas, costumes populares, diversos para estudo e ulterior colocação, desenhos à pena, desenhos para gravura, estudos de figura, estudos para quadros conhecidos, estudos para quadros não identificados, embarcações, desenhos para litografia, paisagens e monumentos, roupagens, retratos, baixela de Lord Wellington, meninos, composições decorativas, medalhas, albuns.

Foi particularmente na destrição dos preparos para as pinturas, os quais muitas vezes diferiam das obras ultimadas, que a colaboração do Dr. Xavier da Costa resultou eficaz. Muitos assuntos foram largamente discutidos e para se trabalhar em bases convenientes, preparou-se um inventário fotográfico das pinturas que subsistem. E com todos estes elementos e com o conhecimento profundo que Xavier da Costa tinha do assunto, adquirido em largos anos de estudos e de meditações, chegámos a identificar algumas dezenas de desenhos — preparos para pinturas perdidas e para pinturas que ainda se conservam na posse dos museus, das instituições e dos particulares.

Nas margens dos cartões em que os desenhos estão fixados deixou

Xavier da Costa, escritas pelo seu próprio punho, algumas notas originais que os estudiosos hão-de apreciar quando fôrem reproduzidas no catálogo sistemático, a realizar, das obras do Mestre insigne.

*

*

*

Um dia de 1938, disse ao Dr. Luiz Xavier da Costa que tencionava expor temporariamente desenhos de Sequeira na sala em que o público tantos anos os havia visto.

Convidei-o não só a auxiliar-me na tarefa, mas a escrever um prefácio no catálogo, com a biografia do artista. Xavier da Costa considerou o facto, a que eu não dera vulto demasiado, como uma das incumbências mais honrosas que lhe haviam confiado. Disse-me muitas vezes depois, e repetia-o a amigos, que considerava empresa da maior responsabilidade colaborar com tanta amplitude numa publicação do Estado, e muito particularmente num catálogo do Museu das Janelas Verdes. Tratava-se também de actualizar o que havia sido escrito a-propósito da vida de Domingos António de Sequeira, no «Catálogo da Colecção de Desenhos do Museu Nacional de Belas Artes de Lisboa», impresso em 1905.

Deitou denodadamente mãos à obra. Todos se recordam dêsse certame, que marcou nas actividades do Museu das Janelas Verdes e todos se lembram das páginas magistrais que Xavier da Costa escreveu para o catálogo, mais tarde publicadas em separata pelos «Amigos do Museu», acrescidas de ampla resenha bibliográfica. Na sua ânsia de perfeição, no propósito honesto de exgotar os assuntos e de não melindrar qualquer que houvesse escrito à-cêrca-do pintor, ainda a bibliografia foi acrescentada e uma vez mais anotada, nas páginas do «Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga», publicação que iniciei e à qual Xavier da Costa dedicou, desde o primeiro fascículo, a maior estima, animando-me a prosseguir numa empresa que, embora modesta na apresentação, julgava utilíssima.

A exposição de 1938 não se limitou aos desenhos de Sequeira.

Fôra sempre motivo de aflicção para o Dr. Xavier da Costa o facto de José de Figueiredo não querer expor nas salas do Museu a pintura que representa «São Bruno».

Figueiredo não estimava o quadro e êste, por longos anos, andou de um lugar para o outro nas arrecadações do Museu. Em muitas ocasiões Xavier da Costa me confessara o seu desgosto por êste procedimento e mais de uma vez, nos dias activos da preparação do certame, me preguntara de forma discreta se mantinha o critério do meu antecessor.

Para Xavier da Costa os quadros pintados durante a reclusão de Sequeira na Cartuxa de Laveiras, entre os anos de 1798 e 1802, «sendo de valor muito desigual, — escreve êle — são também dos mais célebres e discutidos da lavra do autor e se encontram recolhidos nos Museus Nacionais de Lisboa e Pôrto: dois figuram «São Bruno» em corpo inteiro, havendo num dêles propositados e notáveis efeitos de claro-escuro, que sempre fôram do agrado de Sequeira, constituindo ideal predominante em toda a sua obra e proclamado convictamente em vários documentos escritos que deixou» (Catálogo — «Bibliografia», pág. 17). Era o resultado das lições que Sequeira tomara na Itália durante a sua peregrinação por Parma, onde admirara o Corrégio, por Veneza, onde o deslumbraram as composições do Tiépolo e do Veroneso.

É certo que, comentando a passagem do «Panorama», na qual encomiásticamente se diz que «na dita sala (da Academia) se vê uma das obras primas de arte de um dos maiores artistas de que Portugal se honra: é o «São Bruno», produção do insigne Sequeira, dêste artista que pela sua vasta concepção, seu pensamento magestoso não tem talvez rival entre os modernos», o Conde Raczinsky, nas suas «Cartas» refere que «o São Bruno de Sequeira é com efeito um quadro muito bom; a execução é, no entanto, fraca, mas no que diz respeito à concepção do claro escuro, é digna de elogios».

O Dr. Xavier da Costa não perdoou ao Conde polaco o desdém com que julgou esta e outras telas saídas da mão do Mestre. E tão pouco levou a bem que José de Figueiredo tivesse abandonado nas arrecadações a pintura em questão.

A abertura da exposição dos desenhos de Sequeira deu-me oportunidade de rever o problema. Retirei da sala dos séculos XVIII—XIX

a pintura que representa a «Virgem, o Menino e Santos», dada durante largos anos ao Vieira Lusitano, mas que de facto é italiana e, porventura, do pintor ao qual, também por largo tempo, a atribuíram — Carlo Maratti. E no seu lugar, e por ser sem contestação, embora guardando certas reservas, obra importante na evolução pictural de Sequeira, se colocou o «São Bruno», que a partir dêsse dia o público pôde de novo ver e admirar.

Este acto tão simples, tão razoável e tão justificado deu viva alegria a Xavier da Costa. Ainda hoje me encanta o facto de ter tido a oportunidade de proporcionar àquêl grande amigo, e nos últimos tempos da sua vida, o prazer de ver na «cimaise» uma pintura que tanto estimava.

Com esta iniciativa aportuguesou-se inteiramente a sala do Museu onde a tela foi exposta e a-propósito dêste facto ousou alongar-me um instante.

No livro «Algumas Palavras sôbre a Evolução da Arte em Portugal», José de Figueiredo, referindo-se ao período que abrange a segunda metade do século XVIII e o começo do século XIX, diz que «nem tudo nêle é negro e, assim enquanto, na Pintura, Architectura e Escultura, não podemos senão destacar nomes que, embora grandes, como o dos Vieiras, Sequeira e Machado de Castro, não chegam a constituir uma escola de arte típica, já não pode dizer-se o mesmo pelo que respeita às artes decorativas».

No entanto, a sala dos séculos XVIII e começo do XIX, tão habilmente concebida e realizada no Museu das Janelas Verdes pelo meu iminente antecessor, consagrou, a-par-dos escritos de Xavier da Costa, a pintura portuguesa daquele período.

Prestaram grande serviço ao País os que não deixaram menosprezar aqueles Mestres nacionais. Com a descoberta, estudo e propaganda da escola da pintura dos séculos XV e XVI e com a moda que solicitou a atenção dos eruditos e dos críticos para a arte medieval e da alta Renascença, o conhecimento e a estima pelos pintores de setecentos e oitocentos, teriam entre nós sofrido, se homens, como Xavier da Costa, não mantivessem vivo o culto pelos seus inegáveis merecimentos. Repetia com freqüência o Dr. Xavier da Costa, que obras de arte não são apenas as dos séculos longínquos. Era necessário — segundo êle —

conhecer, para as estimar, as obras que andam mais próximas de nós e é mesmo conveniente occuparmo-nos do que se passa em nossos dias. Xavier da Costa não era estranho aos problemas da arte portuguesa contemporânea e no convívio dos artistas, entre os quais tinha prestígio, pois chegou a presidir durante algum tempo aos destinos da Sociedade Nacional de Belas Artes, para a Direcção da qual o elegeram, comprehendera a necessidade de divulgar as obras do nosso tempo com a organização de boas exposições e o alargamento das actividades do Museu respectivo.

*

*

*

A estas desataviadas notas que são, afinal, o desenvolvimento do pequenino artigo de homenagem com que abre o fascículo VI, do «Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga», permitam V. Ex.^{as} que ainda acrescente a referência, já atrás apontada, à colaboração dada pelo Dr. Xavier da Costa a uma das mais proficuas actividades do pessoal superior do Museu das Janelas Verdes.

Ali, com certa heroicidade e desdém pelas críticas mal intencionadas, tem lugar um estágio de preparação daquêles que um dia hão-de servir nos museus do Estado. E que a emprêsa é útil, prova-o o facto de em museus e em palácios nacionais, jovens conservadores, saídos da prática das Janelas Verdes, onde iniciaram ou desembaraçaram seus conhecimentos em assuntos de arte e da nova ciência museológica, virem dando provas da sua competência, da sua dedicação, do seu entusiasmo e do seu saber.

Xavier da Costa, homem de ciência, homem honesto e homem bom, comprehendeu e amparou com a sua palavra e com a sua presença o alcance da iniciativa. Alguns daqueles novos vieram, para o Museu devido ao seu conselho.

Pois, nos últimos anos e para dar maior amplitude e eficácia aos serviços do tirocínio, iniciaram-se ciclos de reuniões nocturnas, duas por mês, nas quais os conservadores comparecem em fraternal convívio, ex-

pondo e discutindo os assuntos das suas especialidades. Não faltava a elas o Dr. Xavier da Costa, único amador no meio de profissionais ou de futuros profissionais e a sua assinatura vê-se regularmente no livro de presença, ao lado das dos conservadores efectivos, adjuntos e tirocinantes. Nas sessões ouvia, comentava, comunicava o seu entusiasmo e um dia resolveu-se a partilhar do trabalho e trouxe, em primeira mão, na noite de 16 de Janeiro de 1941, a «Reconstituição figurativa de um quadro perdido», estudo que havia mais tarde de ser publicado no Boletim da Academia Nacional de Belas Artes.

Não deixarei ainda de me referir ao entusiasmo que lhe mereceu a criação da oficina de calcografia do Museu das Janelas Verdes, na qual o pintor-gravador Luiz de Ortigão Burnay, com conhecimento profundo do officio, vem obtendo estampagens de antigas chapas e abrindo novas matrizes. Entre estas se conta a água-forte que fêz de Xavier da Costa, insculpida e impressa no ano de 1939, obra que o retratado tinha na maior estima.

*

*

*

Espírito enormemente construtivo, Xavier da Costa deixou na lista dos cultores de assuntos da arte nacional, aliás bem pouco numerosos, lacuna difícil de preencher. Acompanhei durante alguns anos a sua actividade na 6.^a Secção da Junta Nacional de Educação, onde apresentou doutíssimos pareceres, dos quais um dos últimos preparou a aquisição para o Museu do Conservatório Nacional da pintura que representa a cantora Luíza Todi, atribuída a M. Vigée Lebrun. Acompanhei ainda os seus trabalhos em outras instituições nas quais a sua forte personalidade tinha singular relêvo, dada a compreensão que possuía da responsabilidade e da seriedade das funções que lhe distribuíam ou para que o elegiam.

Se, para terminar, V. Ex.^{as} me permitem que faça a última confidência, dir-lhes-ei que perdi em Xavier da Costa um dos meus mais dedicados amigos. Nas atribuições a que estão sujeitos os que um dia se encontram investidos em funções oficiais de responsabilidade; nas atribuições, e bem grandes têm sido aquelas a que me vi sujeito desde

que desempenho funções de direcção no primeiro museu do País, ouvi sempre de Xavier da Costa, excelentes lições, bons conselhos, palavras de ânimo, lealíssima camaradagem. Como as qualidades que o exornavam não são tão freqüentes quanto seria para desejar, a sua personalidade adquiriu no meio em que viveu, no nosso meio, destaque singular, posição acima do comum.

E em paga do muito que me ensinou e pelo muito que lhe fiquei devendo, julguei não poder escusar-me a contar nesta noite a V.^{as} Ex.^{as} alguns pormenores da vida de Luiz Xavier da Costa, na parte que diz respeito à sua acção como amigo do museu das Janelas Verdes; trabalho que concluo com a preocupação de os haver, porventura, fatigado, mas contente comigo próprio por ter adquirido a certeza que cumpri um dever imperioso e inadiável.